

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**RAFAEL BEZERRA GASPAR**

**O ELDORADO DOS *GAÚCHOS*:**  
Deslocamento de agricultores do Sul do país e seu estabelecimento no  
Leste Maranhense

São Luís  
2010

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**RAFAEL BEZERRA GASPAR**

**O ELDORADO DOS GAÚCHOS:**

Deslocamento de agricultores do Sul do país e seu estabelecimento no Leste Maranhense

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais com concentração em Antropologia

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maristela de Paula Andrade

São Luís  
2010

Gaspar, Rafael Bezerra.

O eldorado dos *gaúchos*: Deslocamento de agricultores do Sul do país e seu estabelecimento no Leste Maranhense/ Rafael Bezerra Gaspar. – São Luis, 2010.

150 f.

Impresso por computador (fotocópia).

Orientador: Maristela de Paula Andrade.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, 2010.

1. *Gaúchos* – Migração interna 2. *Agronegócio* 3. *Microrregião* de Chapadinha I. Título

CDU 314.15 – 026.48 (812.1)

**RAFAEL BEZERRA GASPAR**

**O ELDORADO DOS GAÚCHOS:**

Deslocamento de agricultores do Sul do país e seu estabelecimento no Leste Maranhense

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais com concentração em Antropologia

Aprovada em 22 / 02 / 2010

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maristela de Paula Andrade (Orientadora)  
Universidade Federal do Maranhão

---

Prof. Dr. Marcelo Domingos Sampaio Carneiro  
Universidade Federal do Maranhão

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Beatriz Maria Alásia de Heredia  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

*A João e Inês, avós maternos.*

*Anjos que me guiam.*

*(Em memória)*

## AGRADECIMENTOS

*O senhor olha para fora, e é isso sobretudo que não devia fazer agora. Ninguém pode aconselhá-lo e ajudá-lo, ninguém. Há apenas um meio. Volte-se para si mesmo. Investigue o motivo que o impele a escrever; comprove se ele estende as raízes até o ponto mais profundo do seu coração, confesse a si mesmo se o senhor morreria caso fosse proibido de escrever. Sobretudo isto: pergunte a si mesmo na hora mais silenciosa de sua madrugada: preciso escrever? Desenterre de si mesmo uma resposta profunda. E, se ela for afirmativa, se o senhor for capaz de enfrentar essa pergunta grave com um forte e simples “Preciso”, então construa sua vida de acordo com tal necessidade; sua vida tem de se tornar, até na hora mais indiferente e irrelevante, um sinal e um testemunho desse impulso. (Rainer Maria Rilke, Cartas a um jovem poeta)*

Se em muitos momentos a solidão parecia fincar seu reinado, o que verdadeiramente se esclarecia em mim era a colaboração, em muitos tempos, de várias pessoas na construção deste trabalho. Àquelas que, por atos constantes de convivência ou pelo rápido momento, estiveram atentas ao meu encontro, manifesto meu sincero agradecimento:

À minha querida mãe, Maria, que mesmo em muitos momentos de dificuldades se dedicou integralmente à educação dos filhos, meu carinho e amor eterno. À minha querida irmã, Natália, que é uma companheira de sonhos e sempre esteve disponível para me ajudar com problemas domésticos.

À minha querida orientadora, Prof.<sup>a</sup> Maristela de Paula Andrade, que vem desde a graduação me acompanhando na tarefa árdua de formação de um jovem pesquisador. Seus ensinamentos sempre me despertaram para pensar o mundo da forma mais crítica possível. Agradeço por tudo, o carinho, a paciência e a compreensão na finalização de mais esse ritual na vida.

Aos professores que participaram da banca de qualificação: Marcelo Domingos Sampaio Carneiro, pela sua objetividade, sempre esclarecendo as dúvidas e orientando alguns passos; Benedito Souza Filho, que me acompanhou em

muitos percursos, entre as aulas sobre Campesinato até o ritual do Estágio Docência. Obrigado pela interlocução e amizade construída.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, em especial: Horácio Antunes, pela grande admiração, sinceridade e amizade sempre; Elisabeth Coelho, pelas sugestões valiosas adquiridas durante o curso; Igor Grill, pelas aulas e diálogos decisivos em minha conversão temática e pelo contato com seu pai, um dos informantes do estudo; Sandra Nascimento, pela interlocução com temas instigantes; Ednalva Maciel, pelas críticas, ricos encontros, e, sobretudo, pela amizade.

À Prof.<sup>a</sup> Beatriz Heredia, pelo aceite em participar da banca de defesa de dissertação. Um grande prazer e honra receber suas contribuições.

À Fundação de Amparo a Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão, pela concessão da bolsa durante em um ano e três meses, período que tornou possível me dedicar integralmente ao curso e realizar as viagens a campo, além das despesas com material bibliográfico.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que nos últimos seis meses assumiu a concessão de nova bolsa para o andamento dos momentos finais da pesquisa.

Aos queridos amigos e amigas que seguem depois do Mestrado: A Luciana Vilela, pela intensa amizade construída durante o curso. Pelas muitas noites de conversas afinadas e atentas; A Elisene e Ariel, amigos sinceros, pelos encontros, sorrisos e vontade de deixar a vida sempre festiva; A Socorro e Enne, pelo afeto que sempre demonstraram em nossos diálogos; A Elton, pela atenção e ajuda com os recursos tecnológicos.

A Mari Vilma e Isabela, pela nossa amizade, pelo compartilhamento de decisões e angústias e, sobretudo, por me mostrarem que a vida pode ser leve e apaixonante.

A Renato Kerly, pelos diálogos criativos e esclarecimentos úteis sobre questões do Mestrado.

A Janaina Lobo, que mesmo migrando para os *pagos* do Rio Grande do Sul sempre permaneceu mais perto do que nunca. São trocas de experiências que estimulam a trilhar ainda mais nas Ciências Sociais.

À senhora Rosário Souza, nome fictício daquela que se tornou a principal informante da pesquisa. Agradeço muitíssimo por me aceitar em sua residência, pela paciência em tirar as muitas dúvidas e pelas sugestões fundamentais em campo.

À Prof.<sup>a</sup> Regina Faria, do Departamento de História da UFMA, pela atenção e dedicação com a orientação de material indispensável para a reconstrução histórica da região pesquisada.

Ao professor Jefferson Selbach, pela indicação dos primeiros contatos com os chamados *gaúchos*.

Aos integrantes do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Anapurus pela paciência em compartilhar informações precisas sobre a região.

A José Raimundo Araújo Júnior, pelo trabalho dedicado com a elaboração das ilustrações que compõem o presente estudo.

A Prof.<sup>a</sup> Carla Pereira, pelas sugestões no Laboratório de Projetos.

A Josoaldo Rêgo, pela rica interlocução sempre que nos esbarramos.

A Nair Barbosa e Roseane Dias, assessoras da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, pelas indicações com as fontes sobre os *gaúchos*.

À Cássia Costa, pela ajuda com as entrevistas.

À Mary, secretária do PPGCSoc-UFMA e os estagiários Gerson, Paulinha, Soraya e Talita, pela atenção em esclarecer as pendências burocráticas.

Aos chamados *gaúchos* que me receberam em suas residências ou vieram ao meu encontro para desfazer muitas dúvidas e me relatar sobre suas trajetórias até o Maranhão.

*Eu acho que tem uma colônia gaúcha enorme, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Norte, Sul do Maranhão, Goiás, todos eles, talvez, foram levados pelo mesmo tipo de motivo, pela mesma motivação, **trabalhar a terra, né, em qualquer recanto do país** (Wilson Ambrozi, 56 anos, produtor gaúcho).*

***A região maranhense de Chapadinha pode ser o novo eldorado do Nordeste.** Desde o ano passado muitas terras estão sendo compradas por “gaúchos” de Balsas e paulistas, que já iniciaram a abertura das novas áreas e a calagem do solo. Plantios experimentais de soja são vistos em áreas de 50 a 100 hectares. Os 20 municípios ficam próximos do Piauí, há apenas 300 quilômetros do complexo portuário Itaqui/Madeira, em São Luís. O que já dá uma grande vantagem em relação aos produtores do Pólo de Grãos de Balsas, no sul do estado, que fica a 800 quilômetros da capital ([http://www.massey.com.br/portugues/campo/edicao\\_frenteiraagricola1.asp](http://www.massey.com.br/portugues/campo/edicao_frenteiraagricola1.asp) 02/11/2007).*

*Então, hoje ta tudo no aberto, ta um mundão de meu Deus, esse Maranhão aqui com a produção imensa, daqui saem não sei quantos mil sacos todo, todo ano, né. Então, no começo foi tudo nós que fizemos, depois os outros estavam vindo, já vinham se informando, e vinham se, se, tomando posse de algumas partes que compravam com certeza que o negócio era assim e era assim e foi se desenvolvendo o comércio, hoje é uma maravilha isso aqui, aqui é muito bom, vale a pena quem quiser investir na região aqui, então uma coisa muito boa. **Então você pode ter certeza isso aqui é um mundo novo que nós encontramos** (João Rieder, 74 anos, produtor gaúcho).*

## RESUMO

O estudo versa sobre o estabelecimento de agricultores conhecidos, genericamente, como *gaúchos* na *microrregião* de Chapadinha, no Maranhão. Esses agentes migraram da região Sul do país, de diferentes estados e se fixaram em cidades dessa região no final da década de 1980. Anos depois, passaram a produzir soja em bases empresariais incentivados pela expansão do *agronegócio* nesse estado. No primeiro momento, tenta-se recuperar a formação histórica e sociológica daquela *microrregião*, no sentido de preencher uma lacuna historiográfica e de recordar processos sociais que favoreceram a constituição de um estoque de terras, posteriormente, apropriadas por esses agricultores. A seguir, descrevem-se os significados atribuídos à categoria genérica *gaúchos* e analisam-se os critérios de diferenciação interna do grupo pesquisado. Ademais, identificam-se a origem social e as práticas agrícolas assimiladas em um *saber-fazer* específico. Na última parte, exploram-se as condições sociais e as estratégias de deslocamento e fixação desses agentes com base na análise das trajetórias familiares.

Palavras-chave: *Gaúchos*. Migração. *Agronegócio*. *Microrregião* de Chapadinha

## ABSTRACT

The study approach the establishment of the farmers acquaintance, generally, as *gaúchos* in the area of Chapadinha, in Maranhão. These agents have migrated from South Brazil, of the different states and they settled themselves in cities of this area in late 1980. Years later, they began to produce soy in business basis encouraged by the agribusiness expansion in Maranhão. At first, attempts to recover the historical and sociological formation of that area, in the sense to fill a historiographical gap and remember social processes that favored the formation of a stock of land, later appropriated by those farmers. Afterwards, the meanings attributed to the generic category *gauchos* are described and the criteria of internal differentiation of the research group are analyzed. Besides, the social origin and the agricultural practices assimilated in a specific *know-how* are identified. In the last part, the social conditions and the strategies of displacement and fixation these agents are explored based on the analysis of the family trajectories.

Key-words: *Gaúchos*. Migration. *Agribusiness*. Area of Chapadinha.

## LISTA DE SIGLAS

APACEL – Associação dos Produtores do Cerrado Leste  
BACEN – Banco Central do Brasil  
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
FISSET – Fundo de Investimento Setorial-Florestal  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
NUMOF – Núcleo de Movimentação Florestal  
ONG – Organização Não-Governamental  
PIFI – Programa Integrado Floresta e Indústria  
POLOAMAZÔNIA – Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia  
POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento do Cerrado  
PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para Desenvolvimento Agrícola do Cerrado  
PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste  
PVA – Plano de Valorização da Amazônia  
PPGCSoc – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais  
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão  
SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática  
SMDH – Sociedade Maranhense de Direitos Humanos  
STTR – Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais  
UFMA – Universidade Federal do Maranhão

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Ilustração 1</b>	<b>p.</b>
Mapa de localização da <i>mesorregião</i> Leste Maranhense	26
<b>Ilustração 2</b>	
Mapa de localização das <i>microrregiões</i> de Chapadinha e do Baixo Parnaíba Maranhense com respectivos municípios	27
<b>Ilustração 3</b>	
Localização dos municípios de Chapadinha e Anapurus	47
<b>Ilustração 4</b>	
Território do Leste ao Sul da Província do Maranhão, incluindo porções do atual Piauí	57
<b>Ilustração 5</b>	
Caminhos de penetração dos nordestinos no Maranhão	64
<b>Ilustração 6</b>	
<i>Fazendas de produtores gaúchos</i> no município de Anapurus com a presença de <i>silos-secadores</i>	81
<b>Ilustração 7</b>	
Migrações de famílias dos chamados <i>gaúchos</i> na região Sul do país (Década de 1950 e 1960)	110
<b>Ilustração 8</b>	
Mapa de trajetória I	115
<b>Ilustração 9</b>	
Mapa de trajetória II	119
<b>Ilustração 10</b>	
Mapa de trajetória III	122
<b>Ilustração 11</b>	
Mapa de trajetória IV	133
<b>Ilustração 12</b>	
Mapa de trajetória V	137

## LISTA DE TABELAS

	p.
<b>Tabela 1</b>	
Evolução da produção de soja nos últimos dez anos em toneladas (1998-2008)	29
<b>Tabela 2</b>	
Informações pessoais de proprietários de imóveis rurais recolhidas nos Cadastros de Autorizações para uso alternativo de solo	42
<b>Tabela 3</b>	
Produção agrícola da vila de Brejo estimada para o ano de 1862	60
<b>Tabela 4</b>	
Mapa da população da vila de São Bernardo do Brejo (1837)	61
<b>Tabela 5</b>	
Mapa da população da Comarca de Brejo (1837)	61
<b>Tabela 6</b>	
Número de estabelecimentos por tipo de residência e naturalidade do produtor	82
<b>Tabela 7</b>	
Número de estabelecimentos com produção de soja por grupo de área total – <i>Microrregiões</i> Chapadinha e Gerais de Balsas	84
<b>Tabela 8</b>	
Quantidade produzida de soja por grupos de área total – <i>Microrregiões</i> Chapadinha e Gerais de Balsas	85
<b>Tabela 9</b>	
Número de maquinário agrícola (semeadeiras, plantadeiras e colheitadeiras) por grupo de área total – <i>Microrregiões</i> Chapadinha e Gerais de Balsas	86
<b>Tabela 10</b>	
Períodos de realização das atividades referentes à cultura da soja na <i>microrregião</i> de Chapadinha	89
<b>Tabela 11</b>	
Custo de produção estimado com safra de soja 2008/2009 em Balsas (MA)	89

## LISTA DE GRÁFICOS

	p.
<b>Gráfico 1</b>	
Aplicação do Crédito Rural em Quatro Principais Produtos no Maranhão (em milhões)	28

## SUMÁRIO

	<b>p.</b>
<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	18
<b>I. QUESTÕES E CAMINHOS</b> .....	20
1. Definição do tema.....	20
2. Problema de pesquisa.....	25
3. Em busca das fontes sobre os produtores <i>gaúchos</i> .....	38
4. Agentes poderosos: pré-conceitos sobre os <i>gaúchos</i> .....	44
5. Informante-chave e os primeiros contatos com os <i>gaúchos</i> .....	47
<b>II. MICRORREGIÃO DE CHAPADINHA: Processos históricos de ocupação do cerrado antes da chegada dos <i>gaúchos</i></b> .....	54
1. Formação histórica.....	54
2. População e Povoamento.....	61
3. Implantação de projetos agro-florestais: Plantação de eucalipto e produção de carvão vegetal.....	67
<b>III. OS GAÚCHOS</b> .....	71
1. Categoria genérica: Significados.....	71
2. Diferenciação interna: Desigualdade e interdependência de <i>produtores</i> entre espaços produtivos da soja.....	78
3. Representações sobre o <i>produtor rural</i> .....	90
4. Ascendência européia e tradição agrícola.....	94
5. Origem social.....	99
<b>IV. DESLOCAMENTO E ESTRATÉGIAS DOS GAÚCHOS</b> .....	103
1. Contextualização sócio-histórica da migração.....	103
2. Do <i>gaúcho cansado</i> ao <i>gaúcho pioneiro</i> : Estratégias de migração e de estabelecimento na <i>microrregião</i> de Chapadinha.....	107
3. Terra para crescer e progredir.....	111
4. Experiência no cerrado.....	116
5. Família no mundo da soja.....	119

6. Permanência dos <i>pioneiros</i> .....	125
7. Os filhos chegam antes aos novos locais.....	130
8. Dispersão da família na fronteira.....	134
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	140
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	144

## APRESENTAÇÃO

Esta dissertação de Mestrado aborda a presença de agricultores conhecidos, genericamente, como *gaúchos* no Leste Maranhense. Os principais objetivos do estudo foram: identificar quem são esses agentes, os critérios que os diferenciam, sua origem social, as localidades por onde se deslocaram, os motivos da migração e as estratégias de deslocamento e fixação naquela região.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos:

O primeiro indicado por “Questões e Caminhos”, cujos subitens pretendem, primeiramente, apresentar as motivações e o problema da pesquisa, trazendo à tona as condições de escolha da temática, assim como as indagações, inspiradas em autores e referências bibliográficas relevantes, que me levaram a construir o objeto de pesquisa; o caminho adotado no levantamento de fontes secundárias vinculado a uma reflexão sobre as pré-noções em relação aos pesquisados; além de uma breve exposição sobre as situações encontradas durante as viagens do trabalho de campo.

O segundo chamado “*Microrregião* de Chapadinha: Processos históricos de ocupação do cerrado antes da chegada dos *gaúchos*” realiza uma análise histórica, no que diz respeito às divisões político-administrativas, aspectos econômicos, populacionais e demográficos dessa região. Tem como principal objetivo tentar preencher uma lacuna historiográfica sobre a formação histórica e sociológica da região que engloba a área pesquisada.

O terceiro capítulo vem subdividido nos seguintes tópicos: o primeiro intitulado “Categoria genérica: Significados”, contempla aspectos referentes à polissemia da categoria *gaúchos*; a segunda parte, chamada “Diferenciação interna: Desigualdade e interdependência de *produtores* entre espaços produtivos da soja” apresenta a diferenciação entre os chamados *gaúchos*, com base na relação entre dados obtidos em entrevistas e aqueles extraídos de estatísticas oficiais. Seguindo o tópico anterior, destacam-se certas representações construídas pelos agentes pesquisados sobre a categoria *produtor rural* e, baseados nos relatos dos entrevistados, os últimos tópicos desse capítulo apontam particularidades da vida dos chamados *gaúchos*: a ascendência européia, a constituição de uma tradição agrícola que orienta a permanência desses agentes em áreas de cerrado e a origem social no Sul do país.

O quarto capítulo, “Deslocamento e estratégias dos *gaúchos*”, examina, primeiramente, as condições sócio-históricas que influenciaram nas migrações de famílias sulistas a partir dos relatos dos *gaúchos* entrevistados. No segundo momento, apresentam-se as formas de deslocamento e as estratégias empreendidas na migração e no estabelecimento no Leste Maranhense. Nesse tópico, serão mostrados relatos de trajetórias de cinco dos chamados *gaúchos*. Dentre eles, os quatro primeiros se consideram os *pioneiros* na região e um dos entrevistados se fixou em momento caracterizado pelo crescimento da produção graneleira em bases empresariais.

## I. QUESTÕES E CAMINHOS

### 1. Motivações: Escolha do tema

Esse estudo se construiu, como bem enfatiza Pierre Bourdieu (2003, p. 27), por meio de uma série de retoques e correções decorrentes de motivações próprias e daquelas constituídas de longa data com meus pares. Tento refletir, nesta introdução, sobre essas motivações, a guisa de uma “auto-análise” entendida como um elemento fundamental para que o pesquisador possa deixar públicos seus interesses, que apesar de objetivados, não deixam de desvelar um trajeto acadêmico e traços da subjetividade do estudioso (BEAUD e WEBER, 2007).

Iniciado o curso de Mestrado, em março de 2008<sup>1</sup>, eu tinha como prioridade estudar as formas de mobilização que segmentos camponeses acionavam frente aos efeitos gerados pela expansão da cultura da soja em áreas do Leste Maranhense<sup>2</sup>. Naquele momento, tive acesso a distintos materiais que destacavam atividades como fóruns, palestras e reuniões realizadas entre Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) daquela região e um conjunto de agentes, como ONGs, entidades confessionais, advogados e pesquisadores. De forma geral, deparava-me com os resultados que a atividade sojícola provocava sobre as condições de vida das famílias camponesas. (CARNEIRO, 2008).

Essa escolha inicial dava continuidade à minha formação acadêmica na graduação em Ciências Sociais<sup>3</sup> com ênfase nos estudos de Campesinato abordados a partir das diferentes situações de conflito agrário observados no campo maranhense<sup>4</sup>. Queria provar para mim mesmo que a escolha de uma temática

---

<sup>1</sup> Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc) na Universidade Federal do Maranhão.

<sup>2</sup> Conferir detalhes sobre a *mesorregião* Leste Maranhense no Capítulo II.

<sup>3</sup> Graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Maranhão.

<sup>4</sup> Existem vários trabalhos que explicitam diferentes tipos de conflitos agrários no campo maranhense, principalmente em regiões de fronteira (casos do Oeste e Centro Maranhense) sendo impossível resgatar todos aqui. A título de ilustração, menciono o conjunto de pesquisas coordenado por Paula Andrade (1997) sobre a movimentação de viúvas de trabalhadores rurais em conflitos de terra na região do Médio Mearim (Centro Maranhense), consultar: PAULA ANDRADE, Maristela de (org.) **Justiça privada e tribunal: camponeses no banco dos réus?** São Luís: Mestrado de Políticas Públicas, 1997. Figuram, também, trabalhos que tratam de conflitos decorrentes da grilagem em diferentes áreas, como no Oeste Maranhense: Cf. CARNEIRO, Marcelo Sampaio. “Relações de trabalho, propriedade da terra e poluição urbana nas atividades de carvoejamento para a produção de ferro-gusa em Açailândia”. In: CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da. (org.). **Carajás: desenvolvimento ou destruição?**. 1ª ed. São Luís: CPT, 1995, pp.107-133. Aqueles que tratam de conflitos na região do Médio Mearim, Centro Maranhense: Cf. PAULA ANDRADE, Maristela de; FIGUEIREDO, Luciene Dias. “Na Lei e na Marra – a luta pelo livre acesso aos babaçuais”. In:

envolvendo aspectos que afetavam diretamente os camponeses, não preencheria, somente, as exigências de um estudo acadêmico. Pensava, então, que um estudo dessa natureza poderia, também, ter um compromisso social, denunciando situações de violência contra segmentos camponeses na atual conjuntura agrária maranhense.

Não me estimulava, desse modo, à época do início do Mestrado, seguir com temática contrária ou que não estivesse relacionada, em seu princípio, à possibilidade de aplicação, de utilização social imediata dos próprios sujeitos da pesquisa<sup>5</sup>. As formas de mobilização de segmentos camponeses<sup>6</sup> e suas articulações com outros grupos sociais acionadas como respostas à expansão da sojicultura no Leste Maranhense eram eixos, naquele momento, da construção do problema que eu pretendia investigar.

Além disso, priorizava seguir com algum tema vinculado, relativamente, à tendência de interesse acadêmico recorrente entre meus pares, ou melhor, entre alguns dos professores que me orientaram no decorrer de minha trajetória. Sou formado em uma tradição das Ciências Sociais, no Maranhão, que tem privilegiado os estudos focados na história da formação do campesinato maranhense e nas suas transformações no decorrer dos últimos trinta anos<sup>7</sup>, assim como nas formas de resistência camponesa.

---

ROMANO, Jorge; PAULA ANDRADE, Maristela de; ANTUNES, Marta. **Olhar Crítico sobre Participação e Cidadania**: a construção de uma governança democrática e participativa a partir do local. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular/Action Aid Brasil. 2007; SOARES, Luis Eduardo. *Campesinato: ideologia e política*. Rio de Janeiro. Zahar Ed. 1981.

<sup>5</sup> Sobre essa discussão ver texto de Burawoy (2006, p. 11) sobre a distinção que esse autor faz entre o que chama de “sociologias públicas”, ou seja, a produção de conhecimentos úteis que retornem àqueles que se fizeram sujeitos da pesquisa, constituindo-se como subsídios fundamentais à utilização social imediata e complementando a sociologia acadêmica.

<sup>6</sup> As formas de mobilização são pensadas aqui a partir da definição de Almeida (1994, p. 521) como *unidades de mobilização*, ou seja, situações concretizadas em diferentes níveis de prática e organização e relações distintas com mediadores, integrantes de órgãos oficiais e representantes de entidades várias, para além das representações tradicionais (caso das relações entre segmentos sociais e sindicatos). Assim, essas *unidades* alteram um padrão de relação política com os centros de poder e instâncias de intermediação clássica, vistas na adoção de múltiplas articulações com espaços de decisões outros, caso de fóruns de defesa, encontros e marchas de mobilização que englobaria, além das instâncias sindicais, organizações não-governamentais, pesquisadores, centros de assessoria popular, instituições confessionais, associações comunitárias, tendendo potencialmente a se constituírem enquanto *forças sociais*.

<sup>7</sup> Os estudos sobre o campesinato maranhense constituem-se como um campo de pesquisa privilegiado desde a constituição das Ciências Sociais no Maranhão, tendo tornado-se uma área academicamente reconhecida em nível local e regional, construída no decorrer dos anos 1990. Porém, isso acontece pelo menos uma década antes como resultado da participação, também, de alguns dos atuais e ex-professores desse curso da Universidade Federal do Maranhão em trabalhos de assessoria e pesquisa para entidades de apoio a diferentes segmentos de trabalhadores rurais no

Creio que procurava assumir, também, uma postura de pesquisador comprometido, socialmente, com problemas que afetam a reprodução social de famílias camponesas. As formas de mobilização encaixavam-se, a princípio, como tema ideal para entender possíveis conflitos sociais resultantes das mudanças provocadas no contexto rural maranhense e, também, ideais para identificar meu estudo, não só pela importância acadêmica, mas como um trabalho de interesse político e social que afetasse um público maior.

Assim, a busca por me afirmar como o pesquisador comprometido socialmente com determinadas causas tornava-se um alvo a ser atingido naquele momento. Julgava que eu, enquanto jovem formado e oriundo do mundo social da chamada *classe média*, deveria superar, enquanto acadêmico e pesquisador, qualquer representação que me vinculasse ao estereótipo do indivíduo desinteressado por questões políticas e sociais.

Entretanto, essa espécie de exigência social e intelectual que eu tanto me fazia foi posta em suspenso e aberta a uma relativização a partir do momento em que participei de uma disciplina eletiva no curso do Mestrado<sup>8</sup>. Nessa participação, mantive leituras focadas, principalmente, em estudos sobre as estratégias de poder e reprodução efetivadas por agentes sociais mais abastados e em diferentes espaços sociais, além de estudar suas formas de viver.

Através da inspiração de leituras de autores como Pierre Bourdieu<sup>9</sup> e de Norbert Elias<sup>10</sup>, principais referências trabalhadas na disciplina, convertia minhas reflexões, a partir desse momento, para os grupos mais abastados social e economicamente em diferentes contextos. Ora, percebia, paulatinamente, que, no

---

estado, como instituições confessionais, órgãos públicos, organizações não-governamentais e movimentos sociais. Estudos monográficos, dissertações e teses, preocupados com o entendimento da constituição do campesinato maranhense em diferentes momentos históricos vem recebendo, recentemente, um tratamento de publicação no formato de livros, através da Coleção Antropologia e Campesinato no Maranhão, trazendo a público distintos estudos elaborados entre os anos de 1970 e 1980. Estes trabalhos ocuparam-se em dar conta da história dos camponeses no Maranhão e refletem sobre aspectos de sua organização econômica e social. (PAULA ANDRADE, 2008b). Desde detalhes da ocupação camponesa em áreas de fronteira agrícola, das relações dos camponeses com a terra e demais recursos básicos, aos sistemas de uso comum, assim como os modelos locais de natureza, os sistemas religiosos, os rituais e as novas identidades coletivas em jogo pela defesa dos territórios são discutidos nessas pesquisas.

<sup>8</sup> A referência é a disciplina *Tópicos especiais em Ciências Sociais: Sociologia do Poder*, ministrada no 1º semestre de 2008 no curso do Mestrado em Ciências Sociais na Universidade Federal do Maranhão.

<sup>9</sup> BOURDIEU, Pierre. *Stratégies de reproduction et modes de domination*. In: **Actes de la recherche em sciences sociales**. v. 105, nº 01, 1994.

<sup>10</sup> ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e outsiders**: uma sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000.

caso específico de minha temática de pesquisa, ou seja, aquelas que envolviam questões afeitas ao campesinato maranhense, também seria relevante trazer à superfície a dinâmica das estratégias de reprodução<sup>11</sup> adotadas a partir dos pontos de vista dos agentes mais abastados economicamente na estrutura agrária maranhense, caso dos médios e grandes proprietários de terras que poderíamos classificar genericamente como fazendeiros, agropecuaristas, latifundiários, produtores rurais<sup>12</sup>.

Isso me instigou ao seguinte interesse: porque não estudar aqueles que são considerados pelo senso comum como a “outra face da moeda” das mudanças no campo, ou seja, os agentes e/ou grupos vinculados ao processo de intensificação da modernização agrícola no país (GRAZIANO DA SILVA, 1981)? No meu caso específico de pesquisa, por que não estudar diretamente aqueles que estão vinculados à expansão da produção da soja, ou seja, aqueles identificados no Maranhão como *gaúchos*<sup>13</sup>, oriundos de outras regiões do país e que vêm se consolidando enquanto sojicultores em alguns municípios do Leste Maranhense?

A partir disso, foram se vinculando outras inquietações, ou melhor, certas constatações, a respeito desses grupos ligados à expansão da soja na região citada e que reforçaram meu interesse por seu estudo. Percebia que tanto nos meios acadêmicos<sup>14</sup>, quanto nos espaços de militância ou de apoio aos trabalhadores rurais afetados pelo plantio de soja encontrava uma lacuna de informações e conhecimentos sobre a identificação e aspectos da vida daqueles que se consolidavam como sojicultores na região leste do Maranhão.

À exceção dos estudos sobre a presença de produtores rurais *gaúchos*, em fins da década de 70 e início dos anos 90 no Sul Maranhense (PAULA ANDRADE, 2008a; SOUZA FILHO, 1995) e de recente trabalho sobre a expansão da soja no Leste Maranhense (CARNEIRO, 2008), referências regionais

---

<sup>11</sup> Estratégias de reprodução entendidas como um “conjunto de práticas, do ponto de vista fenomenológico, bastante diferentes, pelas quais os indivíduos ou as famílias tendem, inconsciente e conscientemente, a conservar ou aumentar seu patrimônio e, correlativamente, a manter ou melhorar sua posição na estrutura das relações de classe” (BOURDIEU, 2007b, p. 122).

<sup>12</sup> Vale ressaltar que cada uma dessas categorias merece discussão e explicitação a partir do contexto em que aparecem e a partir de quem as está utilizando. Ver, por exemplo, análise de Bruno *et alli* (2008) sobre diferentes categorias entre representantes de entidades patronais rurais.

<sup>13</sup> Sobre as definições genéricas da categoria *gaúcho* ver Capítulo III

<sup>14</sup> Participando como apresentador de trabalho acadêmico em Congresso Nacional de Antropologia, antes mesmo de decidir pelo estudo de aspectos da vida dos sojicultores, foi-me questionado o que se tinha de conhecimento sobre a identificação deles e quais seriam suas formas de chegada na área pretendida para realizar a pesquisa, o Leste Maranhense.

fundamentais para este estudo, encontrava uma lacuna significativa sobre a identificação mais detalhada desses agentes.

Além disso, não obtive informações sobre a chegada e estabelecimento dos chamados *gaúchos* no Leste Maranhense em entidades que prestam apoio, assessoria e assistência técnica aos trabalhadores rurais na região tomada como referência empírica para o presente estudo<sup>15</sup>. Apesar das poucas informações sobre esses agentes motivarem-me a pesquisar mais sobre suas estratégias para chegar à região e ali produzir soja, acreditava que mudar meu foco de pesquisa das mobilizações acionadas pelos segmentos camponeses para conhecer mais sobre os chamados *gaúchos* apontava-me um grande desafio de pesquisa por conta de certas pré-noções.

Primeiramente, precisava romper com o pensamento de que pesquisar grupos legitimados socialmente, como os antagonistas dos trabalhadores rurais e providos de poder econômico em um específico contexto era optar por algo sem importância política, levando, assim, à falta de importância acadêmica. Sofria, como bem alerta Bourdieu (2003, p. 20), da tendência equívoca em acreditar que a importância social ou política da temática que o pesquisador escolhe é por si mesma suficiente para dar fundamento à importância do discurso que lhe é consagrado.

As formas de mobilização de trabalhadores rurais eram vistas por mim como atos consagrados politicamente, fruto do conflito agrário, por isso, então, passíveis de interesse de pesquisa acadêmica. Parecia que tomar aquelas formas de mobilização implicava, por si só, em ato mais politizado do que me definir por um tema que tratasse de fenômenos sociais outros no meio rural. Julgava que optar por uma temática de pesquisa que não tivesse, em seu princípio, vinculada a um problema social, criaria o risco de a escolha ser percebida por meus pares como resultado do mero fascínio pelo objeto de pesquisa (PINÇON e PINÇON-CHARLOT, 2007, p. 33).

Uma segunda implicação diz respeito ao quão caro é, por vezes, não seguir com uma vocação tradicional de pesquisa nas Ciências Sociais que enfoque os segmentos mais vulneráveis socialmente (CATTANI, 2007), ou que enfrentam

---

<sup>15</sup> Em contato com assessoras da entidade não-governamental Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, sediada em São Luis (ver detalhes em <http://www.smdh.org.br>) que realizam atividades de assessoria e apoio a trabalhadores rurais em municípios daquela região, relataram-me a falta de informações sobre aqueles que plantavam soja, indicando que só saberia mais a respeito deles, caso me dirigisse aos próprios nos locais onde residiam e produziam grãos.

adversidades em suas vidas, caso constante na história dos camponeses e que, no Maranhão, é extremamente significativo devido aos inúmeros conflitos agrários presentes e que foram instituídos enquanto temas privilegiados de pesquisa acadêmica (PAULA ANDRADE, 2008b).

Distintos estudos acadêmicos, conforme indicado anteriormente sobre a história de constituição do campesinato no Maranhão<sup>16</sup>, trouxeram à tona as adversidades dos segmentos camponeses, identificaram e exploraram as relações do campesinato com seus antagonistas, os grandes proprietários de terras, entre eles, empresas e indústrias ou distintos produtores rurais (PAULA ANDRADE, 1995). Por outro lado, uma perspectiva mais historiográfica mostrava que a visão dominante da organização agrícola no Maranhão, entre o período colonial até a queda do Império, era produto de modalidades de percepções das elites agrárias abastadas da época, cristalizadas no discurso de agentes intelectuais que naturalizaram e reproduziram as interpretações dominantes (ALMEIDA, 2008).

Com a mudança de temática e considerando as limitações do presente estudo, creio que a opção em estudar quem são os chamados *gaúchos* e suas estratégias de estabelecimento no Leste Maranhense acrescentará capítulos sobre a presença significativa desses agentes no campo maranhense em um contexto de expansão da produção sojícola, em vez de apenas vinculá-los como elemento secundário em uma análise maior das intervenções de modelos tecnológicos e produtivos que vem se expandindo no Maranhão.

## 2. Problema de pesquisa

A *mesorregião* Leste Maranhense é uma grande área que se localiza próxima à divisa com o estado do Piauí, apresentando zonas geomorfológicas de contato entre os biomas cerrado e caatinga. As formações florestais dessa *mesorregião* são classificadas, localmente, como *chapadas*, *carrasco*, *baixão* e *capão* (PAULA ANDRADE, 1995, p. 20)<sup>17</sup>.

Atualmente, essa região é constituída, conforme classificação atual do IBGE, de seis *microrregiões*: Chapadinha, Coelho Neto, Baixo Parnaíba Maranhense, Chapadas do Alto Itapecuru, Codó e Caxias. Juntas são formadas por

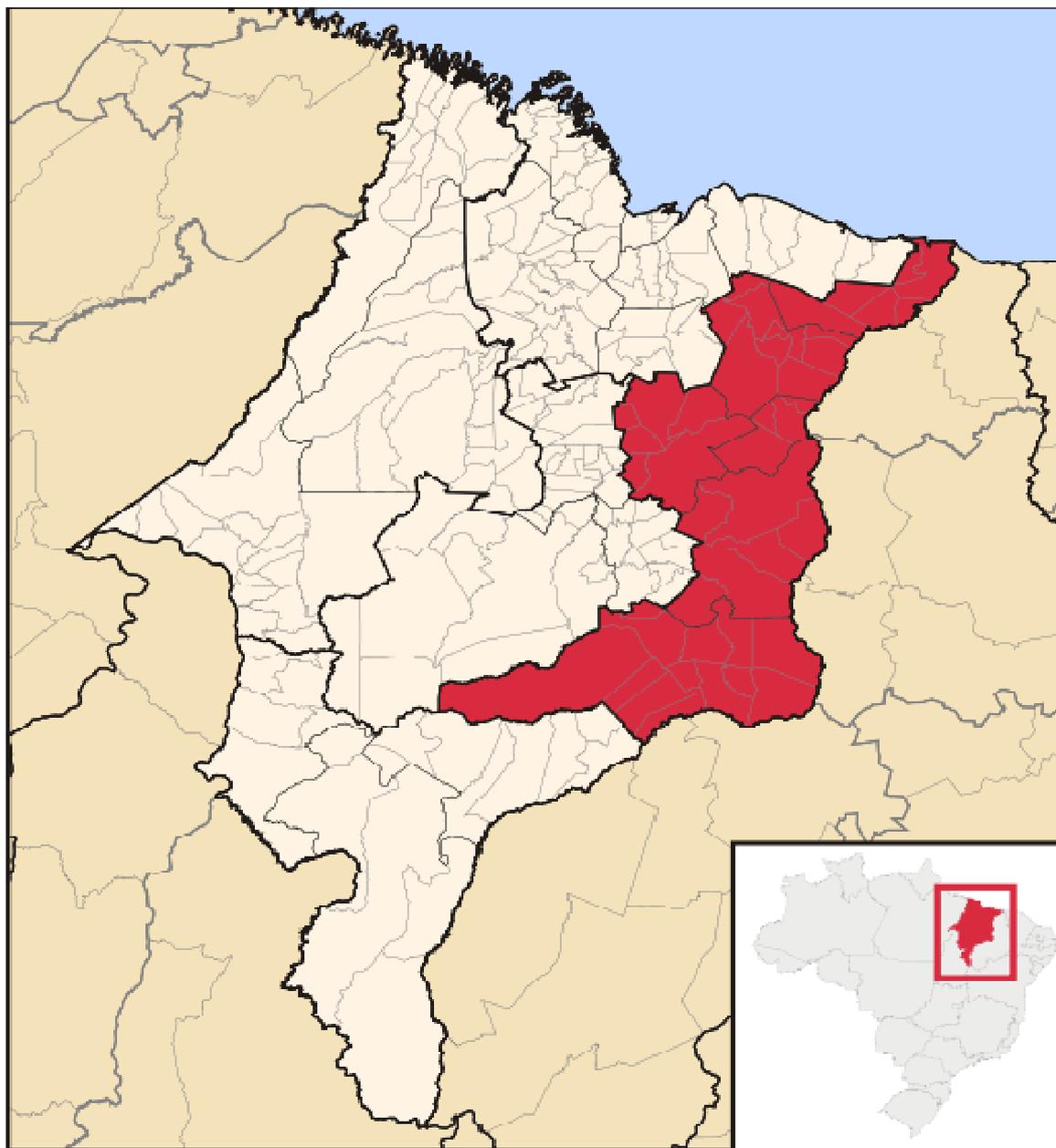
---

<sup>16</sup> Vide Nota 07.

<sup>17</sup> Detalhes sobre essas formações florestais ver Capítulo II.

44 municípios, com uma área de 70.606,230 km<sup>2</sup> e população total estimada em 1.248,451 habitantes (IBGE, 2007)<sup>18</sup>.

**Ilustração 1:** Mapa de localização da *mesorregião* Leste Maranhense



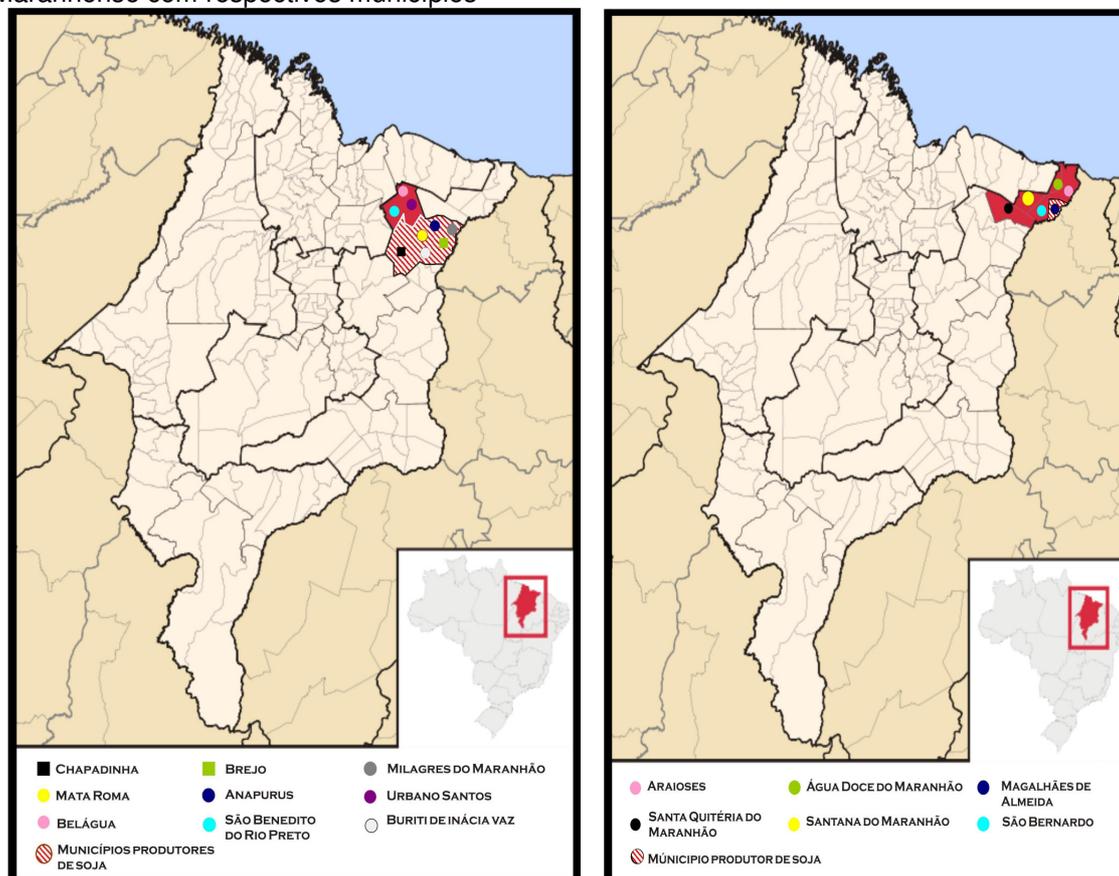
**Fonte:** [pt.wikipedia.org/.../Mesorregião\\_do\\_Leste\\_Maranhense](http://pt.wikipedia.org/.../Mesorregião_do_Leste_Maranhense)

No início dos anos 2000, o Leste Maranhense tornou-se o segundo pólo da agricultura graneleira de bases empresariais no Maranhão com concentração nas *microrregiões* de Chapadinha e do Baixo Parnaíba Maranhense. Os municípios já atingidos diretamente pelas áreas de plantio são Anapurus, Brejo, Buriti de Inácia Vaz, Chapadinha, Mata Roma e Milagres do Maranhão (*microrregião* de

<sup>18</sup> Consultar [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Censo Contagem da População 2007.

Chapadinha) e Magalhães de Almeida (*microrregião* do Baixo Parnaíba Maranhense), com crescente produção de grãos em torno, principalmente, dos plantios de arroz, milho, milhete e, sobretudo, da soja. (HOLANDA, 2008, p.13).

**Ilustração 2:** Mapa de localização das *microrregiões* de Chapadinha e do Baixo Parnaíba Maranhense com respectivos municípios<sup>19</sup>

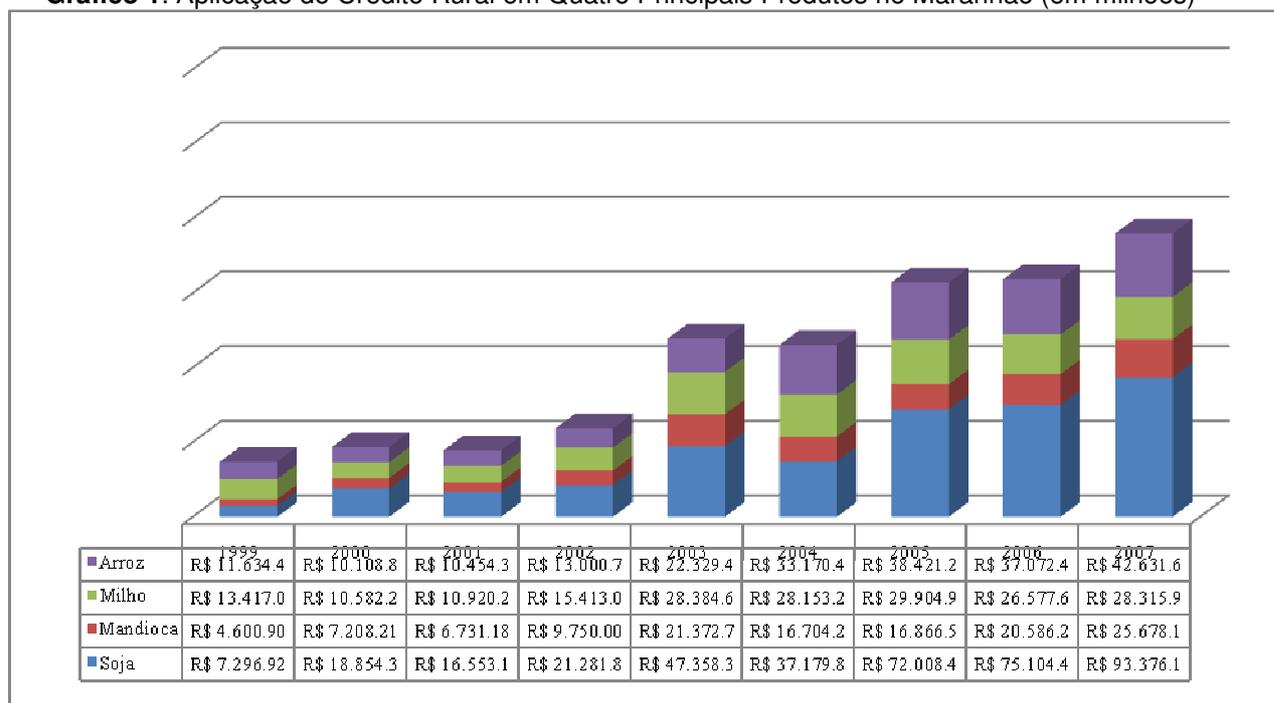


Fonte: [pt.wikipedia.org/.../Mesorregião\\_de\\_Chapadinha](http://pt.wikipedia.org/.../Mesorregião_de_Chapadinha); [pt.wikipedia.org/.../Mesorregião\\_do\\_Baixo\\_Parnaíba\\_Maranhense](http://pt.wikipedia.org/.../Mesorregião_do_Baixo_Parnaíba_Maranhense)

O outro pólo desse tipo de agricultura, atualmente considerado o principal no estado e o de maior concentração, consolidou-se no início dos anos 1990, na *mesorregião* Sul Maranhense (CARNEIRO, 2008; HOLANDA, 2008; SOUZA FILHO, 2005). Os dados de incentivos oficiais, caso do crédito rural nos últimos nove anos, mostram que a cultura da soja vem recebendo a maior parte do montante de recursos entre as quatro principais culturas agrícolas no estado do Maranhão, conforme aparece no Gráfico 1:

<sup>19</sup> Elaboração: José Raimundo Araújo Júnior.

**Gráfico 1:** Aplicação do Crédito Rural em Quatro Principais Produtos no Maranhão (em milhões)<sup>20</sup>



**Fonte:** BACEN – Anuário Estatístico do Crédito Rural

Em fins da década de 1990, a soja ocupava apenas o terceiro lugar em uso de incentivos de fundos oficiais à produção agrícola, posição que mudou, significativamente, para o primeiro lugar no ano seguinte (2000) e permaneceu em crescente evolução em relação às outras culturas, com um intervalo de retração entre os anos de 2003 e 2004. Já em termos das *mesorregiões* produtoras de soja, no Maranhão, de acordo com os dados dos últimos dez anos (1998-2008)<sup>21</sup>, vemos como se processou essa evolução a partir da Tabela 1<sup>22</sup>:

<sup>20</sup> Elaboração: Rafael Bezerra Gaspar e Elton Aragão.

<sup>21</sup> Ver Banco de Dados Agregados do Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp>

<sup>22</sup> A produção da soja, também, se expandiu para áreas da *mesorregião* Centro Maranhense com concentração nos municípios de Grajaú, Formosa da Serra Negra, Fortuna e Fernando Falcão (CARNEIRO, 2008, p. 80).

**Tabela 1:** Evolução da produção de soja nos últimos dez anos em toneladas (1998-2008)

ANOS	Maranhão	Sul Maranhense	%	Leste Maranhense	%
1998	290.438	290.189	99,91%	249	0,08%
1999	409.012	405.248	99,07%	2.324	0,56%
2000	454.781	448.359	98,58%	4.958	1,09%
2001	491.083	482.274	98,20%	6.889	1,40%
2002	561.718	552.344	98,33%	9.350	1,66%
2003	660.078	637.289	96,54%	19.183	2,90%
2004	903.998	863.793	95,55%	30.632	3,38%
2005	996.909	943.904	94,68%	46.799	4,69%
2006	931.142	824.759	88,57%	92.386	9,92%
2007	1.125.094	1.032.516	91,77%	78.080	6,93%
2008	1.262.665	1.094.843	86,70%	153.170	12,13%

**Fonte:** Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2008)

Comparando os dados da produção de soja nas *mesorregiões* citadas, vemos que o Sul Maranhense já havia se consolidado como grande área produtora em 1998, justificando, aliás, a abertura para a instalação de unidades de processamento da soja (CARNEIRO, 2008) enquanto, nesse momento, o Leste Maranhense apresentava uma tímida abertura a essa agricultura. No caso do Sul Maranhense, esse processo se acelerou desde o início dos anos 90, resultando no chamado *boom* da soja, fenômeno caracterizado pela grande produção desse grão e intensificado pelos incentivos fiscais federais através de programas oficiais destinados à promoção do desenvolvimento da produção agrícola em larga escala nas áreas de cerrado, caso do chamado PRODECER<sup>23</sup>.

Esse programa foi implantado, a partir de 1994, em Balsas, então principal município produtor de soja no Sul Maranhense, sob a responsabilidade da Cooperativa Agropecuária Batavo do Paraná e da Companhia de Promoção Agrícola, empresa Nipo-Brasileira sediada em Brasília. Os investimentos giravam em torno de US\$ 70 milhões, prevendo o aumento da produção de grãos da ordem de 25% a cada ano e o assentamento de quarenta famílias previamente selecionadas e que seriam responsáveis por mil hectares cada (SOUZA FILHO, 1995, p. 267-268). Adicionado a esses incentivos, o Executivo estadual, à época, baixou decretos que facilitaram a redução de tarifas alfandegárias para os produtores que exportavam grãos na região.

<sup>23</sup> O Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para Desenvolvimento Agrícola do Cerrado, que ficou conhecido como PRODECER, visava o estímulo à agricultura mecanizada em áreas de cerrado através da distribuição de créditos a agricultores do sul e sudeste do país para a ocupação de novas áreas de produção. Esse programa correspondeu a três etapas: A partir de 1974, o PRODECER I com atuações iniciais no estado de Minas Gerais; PRODECER II que se expandiu para os estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, nos anos 80; e no início dos anos 90, a implementação do PRODECER III com destino ao Maranhão e Tocantins (TAVARES DOS SANTOS, 1993).

No governo Roseana Sarney (1994-1998) foi expedido o decreto nº 13.839 de 06/05/94 que antecipava a cobrança do ICMS em data anterior àquela da apuração de pagamento dos carregamentos exportados. Isso fazia com que os produtores de grãos não fossem obrigados a pagar a alíquota de exportação usando como parâmetro a taxa cambial do dólar operada em negociações no exterior e que apresentava enorme variação. Os produtores convertiam em moeda nacional o valor daquilo que era exportado, ficando dispensados do imposto sobre a variação do dólar, e, conseqüentemente, diminuindo os custos (SOUZA FILHO, 1995, p. 257).

Já em relação ao Leste Maranhense, os índices de produção sojícola mostrados na Tabela 1 mostram um aumento significativo a cada safra anual, apesar de relativa queda provocada entre os anos de 2006 e 2007, devido às variações climáticas. Entretanto, antes desse declínio, temos uma duplicação da produção entre os anos de 2005 e 2006, mostrando um salto significativo da especialização produtiva de grãos nessa *mesorregião*.

A aceleração da produção da soja no Leste Maranhense, somente, aconteceu no final dos anos 1990, favorecida pela vinculação de certas condições que, em termos gerais, seriam a facilidade de compra de terras a preços irrisórios, proximidade a portos (como o Porto do Itaqui em São Luis) para escoamento da produção a ser exportada e ambiente biofísico favorável, vista a presença de áreas do bioma cerrado. A cultura agrícola da soja para essa região já vem representando 10% de toda a produção desse grão no Maranhão, o que fez com que desponte nos meios de comunicação<sup>24</sup> como uma das mais novas *fronteiras agrícolas* do monocultivo no país, sendo representado como o *eldorado* dos chamados *gaúchos* (CARNEIRO, 2008).

Embora a agricultura graneleira, principalmente a da soja, apresente evoluções diferenciadas tanto no Sul, quanto no Leste Maranhense, um de seus traços comuns diz respeito à participação nessa atividade de agricultores chamados localmente de *gaúchos*. Pelo menos no que diz respeito ao Sul Maranhense, a chegada desses agentes não aconteceu, paralelamente, às primeiras safras da soja. Os produtores já vinham se estabelecendo muito antes, caso daqueles que

---

<sup>24</sup> A este respeito vide as seguintes reportagens, dentre tantas: “*Gaúchos descobrem novo eldorado no Maranhão*”. Extraído de: [www.massey.com.br/portugues/campo/edicao\\_65/campo\\_frenteiraagricola1](http://www.massey.com.br/portugues/campo/edicao_65/campo_frenteiraagricola1). Obtido em 02/11/2007; “*As fazendas da região de Chapadinha se preparam para safra recorde*”. Extraído de: <http://agriculturanomaranhao.blogspot/search?updated=2007-05-10>. Obtido em 15/05/2008.

chegaram em fins dos anos 1970 e passaram a cultivar e a comercializar arroz em bases empresariais (PAULA ANDRADE, 2008a).

Para aqueles que vêm participando, atualmente, da produção da soja no Leste Maranhense, suas relações com essa atividade aconteceu com maior intensidade a partir dos últimos dez anos. A inserção no mundo da soja ocorreu após o início dos anos 1990, momento da chegada das primeiras levas de *gaúchos* a essa *mesorregião*, o que indica uma separação temporal entre sua vinculação com as atividades sojícolas (CARNEIRO, 2008).

Conforme já apontado em item anterior, pesquisas qualitativas sobre quem são os chamados *gaúchos*, como chegaram e como vêm se estabelecendo em áreas consideradas como novas *fronteiras agrícolas*, como o Leste Maranhense, ainda são escassas (HEREDIA *et alli*, 2009), permanecendo uma lacuna de conhecimento. Tendo em vista essa consideração, o primeiro aspecto a problematizar se direciona à diferenciação interna entre esses agricultores. É pertinente falar em um grupo homogêneo, no sentido de uma “classe” que reúne objetivos semelhantes e compartilhados? Ou estamos diante de indivíduos que se diferenciam a partir de critérios específicos?

Atualmente, uma das formas de definição dos grupos envolvidos direta ou indiretamente com o mercado de grãos no país encontra-se, principalmente, nos jargões de manchetes jornalísticas. Definições como *elites agrárias* ou *empresários rurais*, tão bem alardeadas na mídia<sup>25</sup>, despontam como expressões que os tornam personificações do poder econômico e político, mesmo que estejam espalhados em diferentes espaços geográficos, como Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Bahia ou no Sul Maranhense. Agrupam-se em uma mesma rubrica agentes de diferentes espaços sociais e que atravessaram condições distintas em suas inserções nos setores agrícolas ou agropecuários.

Buscando analisar a diferenciação entre os chamados *gaúchos*, torna-se útil problematizar uma homogeneidade social lançando mão da definição de “classe” em Bourdieu (2007a). Para esse autor, “classe” se determina como um espaço de diferenças, constituído em função do conjunto de posições distintas e coexistentes,

---

<sup>25</sup> Como exemplo ver matéria de site especializado no chamado *negócio e finanças* caso da revista Exame, cuja reportagem intitula-se: “*Eles são a elite do agronegócio*”. Extraído de: <http://www.portalexame.abril.com.br/revista/exame/edicoes/0897/negocios/m0133400.html>. Obtido em 20/07/2009.

exteriores e relacionadas por proximidade, de vizinhança ou de distanciamento dos agentes possuidores de diferentes tipos de capital econômico e cultural (BOURDIEU, 2007a, p. 27).

Bourdieu (2007a) se contrapõe à perspectiva marxista, aquela que se consagrou pela afirmação de um grupo mobilizado por objetivos comuns e contra outra “classe”. A formulação clássica marxista de “classe” limitou-se à compreensão da mesma como um dado em si, como uma construção imediata da teoria à prática (BOURDIEU, 2007a, p. 27). O efeito disso consistiu, assim, em fazer “ver” uma “realidade” que muitas vezes não existe, ou seja, acreditar que a “classe do papel” seja a mesma “classe da realidade” e limitada ao resultado de um trabalho político das instâncias de mobilização e de seus representantes para torná-la existente (BOURDIEU, 2007a, p. 25-26).

Desvinculando-se do legado marxista, Bourdieu indica que a posição ocupada pelos indivíduos em um espaço social específico comanda as representações sobre o espaço em construção e em relação às tomadas de posição que são mobilizadas para conservá-lo ou transformá-lo. Na medida em que elaboram suas distinções em relação a outros grupos, os agentes também constroem o espaço social em que estão inseridos, movidos pelo vínculo entre as condições objetivas e subjetivas colocadas em jogo (BOURDIEU, 2007a, p. 21). Considerando essa perspectiva bourdiana, indaga-se como os agricultores *gaúchos* classificam-se em relação a outros grupos? Quais os critérios utilizados em uma diferenciação interna entre eles?

Ademais interessa mapear as condições com as quais esses agricultores deslocaram-se de seus locais de origem ou de outras áreas em que estavam fixados, assim como as estratégias empreendidas para se estabelecerem na *mesorregião* Leste Maranhense.

As migrações de grupos familiares associados àqueles denominados como *sulistas* inserem-se em um quadro de antecedentes históricos desencadeadas pelo vínculo de diferentes fatores, como pressão demográfica nos locais de origem, falta de terras agricultáveis e não incorporação dos grupos ao processo de modernização agrícola no sul do país (DA ROS, 2008; FERNANDEZ, 2007; SCHELESINGER *et alli*, 2008; SEYFERTH, 1996). Essa mobilidade desencadeou movimentos que coincidiram ou se cruzaram, em algum tempo, com a expansão

territorial da agricultura empresarial no bioma cerrado, caso, por exemplo, do cultivo da soja em estados do Centro-Oeste, Nordeste e Norte do país (FERNANDEZ, 2007; HAESBAERT, 2007; HEREDIA *et alli*, 2009). Porém, a coincidência ou cruzamento entre as migrações e a implantação da sojicultura não, necessariamente, ocorreu de forma uniforme em todas as áreas atingidas.

Como exemplo, para o caso do Mato Grosso, depois dos migrantes já estabelecidos e criadas as possibilidades viáveis à implantação de uma base tecnológica (como sementes selecionadas, maquinário e fertilizantes) foi que se tornou possível a incorporação de áreas para a expansão da soja (FERNANDEZ, 2007, p. 176). Para o caso da Bahia, a chegada dos primeiros migrantes sulistas significou a montagem das primeiras estruturas produtivas da chamada “cultura desbravadora”, o arroz, para logo em seguida avançarem com a soja (HAESBAERT, 1997, p. 18-19). Em outras situações, como aquelas do Sul Maranhense, instalaram-se projetos agropecuários com ênfase, em sua fase inicial, na produção de arroz em larga escala e em métodos intensivos de cultivo do solo, com a produção sojícola aparecendo, somente, anos mais tarde (PAULA ANDRADE, 2008a, p. 100-106).

Mesmo considerando essas especificidades, interessa destacar aqui que as migrações de grupos sulistas para outros estados brasileiros constituíram-se, em um primeiro momento, enquanto fenômenos concomitantes aos inúmeros processos de aquisição de terras no país, invalidando uma explicação unívoca das migrações baseada em termos de relações causais com a expansão da soja nos cerrados do país. (FERNANDEZ, 2007).

A título de uma breve síntese, a incorporação e valorização de extensas áreas de cerrado, como constituição de divisas no mercado de terras no país, foi garantida ora graças ao papel do Estado com suas políticas de incentivos fiscais e implantação de projetos agropecuários, ora pela iniciativa privada através dos recursos de empresas particulares ou das relações desses organismos com incentivos adquiridos nas receitas estatais, como os fundos de créditos de programas oficiais, caso, por exemplo, do PROTERRA (FERNANDEZ, 2007, p. 176-177). A partir de meados da década de 1960, as ações oficiais tiveram um peso significativo na eclosão de movimentos migratórios, principalmente, de famílias da

região Sul do país através do chamado Plano de Valorização Econômica da Amazônia<sup>26</sup>.

No contexto desse plano, as medidas oficiais baseavam-se em uma ideologia, marcante dos governos militares, de expansão da *fronteira* atrás da implantação de projetos de ocupação territorial para áreas entendidas pelos planejadores como “vazios demográficos”, caso da Amazônia. Estavam, também, vinculadas a um planejamento oficial caracterizado como colonização dirigida no qual previam soluções para as situações de concentração fundiária, de precárias condições de trabalho e das intempéries climáticas em regiões de pressão fundiária, como no Nordeste e Sul do país (FERNANDEZ, 2007; VELHO, 1979).

A partir das décadas de 1960 e 1970, a política de colonização que prevaleceu aliava as ações oficiais às aquelas definidas pelas empresas particulares. Um sistema de colonização foi proposto com bases em áreas consideradas prioritárias ao desenvolvimento econômico e na organização do espaço em núcleos de colonização formados por pequenos e médios lotes rurais e urbanos. A prioridade era para segmentos sociais de origem camponesa do Sul do país, o que veio a se concretizar em projetos de colonização oficiais, casos de Canarana, em Barra do Garças (MT) e com o Programa *Terranova* (TAVARES DOS SANTOS, 1993, p. 51).

Aparece nesse contexto a migração de famílias de origem camponesa que não conseguiram espaço no processo de modernização agrícola nos estados do Sul e avançaram em direção ao Centro-Oeste do país (TAVARES DOS SANTOS, 1993). Em certo momento de seus deslocamentos, cruzaram com grupos indígenas, com segmentos camponeses já estabelecidos e com outros que muito antes, já desde os anos de 1920, migravam das áreas secas do Nordeste para os vales úmidos do Maranhão, Sul do Pará, norte do Tocantins e Mato Grosso adentrando na floresta amazônica (MARTINS, 2009; VELHO, 1972).

Ainda nos idos dos anos 1970, a intervenção governamental se deu através de inúmeros mecanismos de investimentos com vistas à atração de empresas ou agricultores. Destacaram-se, por exemplo: os incentivos financeiros com o Programa para Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) que investiu

---

<sup>26</sup> O Plano de Valorização Econômica da Amazônia (PVA) foi criado pela Lei nº 5.173/66, cujo objetivo era “promover o desenvolvimento e o auto-sustento da economia e o bem-estar social da região amazônica, de forma harmônica e integrada na economia nacional. Para ser colocado em prática, definiram-se três áreas de ação: 1) políticas de incentivos fiscais; 2) disponibilização de terras; 3) construção de infra-estrutura (FERNANDEZ, 2007, p. 162).

em atividades de médios e grandes produtores através da distribuição de empréstimos que chegavam próximo a US\$ 600 milhões, à época, estendendo-se de 1975 a 1982; o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA), lançado em 1974 que promoveria o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais em áreas prioritárias da Amazônia; além do chamado PRODECER, executado em áreas de cerrado como estratégia para o desenvolvimento da agricultura graneleira em bases empresariais (TAVARES DOS SANTOS, 1993).

Embora a ação oficial apareça como principal aporte de negociação da aquisição de terras ou de venda a particulares, ganha importância a atuação da chamada colonização particular, cuja função inicial era ampliar e facilitar ao poder público o acesso de famílias à propriedade rural. Na prática, essa colonização garantia a valorização das terras adquiridas pelo Estado, pelas grandes empresas ou pelos agricultores que chegavam do sul do país à região Centro-Oeste (FERNANDEZ, 2007).

A terra não era vendida ou passível de investimentos por qualquer agente, destinava-se àqueles que se enquadravam ou estavam próximos de certas qualidades definidas pelas colonizadoras, como a tradição de ser agricultor. A prioridade orientava-se para uma clientela tida como experiente e adiantada nas técnicas agrícolas modernas, processo que, gradualmente, transformava o camponês em uma nova categoria de agente, o chamado *agricultor moderno*<sup>27</sup>, legitimando a aquisição de créditos para conseqüente valorização e quitação de eventuais dívidas (FERNANDEZ, 2007; GRAZIANO DA SILVA, 1981).

Não obstante a maior participação do Estado, em anos anteriores, para o avanço da *fronteira agrícola* no país, uma das particularidades do mercado de terras pós anos 1990 diz respeito à chegada e permanência de outros atores em jogo, caso de grupos empresariais somando-se, também, à atuação mais freqüente das

---

<sup>27</sup> Personagem que se insere em um processo de transformações no meio agrário interpretadas pela lógica da chamada “modernização agrícola”, conforme a configuração de certos aspectos: 1) política setorial de créditos rurais a grandes produtores da região Centro-Sul; 2) valorização da produção com fins à exportação nas áreas já ocupadas e naquelas que vinham a ser incorporadas no mercado de terras, aumentando a participação da agricultura brasileira no mercado externo; 3) investimentos em processo de drenagem, irrigação, máquinas e insumos agrícolas, transformando as estruturas das relações de trabalho; 4) participação da esfera financeira nas atividades agrícolas, caso da especulação do imóvel rural; 5) atendimento às demandas de consumo de alimentos nas grandes áreas urbanizadas; 6) consolidação das cadeias e dos complexos agroindustriais (GRAZIANO DA SILVA, 1981; HEREDIA *et alli*, 2009).

chamadas *tradings* e iniciativas autônomas de grandes produtores (FERNANDEZ, 2007; HEREDIA *et alli*, 2009). Isso, por exemplo, vem se configurando no caso do Leste Maranhense onde, por exemplo, já se fixaram empresas destinadas ao cultivo e comercialização de grãos com fins à exportação ou para fins de esmagamentos em unidades localizadas no Sul Maranhense ou em estados do Centro-Oeste.

O maior fluxo de agentes participando do mercado de terras no país aponta, assim, para as chamadas “novas fronteiras agrícolas” em áreas do cerrado nordestino através de configurações como o chamado *MAPITOBA* (siglas iniciais dos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia)<sup>28</sup> ou outras inscritas e que vem emergindo nesse cenário, como é o caso do Leste Maranhense e daquelas situadas na região Norte, especialmente no estado do Amazonas e Oeste Paraense (caso de Santarém).

Nesse contexto, constitui-se um quadro mais complexo e diversificado em relação aos incentivos financeiros que, apesar do peso da esfera estatal baseada em créditos e outras medidas, como inovações tecnológicas e de pesquisa, divide espaço com mecanismos de financiamento e subsídios à comercialização oriundos de outras fontes, caso, por exemplo, da crescente intervenção das *tradings* (ALVES, 2006; HEREDIA *et alli*, 2009). Aqui cabe questionar, considerando toda a sorte de incentivos (oficiais ou não) para a atração de agricultores de outras regiões para o Nordeste, se a vinda dos chamados *gaúchos*, nos últimos vinte anos, para região do Leste Maranhense, baseia-se em financiamentos oficiais, frutos das conjunturas macroeconômicas? Ou estaríamos diante de deslocamentos movidos por interesses específicos, aproximando-se daquilo que Velho (1979, p.101) aponta como alternativas abertas pela *fronteira*, ou em outras palavras, a “possibilidade de uma trajetória social ascendente e o enfraquecimento de uma subordinação estrita imediata”?

Sem perder de vista os condicionantes oficiais, interessa destacar que as dinâmicas sociais concretizadas pelos agentes vinculados, nos dias atuais, à expansão da agricultura moderna, em espaços que se consagram ao rótulo do

---

<sup>28</sup> Seriam exemplos disso, o Sul Maranhense (Balsas), sul do Piauí (liderados por Uruçui e Bom Jesus), norte de Tocantins (liderado por Araguaína) e o Oeste Baiano (liderado pelos municípios de Barreiras e Luis Eduardo Magalhães). Ver reportagem intitulada **O sertão agora é assim. A riqueza do mapitoba nordestino.** Extraído de <http://www.portalexame.abril.com.br/revista/exame/edicoes/0947/negocios/sertao-agora-assim-482542.html>. Obtido em 21/09/2009.

chamado *agronegócio*<sup>29</sup>, apontam para uma complexidade de configurações sociais que desvelam as marcas dos deslocamentos e fixação em diferentes regiões a partir das estratégias individuais ou coletivas, mas sempre geridas pela família (HEREDIA *et alli*, 2009). Estudos recentes (DESCONSI, 2009)<sup>30</sup> mostram que famílias de agricultores<sup>31</sup> ao chegarem no norte de Mato Grosso, após 1990, orientavam-se por diversas estratégias, como o trabalho de *peão*, a fixação enquanto *assentados* pelos programas de reforma agrária implementados e/ou, posteriormente, faziam-se como produtores independentes através de recursos próprios, de vínculos com empresas maiores ou da aquisição de terras em outros estados como forma de complementar o patrimônio.

Mesmo considerando essas variáveis, algumas famílias já chegavam de seus locais de origem com certo patrimônio material (recursos materiais) e cultural (práticas e saberes agrícolas) ou mantinham contatos com familiares em outras regiões que, em momentos de crise, auxiliavam em despesas ou dificuldades não previstas (DESCONSI, 2009). Isso tudo se baseia, conforme Heredia *et alli* (2009, p. 29) em um planejamento da reprodução familiar, avaliada cotidianamente nos locais para onde migram, sem necessariamente desconsiderar os impactos que as dinâmicas estruturais provocam em suas tomadas de decisões.

Temos aí um quadro de provisoriedade dos grupos, com alguns deles permanecendo nas mesmas áreas, outros retornando aos locais de origem e continuando a manter propriedades nas regiões para onde se deslocaram ou aqueles que adotam estadia temporária, procurando reunir condições para que avancem mais ao Norte e/ou Nordeste do país. Isso problematiza o encontro ou o

---

<sup>29</sup> Conforme Welch e Fernandes (2008, p. 165), a categoria *agronegócio* tem sua matriz no chamado *agribusiness*, criado nos fins da década de 1950, nos Estados Unidos. Originalmente, *agribusiness* significou um complexo de sistemas que compreendia agricultura, indústria, mercado e finanças. Para Grynspan (2008, p. 01-02), *agronegócio* se impôs, no Brasil, como “categoria de identificação e aglutinação de agentes – indivíduos, grupos e instituições – que, apesar de vinculados à égide do agro, estão posicionados em diferentes setores da economia e têm um espaço de circulação que vai além do mundo rural. A sua afirmação constituiu-se pelo trabalho de produção e imposição de novas representações do rural, de seus agentes e de suas relações com o mundo de uma maneira mais ampla”.

<sup>30</sup> Pesquisa intitulada **Sociedade e Economia do Agronegócio**: um estudo exploratório, coordenada por Beatriz Heredia, Leonilde Medeiros, Moacir Palmeira e Sergio Pereira Leite, realizada no norte de Mato Grosso e na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, em Minas Gerais. Inclui outros pesquisadores, estudantes de doutorado, mestrado e de graduação ligadas a diferentes universidades.

<sup>31</sup> Conforme Desconsi (2009, p.04), os “pequenos” produtores rurais constituem aquelas famílias denominadas pelas categorias *assentados* e *chacareiros* que adquiriram diferentes quantidades de terras no norte do Mato Grosso. Os chamados *assentados* possuem entre 50 e 200 hectares, enquanto os denominados *chacareiros* usufruem de áreas entre 2,5 a 10 hectares.

cruzamento dessas famílias com a expansão das atividades agrícolas modernas em torno de conexões causais lineares, como se os deslocamentos desses agentes se fizessem, unicamente, complementares à atração exercida pelo chamado *agronegócio* (HEREDIA *et alli*, 2009, p. 29). As migrações configuram-se em termos de estratégias, de rearranjos individuais ou coletivos, com vistas a concretizar outros interesses, rompendo com uma forma de pensar o processo migratório em termos de um trânsito único entre os locais de origem e o de chegada, como *chegar e ficar*, característicos das análises sobre migrações internas, nos anos 1970 e 1980 (MENEZES e SILVA, 2006; PALMEIRA, 1977).

Inspirando-me nessas considerações, e voltando para o presente estudo, questiono como se configuraram os processos migratórios dos chamados *gaúchos* para o Leste Maranhense nos últimos anos? Como esses agricultores planejam seus deslocamentos? Eles vêm em grupos familiares e/ou estão inseridos em redes de contato, como amigos, familiares? Qual a importância desses contatos em sua fixação naquela região? Quais as estratégias acionadas para a concretização de seus deslocamentos e estabelecimento no Leste Maranhense? Como eles percebem suas trajetórias influenciadas pelas condições estruturais?

Procura-se entender os agentes pesquisados a partir de suas existências, permanências e mudanças no contexto das dinâmicas de avanço da *fronteira agrícola* no país, incorporando, assim, uma perspectiva que valorize os significados e as estratégias adotadas em seus fluxos migratórios (MENEZES e SILVA, 2006). Os contextos de implantação ou de expansão de atividades econômicas, caso do chamado *agronegócio* são, de forma generalizada, analisados a partir de estudos macroeconômicos, como das redes de mercados e das instituições econômicas que viabilizam essa forma produtiva ou dos efeitos provocados ao meio ambiente. Contrariamente a isso, busca-se investigar quem são os grupos envolvidos nesse mundo econômico e de quais processos sociais fazem parte.

### **3. Em busca das fontes sobre os *gaúchos***

O universo empírico da pesquisa foi construído, principalmente, a partir das informações e situações encontradas a cada etapa de trabalho de campo. Apesar disso, antes das viagens aos municípios onde se localizam os chamados *gaúchos* e outros informantes que tiveram fundamental importância na pesquisa,

reuni fontes secundárias como medida para a obtenção de informações prévias sobre os pesquisados.

Em um primeiro momento, o principal obstáculo era levantar possíveis nomes dos agricultores com o objetivo, preliminarmente, de formar um banco de dados que, no decorrer da pesquisa fosse confrontado com as informações adquiridas nas primeiras viagens a campo.

Procurava saber detalhes, como nomes, origem e locais de residência, mesmo que fossem mínimos, para ter uma orientação razoável antes da inserção em campo. Esse momento não foi fácil, pois nada se tinha de material produzido sobre a presença e estabelecimento daqueles agentes no Leste Maranhense. O que encontrava estava restrito às fontes jornalísticas sobre a produção graneleira, principalmente aquelas veiculadas na Internet<sup>32</sup> ou material estatístico obtido junto a órgãos oficiais de pesquisa<sup>33</sup>.

Uma das assessoras da ONG Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH-MA) indicou que através dos Cadastros de Autorizações para uso alternativo do solo existentes na Superintendência do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA) e na Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Maranhão (SEMA) existia uma lista disponível com a identificação dos proprietários de imóveis rurais dos municípios em que realizaria trabalho de campo. A busca por esses dados vinha influenciada pelo conhecimento dos desmatamentos que ocorriam na região pesquisada, indicando que as áreas utilizadas para desmate, possivelmente, poderiam ser as mesmas apropriadas para o plantio das culturas de grãos. Com isso, a primeira medida foi obter informações pessoais sobre os requerentes, como origem, ocupação e localização dos imóveis rurais, utilizando esses cadastros como fontes.

Procurei levantar o maior número de informações sobre os cadastros de autorização para desmatamentos, adotando como amostra inicial aqueles referentes

---

<sup>32</sup> Dados informativos e diversas reportagens encontradas através de pesquisa na Internet em sites especializados de revistas ou periódicos, como, por exemplo, Revista Exame ([www.revistaexame.com.br](http://www.revistaexame.com.br)), Revista Panorama rural ([www.panoramarural.com.br](http://www.panoramarural.com.br)) e Portal do Agronegócio ([www.portaldoagronegocio.com.br](http://www.portaldoagronegocio.com.br)), além dos chamados *blogs*, espaços de textos on line, sobre a agricultura graneleira no Maranhão, e em especial no Leste Maranhense ([www.agriculturanomaranhao.blogspot.com](http://www.agriculturanomaranhao.blogspot.com)).

<sup>33</sup> Informações obtidas através do Banco de Dados Agregados do Sistema IBGE de Recuperação Automática SIDRA do IBGE que mantém banco de dados com o Censo Agropecuário (2006), o Censo Demográfico do IBGE (2000), a Contagem da População 2007 (IBGE) e o Banco de Dados IBGE Cidades@.

a cinco municípios da *microrregião* de Chapadinha: Anapurus, Brejo, Chapadinha, Mata Roma e Santa Quitéria do Maranhão e tendo como limite temporal os anos de 2001 a 2007. Esses municípios já apareciam em outro estudo (CARNEIRO, 2008) como aqueles envolvidos com a produção sojícola naquela *microrregião*, justificando a escolha.

Entre os anos de 2001 e 2006, foram encontrados noventa e quatro (94) pedidos de autorização para desmatamento no Núcleo de Movimentação Florestal (NUMOF), setor do IBAMA. Os processos eram identificados por um número de protocolo e, na maioria deles, constava que o desmatamento destinava-se à produção de carvão vegetal ou ao desenvolvimento de atividades agrícolas.

Os processos não esclareciam quais os tipos de culturas agrícolas seriam desenvolvidas a partir da aprovação dos desmatamentos e, muitos deles estavam apenas registrados no sistema eletrônico do IBAMA, mas não foram encontrados em pastas impressas, o que dificultou, nesse momento, a obtenção de dados pessoais sobre os requerentes.

A partir de 2006, as listagens das autorizações passaram do IBAMA/MA para a responsabilidade da Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Maranhão (SEMA)<sup>34</sup>. Nessa última instituição foram encontrados vinte e nove processos de autorização para desmatamentos entre os anos de 2006 e 2007.

Tanto nessa última instituição quanto no IBAMA os processos impressos, ou seja, aqueles nos quais constavam as informações das áreas a serem desmatadas repetiam, em muitos casos, os mesmos requerentes, em um mesmo município, ou em municípios diferentes. Isso levantou a hipótese de que os proprietários de terras das localidades pesquisadas possuíam dois ou mais imóveis rurais na região ou solicitavam as licenças na qualidade de procuradores de outros. Esse fato acabou sendo comprovado, posteriormente, com a realização das viagens a dois dos municípios escolhidos (Anapurus e Chapadinha).

Outra constatação foi a existência de processos impressos que não apresentavam todos os dados pessoais, como locais de nascimento e de residência, e também, não foram encontrados, em alguns deles, as áreas das propriedades e daquelas a serem desmatadas. Considerando essa lacuna de informações entre um e outro processo, optei por reunir, de forma arbitrária, na Tabela 2, uma amostra que

---

<sup>34</sup> A partir de 2006, a gestão ambiental rural foi repassada aos Estados que passaram a ter competência legal para autorizações de desmatamentos e licenciamentos de atividades rurais.

considera os nomes dos requerentes que se repetiam com mais de uma propriedade em um ou mais município adicionado os respectivos locais de nascimento, de residência, do nome e área (em hectares) da propriedade e da dimensão (em hectares) autorizada para desmatamento.

**Tabela 2:** Informações pessoais de proprietários de imóveis rurais recolhidas nos Cadastros de Autorizações para uso alternativo de solo<sup>35</sup>

Município	Requerente	Origem	Local de residência (constante no processo)	Propriedade	Área (ha)	
					Propriedade	Autorizada
Anapurus	Paulo César de Bortoli Librelotto	Cruz Alta – RS	Anapurus – MA	Fazenda João Paulo	19,33	13,47
				Fazenda Víncius	550,00	415,76
Anapurus	Roberto Rocha Czech	Ponta Grossa – PR	Campo Grande – MS	Fazenda Ponta Grossa	194,13	153,70
Anapurus	Motoharu Sonomura	Cambé – PR	Pinheiros – SP	Fazenda Chapadão	1.100,00	871,75
Anapurus	Auli Turchetto	Maringá – PR	Maringá – PR	Fazenda Carobinha	599,87	383,27
Anapurus	Marcio Adamowicz	Ponta Grossa – PR	Campo Grande	Fazenda Sofia	197,75	156,04
Brejo	Olívio Barzotto	Carazinho – RS	Cascavel – PR	Fazenda Regence	1.115,7	892,56
Brejo	Walter Vontobel	Ijuí – RS	Sarandi – RS	Fazenda Vontobel I	508,53	388,95
				Fazenda Vontobel II	549,61	413,71
Brejo	Félix Eduardo Stroher	Apucarana – PR	Brejo – MA	Fazenda Suíça		
Brejo	Evaldo Grobner	Faxinal – PR	Chapadinha – MA	Fazenda Typuana I	322,8	258,24
				Fazenda Typuana II	297,72	238,18
				Fazenda Typuana III	901,66	661,82
Brejo	Jorge Nelson Pressi	Vargeão – SC	Cascavel – PR	Fazenda Bacuri do Padre – Lote 169	603,92	483,13
				Fazenda São Tomé – Lote 170	247,191	46,88
				Fazenda São Tomé – Lote 171	193,95	193,95
				Fazenda São Tomé II – Lote 294	143,74	76,20
				Fazenda Sussuarana – Lote 134	199,01	151,08
Brejo	João Rieder	Getúlio Vargas – RS	Mata Roma – MA	Fazenda Pera	719,37	0,00
Brejo	Gilmar Lunelli de Freitas	Passo Fundo – RS	Passo Fundo – RS	Fazenda Valessa	168,41	121,44
Brejo	Vilson Ambrozi	Getúlio Vargas – RS	Chapadinha – MA	Fazenda Santa Bertila	369,39	293,00
Chapadinha	Célio Paludo	Seára – SC	Chapadinha	Fazenda Lagoa Amarela	745,93	571,32
Mata Roma	Paulo César de Bortoli Librelotto	Cruz Alta – RS	Anapurus – MA	Fazenda Morros	798,76	155,36
					798,76	428,01
Mata Roma	Sideneo Bortolo Andreghetto	Porto Alegre – RS (registro de nascimento)	Chapadinha – MA	Fazenda Sousa	296,34	237,07
Mata Roma	Edeltraut Érica Strobel	Ajuricaba – RS	Palmeira das Missões – RS	Fazenda Nova Jerusalém I	807,89	571,67
				Fazenda Nova Jerusalém II	292,19	292,19
				Fazenda Santa Rita	54,45	53,95
				Fazenda Santa Rita	38,28	37,32
Santa Quitéria do Maranhão	Gilmar Lunelli de Freitas	Passo Fundo – RS	Passo Fundo – RS	Fazenda Floresta	1.474,31	860,00
				Fazenda Mori	1.435,48	960,07
Santa Quitéria do Maranhão	César Luiz Weber	Getulio Vargas – RS	Chapadinha – MA	Fazenda Palmira XII	1.271,86	709,03
				Fazenda Palmira 08	1.016,85	794,28
				Fazenda Mori	1.435,48	960,07

<sup>35</sup> **Fonte:** Núcleo de Movimentação Florestal (NUMOF-IBAMA-MA)/ Centro Florestal – Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Maranhão

Observando a tabela, é notável destacar que a maioria dos requerentes mostrados não é de origem maranhense, o que acabou confirmando a hipótese inicial do levantamento de dados de que seriam originários de outros estados brasileiros, principalmente, da região Sul do país. Isso possibilitou um primeiro apanhado de prováveis nomes e das origens dos proprietários de terras, objetivando realizar uma comparação dessas informações com aquelas obtidas nos momentos das viagens aos municípios escolhidos como locais da pesquisa.

Vale lembrar que os requerentes para pedidos de desmatamento nos anos pesquisados não, necessariamente, excluem possíveis proprietários de origem maranhense ou de outros estados que não chegaram a ser levantados no presente estudo. Assim, a tabela acima não contempla um universo total, mas se limitou a apresentar uma amostra, conforme já indicado, de proprietários oriundos de estados do Sul do país.

Outro aspecto a ser destacado refere-se à diferença entre a identificação dos municípios inscritos nos processos documentados com os locais de residência indicados pelos requerentes. Isso levou a uma das primeiras hipóteses, ou seja, pensar que alguns dos proprietários da região possuíam áreas em seus nomes espalhadas em municípios diferentes daqueles em que residiam. Podiam residir em um município, mas suas *fazendas* estariam localizadas em outra cidade. Essa situação acabou se confirmando através dos depoimentos colhidos nas viagens do trabalho de campo apontando que esses agentes se movimentam por diversas localidades da região pesquisada.

Interessante perceber ainda que em relação aos municípios, alguns dos requerentes indicavam seus endereços de residência como sendo aqueles de localidades de outros estados e não nos municípios pesquisados. Isso de imediato foi pensado como um possível entrave à pesquisa, pois acreditava que muitos dos proprietários listados apenas teriam uma quantidade de hectares registrados em seus nomes, mas não estariam residindo nos locais indicados nos cadastros, o que se tornaria mais uma dificuldade na realização dos futuros contatos. Porém, alguns dos requerentes, mesmo com os endereços de suas residências em outros estados, foram apontados, após as primeiras informações colhidas nas viagens a campo, como residentes nos municípios da região.

Este fato, provavelmente, mostra a falta de atualização das informações por parte dos órgãos onde foram protocolados os processos de autorizações de desmatamentos, no que diz respeito aos dados residenciais contidos nos cadastros. Durante a pesquisa, percebi que muitos dos processos estavam sem algumas páginas, situação que os próprios funcionários dos órgãos pesquisados acabavam reconhecendo como prejudiciais a um melhor detalhamento do material.

O levantamento deste material foi útil, principalmente, para reunir informações preliminares mínimas sobre os proprietários rurais da região a ser pesquisada, como dados pessoais e a dimensão dos imóveis rurais, superando o vazio encontrado no início da busca de fontes. Servia, assim, como um possível primeiro guia que, posteriormente, foi comparado com as entrevistas junto aos primeiros informantes.

#### **4. Agentes poderosos: pré-conceitos sobre os *gaúchos***

Fechada a etapa da coleta preliminar de informações que pudessem tornar mais claros alguns detalhes primários sobre o universo dos pesquisados, muitas indagações sobre como chegar a eles geraram dúvidas e anseios quanto aos possíveis obstáculos de um início de pesquisa. Reconheço que antes da ida a campo, imaginava uma reação não amistosa dos chamados *gaúchos* à chegada do pesquisador, principalmente, porque pouca informação se tinha a respeito deles, desconhecendo se concordariam ou não com a pesquisa.

Por conta disso, creio ser útil passar em revista, inicialmente, alguns dos anseios tomados por mim, anteriores à minha inserção a campo, deixando mais claro, conforme indicado por Gerald Berreman (1975), os vários temores que afetam um pesquisador e que, em muitas situações, ficam restritas ao universo mais íntimo das anotações do caderno de campo. Segundo esse autor:

(...) menos freqüentemente ainda, [os antropólogos] fizeram uma exposição sistemática daqueles aspectos do trabalho de campo que extravazam uma definição convencional de método, mas que são cruciais para a pesquisa e seus resultados. A fim de obter informações prévias sobre inúmeros problemas práticos de sua especialidade, o futuro pesquisador de campo em qualquer disciplina, deve muitas vezes basear-se no anedotário ocasional de seus predecessores, ou em comentários igualmente acidentais, registrados em prefácios de etnografia (BERREMAN, 1975, p. 123).

Essa espécie de “angústia” inicial, pré-entrada em campo, justificava-se por reconhecer que a principal definição da qual eu partira para pesquisar os chamados *gaúchos* baseava-se na idéia, difundida no senso comum, de que eles se constituíam como grupos ou frações economicamente dominantes, portanto como *grandes proprietários* de terras destinados a se manter na produção graneleira. Era essa a primeira impressão levantada antes mesmo da ida a campo e isso se tornava, a meu ver, uma espécie de obstáculo, pressupondo que os pesquisados seriam agentes de difícil acesso. Por conta disso, havia o receio de ser identificado por eles como um acadêmico que viria bisbilhotar sua vida privada ou ser acusado de querer obter informações para usá-las contra eles.

Tratando de refletir sobre isso, as sugestões de Pinçon e Pinçon-Charlot (2007, p.24) indicam que pesquisar sobre certos grupos considerados dominantes, em específico contexto, requer saber de um mundo que é, por definição, restrito à discricção. Para os autores, os grupos identificados como dominantes não gostam muito que falem deles fora de situações em que eles não controlam.

Um motivo que surgiu como obstáculo inicial à pesquisa, marcando inclusive as decisões iniciais do pesquisador, diz respeito a uma certa timidez social dos próprios sociólogos. É relativamente mais difícil de enfrentar, na entrevista e no trabalho de campo, agentes providos de diferentes capitais ou modos e saberes capazes de legitimar a posição ocupada, do que entre as classes mais populares com as quais o sociólogo goza de uma relação assimétrica a seu favor no contato com o pesquisado (PINÇON e PINÇON-CHARLOT; 2007, p. 23-24).

Conforme acentuam Pinçon e Pinçon-Charlot (2007, p. 24), em casos de classes abastadas, elas, geralmente, sabem se manter no seu lugar e colocar o sociólogo no seu. Como boa parte dos sociólogos alcançou uma posição social média – e considero-me inserido neste perfil social de pesquisador – ele não estará tão a vontade para enfrentar agentes sociais que o ignorem, suspeitem de suas ações ou que sabe lhes ser socialmente superior.

Essas implicações não deixam de estar vinculadas, mesmo que indiretamente, ao acesso do pesquisador a certas informações e de que forma elas são manipuladas por esses tipos de pesquisados. Por terem o domínio da arte da conversação e da expressão oral, certos indivíduos manteriam um domínio sobre

suas representações frente àqueles que os tomam para objeto de investigação (PINÇON e PINÇON-CHARLOT, 2007, p. 27).

Assim, se por um lado reconheço uma suposta timidez, por outro lado existiram momentos iniciais de aversão por aqueles escolhidos como “nativos” da pesquisa. Entendia que os pesquisados se legitimaram socialmente como antagonistas de segmentos sociais, como os camponeses, que por sua vez sempre apareceram como os sujeitos a serem pesquisados, indicando aí um mal-estar-deontológico vivido pelos cientistas sociais que pesquisam agentes abastados em específico contexto.

Entretanto, muitas das situações objeto dessas inquietações não chegaram a se concretizar durante a prática do trabalho de campo. Os contatos com os chamados *gaúchos* demonstraram não representar uma tarefa tão difícil, contrariamente ao que suspeitava no início da pesquisa. Seja nas chamadas *fazendas*, ou em suas residências na sede dos municípios visitados, os agricultores contatados sempre se disponibilizaram para as entrevistas, fato que neutralizou imediatamente as angústias iniciais.

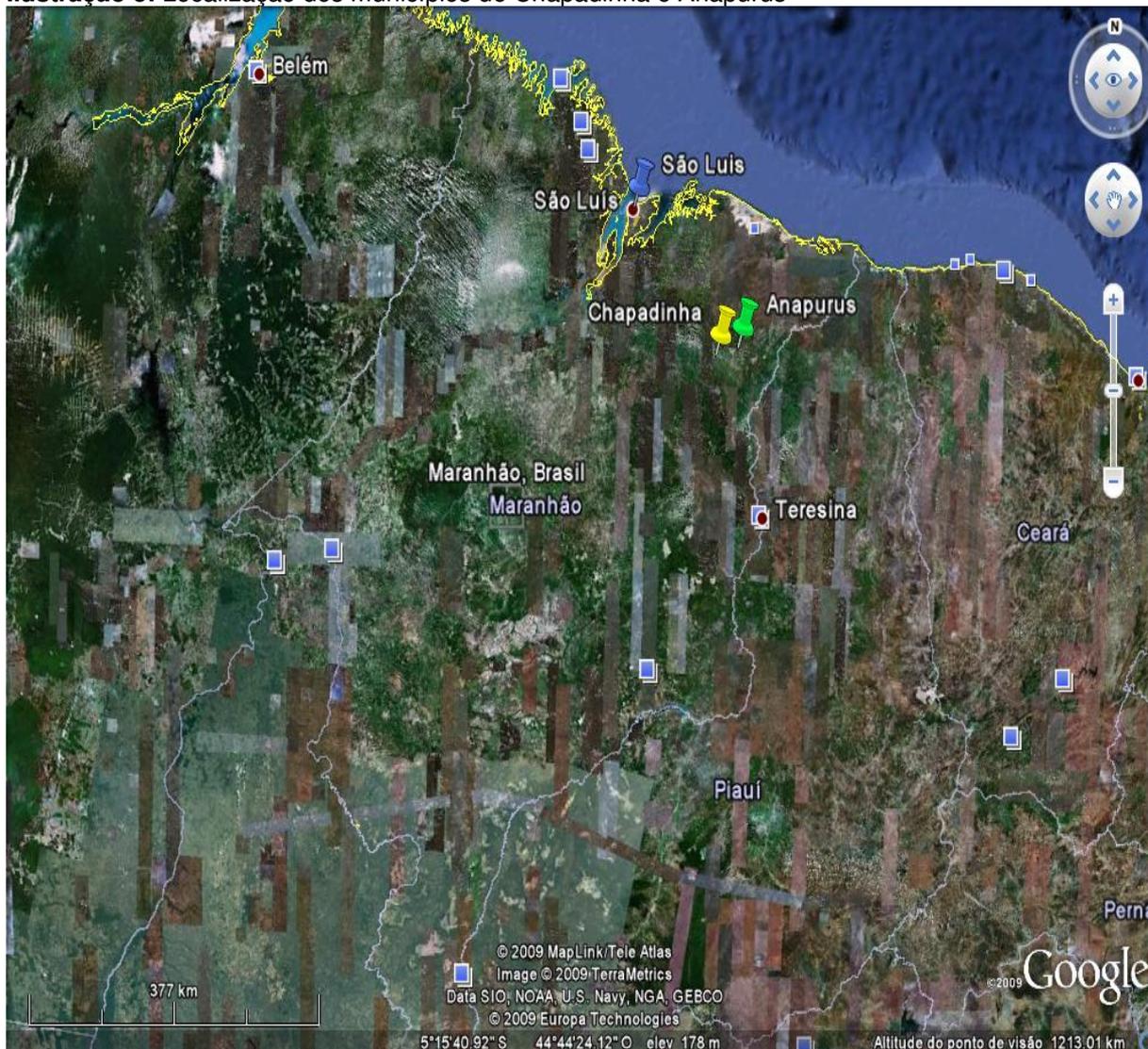
Desfeitas muitas das equivocadas apreensões do pesquisador, o percurso metodológico adotado teve como prioridade a realização de conversas informais não-gravadas e anotadas em cadernos de campo ou de diálogos gravados a partir de roteiros semi-estruturados. A adoção das entrevistas permitiu obter um número relevante de informações do universo dos grupos pesquisados, como as posses materiais, os dados biográficos, as estratégias e motivações individuais de fixação no Leste Maranhense. Também, foi possível apreender algumas categorias que orientam suas práticas e interesses, bem como as de autodefinição e aquelas usadas na relação com outros agentes.

As entrevistas permitiram compor um específico registro memorialístico dos pesquisados a partir de suas trajetórias individuais/coletivas e a dinâmica das estruturas econômica, políticas e sociais que os afetavam. Esse registro foi significativo para a pesquisa, pois contribuiu para que os pesquisados descrevessem suas diferentes experiências de vida no tempo, desvelando, sempre que possível, elementos de um contexto mais geral que interferem em suas práticas e relacionados aos deslocamentos e fixação no Leste Maranhense.

## 5. Informante-chave e primeiros contatos com os *gaúchos*

A seleção dos entrevistados não seguiu uma classificação previamente estabelecida, porém os contatos com eles foram realizados em dois municípios da *microrregião* de Chapadina: Anapurus e Chapadina. Essas cidades são bem próximas, com distância de 6 km entre elas e contam com boa parte dos agricultores *gaúchos* da região.

**Ilustração 3:** Localização dos municípios de Chapadina e Anapurus



Fonte: Google Earth

Chapadina é considerada o pólo administrativo da *microrregião*, com área de 3.247 km<sup>2</sup> e contando com 67.649 habitantes (IBGE, 2007)<sup>36</sup>. É uma cidade que dispõe de uma maior quantidade de serviços se comparada com outros

<sup>36</sup> Contagem da População 2007.

municípios daquela *microrregião* como rede hoteleira, bancos, hospitais, supermercados, faculdades, estação rodoviária e diversificado comércio, o que lhe confere a passagem cotidiana de inúmeras famílias residentes em outras localidades ou cidades próximas. Por conta disso, as informações preliminares indicaram que muitos dos *gaúchos* residem em Chapadinha por conta da facilidade daqueles serviços, apesar de manterem suas propriedades de produção graneleira em *fazendas* distribuídas em municípios próximos.

Por outro lado, Anapurus é um município menor que Chapadinha, com área de 608 km<sup>2</sup> e população de 12.580 habitantes (IBGE, 2007)<sup>37</sup>. Essa cidade é atravessada pela rodovia MA-222 que, dentro do perímetro urbano, recebe o nome de Avenida João Francisco Monteles, em homenagem a um antigo prefeito e integrante de uma das primeiras famílias residentes no local. Anapurus fica bem próximo de outro município da região, Mata Roma, distante cerca de 6 km sendo separados, de acordo com os moradores locais, pelo Rio Negro, pequeno curso d'água que atravessa as duas cidades.

Comparada com Chapadinha, Anapurus não dispõe da mesma quantidade de serviços mantidos por essa outra cidade, como por exemplo, rede bancária, restaurantes, supermercados e amplos hotéis. Essa situação provoca a saída semanal dos seus moradores para Chapadinha, com o objetivo de terem acesso aos serviços que acabam não encontrando em Anapurus.

Nas viagens realizadas a essas duas cidades, obtive muitas informações sobre a presença dos chamados *gaúchos* na região com moradores locais através de conversas informais ou entrevistas gravadas. Esses informantes fizeram as primeiras indicações de quem seriam os agricultores *gaúchos*, além de relatarem suas opiniões e observações cotidianas a respeito daqueles migrantes. No presente estudo, optei por fazer as referências aos moradores locais através de nomes fictícios, medida escolhida para preservar suas identificações.

Em relação ao universo dos agricultores *gaúchos*, priorizei os mais antigos, ou seja, aqueles que chegaram primeiro na região, vistos como os *portavozes* da história do grupo, além daqueles reconhecidos socialmente como de maiores posses, no caso da cidade de Anapurus. Como esses agentes não se opuseram à divulgação de sua identificação na pesquisa, adotei seus nomes reais

---

<sup>37</sup> Censo Contagem da População 2007.

em cada referência a eles. Ademais, por conta de alcançar informações que complementavam certos aspectos discutidos no presente estudo, tive a oportunidade de fazer contato com outros *gaúchos* residentes em São Luis e que também tinham propriedades em outras cidades do estado, como Balsas e Vitória do Mearim.

Por conta do pouco conhecimento sobre esses agentes, os contatos com eles foram sendo realizados na medida em que certas condições da pesquisa contribuía ou não para a primeira aproximação. Essa situação foi resolvida logo nas primeiras viagens a Anapurus, principalmente, com a colaboração de uma informante potencial. Nesse município, hospedei-me na casa de Rosário Sousa<sup>38</sup>. Ela é funcionária pública e professora, residente há quinze anos na sede de Anapurus, depois de se mudar da zona rural desse município em meados da década de 1990.

Essa senhora foi fundamental para as minhas primeiras inserções em campo, pois eu não conhecia ninguém em Anapurus e não havia mantido contato com nenhum *gaúcho* antes das viagens<sup>39</sup>. Durante as duas primeiras viagens a essa cidade, Rosário mostrou-se uma personagem-chave para os contatos com os pesquisados podendo ser identificada como o tipo de informante para o qual alguns antropólogos já chamaram atenção em estudos clássicos. William Foote-Whyte é apenas um dos exemplos de pesquisadores que se valeram da ajuda de um informante especial.

Foote-Whyte (2005) afirma que conseguiu se inserir com mais facilidade no campo de sua pesquisa, obtendo informações ou realizando contatos com seus pesquisados, sem tantas dificuldades, por conta, principalmente, da ajuda de um dos moradores locais que se tornou o seu principal interlocutor. Esse autor estudou uma comunidade de jovens de origem italiana em um bairro periférico de Boston, Estados Unidos, pelos idos dos anos 1930. Não conhecia nenhum dos moradores, por serem socialmente afastados de sua origem social, reconhecendo que um de seus primeiros obstáculos era “achar uma forma de entrar no distrito. Corneville estava

---

<sup>38</sup> Nome fictício.

<sup>39</sup> O contato com Rosário ocorreu por indicação da professora Maristela de Paula Andrade, que a conhecia de pesquisa realizada anos antes em Anapurus, quando aquela residia no povoado São João e trabalhava na agricultura.

bem à minha frente, e ainda assim tão distante. (...). era um estranho num mundo completamente desconhecido” (FOOTE-WHYTE, 2005, p. 291-292).

Como mostrado por Foote-Whyte (2005, p. 283) em sua exposição sobre as condições objetivas e decisões tomadas no decorrer de sua pesquisa, o principal informante dele, chamado pelo nome fictício Doc, levou-o a estabelecer os primeiros contatos com diferentes pesquisados, como os grupos de jovens da esquina pesquisada ou com aqueles que freqüentavam os clubes de jogos ilegais ou bares noturnos. Foote-Whyte, então, conseguia adentrar cada vez mais num universo desconhecido, por conta, principalmente, daquele informante que se tornou, conforme as palavras do antropólogo, um verdadeiro colaborador da pesquisa (FOOTE-WHYTE, 2005, p. 302).

Considerando toda a diferença entre esse estudo clássico de Foot-Whyte e as limitações com as quais me deparei em meu trabalho de campo e, principalmente, observando que minha pesquisa foge às implicações de uma observação sistemática do cotidiano dos pesquisados, principal método adotado por aquele autor, é notável reconhecer como a minha principal interlocutora se tornou, também, a principal colaborada da minha pesquisa.

Primeiramente, foi através das conversas e entrevistas com essa informante que surgiram as primeiras informações sobre os *gaúchos*, inclusive os nomes daqueles que chegaram primeiramente à região, com alguns deles confirmando-se nas listas dos proprietários de imóveis rurais presentes nos cadastros para autorizações de uso do solo, pesquisados antes das primeiras viagens<sup>40</sup>. A senhora Rosário mantinha contatos próximos com alguns dos *gaúchos*, pois em anos anteriores já havia trabalhado como doméstica para um deles ou compartilhava de amizades com eles ou com suas esposas. Isso aparece nas indicações dos *gaúchos* que ela conhecia:

**Rosário Sousa:** (...) eu conheci o Quico e o Neco.

**Pesquisador:** Quico e Neco?

**Rosário Sousa:** Quico e Neco e também teve o Constantino. Constantino, esse era muito falado na região, que ele era o dono das terras lá ali naquela fazenda da Denise. Quando a gente vem de Chapadinha, já chegando aqui não tem aqueles campos?

**Pesquisador:** Tem.

**Rosário Sousa:** Pois aquilo era do Constantino, que Constantino morava com Diva, essa minha colega.

---

<sup>40</sup> Ver Tabela 2.

**Rosário Sousa:** Aí chegou, o Paulo, o Délio, aí, o Gerverson, o Elton, chegou o André, chegou qual foi, agora um dia desses, chegou uma irmã do Elton, não sei o nome, não sei o nome dela não, sei que ela tem umas filhas, umas gaúchinhas aí (Entrevista concedida em 11 de fevereiro de 2009).

Rosário intermediava, aos moldes de um Doc, os primeiros contatos com os chamados *gaúchos*. Isso ocorreu através do uso do telefone, firmando os primeiros encontros ou nas idas às residências ou locais de trabalho daqueles pesquisados. Percebia que havia uma nítida preocupação dessa informante, no início da pesquisa, em fazer com que o pesquisador pudesse realizar o que ele tinha programado.

Além de contribuir, significativamente, para a indicação de vários agricultores *gaúchos* com os quais mantinha contato, um segundo aspecto importante da interlocução feita com a senhora Rosário mostrou-se no conhecimento que a mesma tinha das condições de vida deles. Ela também sabia daqueles com quem não mantinha relações pessoais, ou como ela dizia não tinha *uma intimidade*.

**Rosário Sousa:** (...) e aí chegou, e tem muitos (*gaúchos*), eu conheço assim.

**Pesquisador:** Esse (*gaúcho*) que a senhora não tem intimidade que chegou.

**Rosário Sousa:** Seu Plínio? O que eu não tenho intimidade, esse Clóvis., que tá lá, não sei o que é que ele é, sei que (inaudível). Seu João (Rieder). também que mora ali, ele morava lá no caminho do Brejo, agora ele veio embora aqui para o caminho de Mata Roma. Lá ele plantava, quando morava no caminho de Brejo, agora aqui em Mata Roma ele mudou. Lá ele deixou o filho dele, não sei o que é que o filho dele faz, não sei se o filho dele tá plantando lá. Aqui em Mata Roma ele planta, ele planta melancia e os tanques de peixe, peixe, tá naqueles açudes pra criar peixe tambaqui e tem, conheço também o Evaldo, que a mulher dele é a Marli e o Gilmar.

**Pesquisador:** Eles dois moram em Anapurus?

**Rosário Sousa:** Não, moram em Chapadinha, mas só que a convivência deles é pra cá.

**Pesquisador:** E onde é a *fazenda* deles?

**Rosário Sousa:** A *fazenda* deles é perto do Brejo, mas a *fazenda* do Evaldo eu já fui lá, passei até a semana lá (Entrevista concedida em 11 de fevereiro de 2009).

Além da contribuição dessa interlocutora para a “boa entrada em campo”, realizei viagens ao município de Chapadinha, próximo de Anapurus. Como já havia estabelecido contatos prévios em Anapurus, muitas das informações adquiridas sobre os *gaúchos* indicavam para a presença de outros em Chapadinha. A partir

disso, a principal estratégia de continuidade da pesquisa ocorria, principalmente, pelo contato com aqueles indicados nas primeiras entrevistas.

As referências sempre eram aqueles considerados os mais antigos, ou aqueles vistos como os “porta-vozes” da chegada do grupo nos municípios. Portanto, em muitas ocasiões, com exceção daqueles contatos intermediados pela senhora Rosário, o uso do telefone se mostrou o principal canal de contato e possível para o agendamento de entrevistas.

Os agricultores contatados em Chapadinha foram acionados através de encontro realizado com a filha do presidente da Associação de Produtores do Cerrado Leste (APACEL) ocorrido em São Luis em um restaurante na Avenida Litorânea, no dia em que ela participava, nessa cidade, de um curso em instituição particular de ensino superior<sup>41</sup>. A partir deste primeiro contato foi viável fazer os possíveis encontros com três *gaúchos* residentes em Chapadinha.

Tanto em Chapadinha como em Anapurus, os agricultores receberam-me em suas residências, sempre que, preliminarmente, contatados por telefone ou em viagens anteriores. Somente em uma ocasião, apesar de ter marcado o encontro para tal local com quatro dias de antecedência, por meio de contato feito por celular, um deles não se mostrou afeito a realizar o encontro em sua residência, em Chapadinha.

Assim, no dia marcado para o encontro e a realização de entrevista, o agricultor preferiu o contato no local onde eu estava hospedado, em um hotel da referida cidade. Após as primeiras conversas e o anúncio de que eu já mantivera contato anterior com sua filha, o agricultor mostrou-se mais aberto, convidando, inclusive, para o encontro com outro chamado *gaúcho* no mesmo dia. Após esse momento, decorridas as primeiras falas, o próprio entrevistado fez declarações que considerava sigilosas e enfatizou que as mesmas poderiam ser enunciadas a mim já que havia terminado a entrevista e desligado o gravador.

Apesar desse fato, o êxito na realização das entrevistas já contrariava as noções iniciais sobre possíveis dificuldades com estes pesquisados. Todos se mostraram bastantes interessados em participar da pesquisa, principalmente, quando se viam questionados por perguntas que eles reconheceram como relevantes para a compreensão de seu estabelecimento no Maranhão, como seus

---

<sup>41</sup> O contato com a filha do presidente da APACEL foi possível através do professor Jefferson Selbach que leciona no campus IV da Universidade Federal do Maranhão, em Chapadinha.

históricos de vida, suas relações familiares e sociais e os interesses que os motivaram a se fixarem na região. O próprio tema da pesquisa tornou-se um elemento de empatia dos pesquisados para com o pesquisador, fato que os deixou seguros para elaborarem quadros memorialísticos de extrema relevância para o andamento da pesquisa.

## II. MICRORREGIÃO DE CHAPADINHA: Processos históricos de ocupação do cerrado antes da chegada dos *gaúchos*

### 1. Formação histórica da região

O presente capítulo recupera a formação sócio-histórica da atual *microrregião* de Chapadinha, área na qual vêm se fixando os chamados *gaúchos* envolvidos com a produção sojícola. Ademais, se recorda de forma breve as intervenções de atividades agro-industriais ocorridas entre as décadas de 1980 e 1990.

Apesar de existirem estudos voltados, pontualmente, à história da formação de municípios da região, caso de Brejo e Tutóia (ROCHA, 1997; SÁ, 1997) ou obras de teor biográfico sobre indivíduos considerados personagens locais importantes (COUTINHO, 1986; LAGO, 1989), não se encontra disponível trabalhos que priorizem uma visão compacta da região em uma perspectiva histórica. A recuperação dos processos passados de ocupação busca superar uma lacuna historiográfica da formação histórica e sociológica da região em questão, entendendo como essa grande área veio se constituindo, em termos geográficos e sócio-econômicos, até o momento da chegada dos *gaúchos*.

A interpretação corrente sobre o povoamento pretérito da atual *microrregião* de Chapadinha indica a formação de áreas periféricas às grandes plantações de algodão da região vizinha do Itapecuru, na segunda metade do século XVIII (PAULA ANDRADE, 1995). Entretanto, o levantamento de certas fontes indicou a constituição dos primeiros núcleos de povoamento e de atividades econômicas autônomas na região, opostos à idéia de ocupação periférica da região do Itapecuru<sup>42</sup> (MARQUES, 1970).

Em relação à divisão administrativa passada dos núcleos de povoamento, a mais antiga datação encontra-se em carta de datas e sesmarias emitida por *D. Fernando Antônio de Noronha, governador e capitão-general das capitanias do Maranhão e Piauí* ao Rei de Portugal. Em 1795, esse governador informava sobre a existência de aldeias do grupo indígena Anapurus em áreas onde se localizariam as futuras vilas de Brejo dos Anapurus e São Bernardo da Parnaíba, solicitando a

---

<sup>42</sup> A partir da segunda metade do século XVIII, o vale do Itapecuru tornou-se a principal área produtora de algodão e arroz do Maranhão voltada para o mercado internacional de matérias-primas e alimentos – a grande lavoura exportadora. No decorrer do século XIX, essa produção sofreu momentos de expansão e crise compensadas com investimentos na agroindústria açucareira, mas que chegou à sua derrocada no final desse século (FARIA, 2001, p. 32).

concessão “em nome de Sua Majestade, ao diretor, principal e índios do lugar do Brejo de Anapurus três léguas de terras em quadro, segundo as reais ordens (MARQUES, 1970, p. 158).

Posteriormente àquele ano, a Provisão Episcopal de 07 de setembro de 1799 anexava a freguesia de São Bernardo da Parnaíba à de Nossa Senhora da Conceição do Brejo dos Anapurus. Esse pedido do Bispo do Maranhão à época – Dom Joaquim Ferreira de Carvalho – devia-se às dificuldades que os párocos encontravam naquela primeira freguesia para a realização das suas obrigações religiosas, pois o sítio em que se encontrava a igreja matriz era alagadiço e de difícil acesso para os moradores locais. Com isso, a igreja matriz foi revertida para a sede da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Brejo dos Anapurus.

A partir do século XIX, uma nova divisão administrativa de freguesias foi realizada para assegurar os trabalhos religiosos das paróquias locais. Isso aparece em trecho da “Provisão Régia de 18 de abril de 1820”:

por sua vasta extensão ou desmedida distância de muitas léguas das igrejas matrizes, [foram os territórios das vilas de Pastos Bons e de São Bernardo do Brejo] divididos em 5 freguesias: - a de S.Félix de Balsas, a de Pastos Bons, a de Almeida d’El-Rei, a de S. Bernardo do Parnaíba e a do Brejo dos Anapurus (MARQUES, 1970, p. 158).

A criação dessa nova freguesia e a divisão territorial das mesmas aparece como uma solução para diminuir as dificuldades de comunicação entre as paróquias e os moradores locais no território compreendido entre as duas vilas mencionadas – Pastos Bons e São Bernardo do Brejo (ver Ilustração 3). Essa divisão justificava-se pela necessidade de cada pároco administrar “seus sacramentos e mais pasto espiritual aos povos que habitarem nos seus respectivos distritos” (MARQUES, 1970, p. 158)<sup>43</sup>.

Com a constituição das cinco freguesias e, posteriormente, das primeiras vilas, é interessante notar que, originalmente, existia um imenso território reunindo uma grande faixa geográfica de cerrado. Esse território ia desde os limites do extremo Leste do Maranhão até próximo ao atual município de Balsas, incluindo aí

---

<sup>43</sup> As fontes demonstraram controvérsia em relação à divisão das freguesias, apontando que informações mais antigas sobre a criação das freguesias apresentam lacunas. Marques (1970), por exemplo, indica a existência das freguesias Nossa Senhora da Conceição do Brejo dos Anapurus e São Bernardo da Parnaíba já no século XVIII (1799), mas contradiz isso fazendo referência, em outro momento, à criação das mesmas freguesias no século XIX, com a “Provisão Régia de 18 de abril de 1820. Por outro lado, Lago (1989, p. 61) confirma a existência daquelas duas freguesias através da Provisão Episcopal de 07 de setembro de 1799.

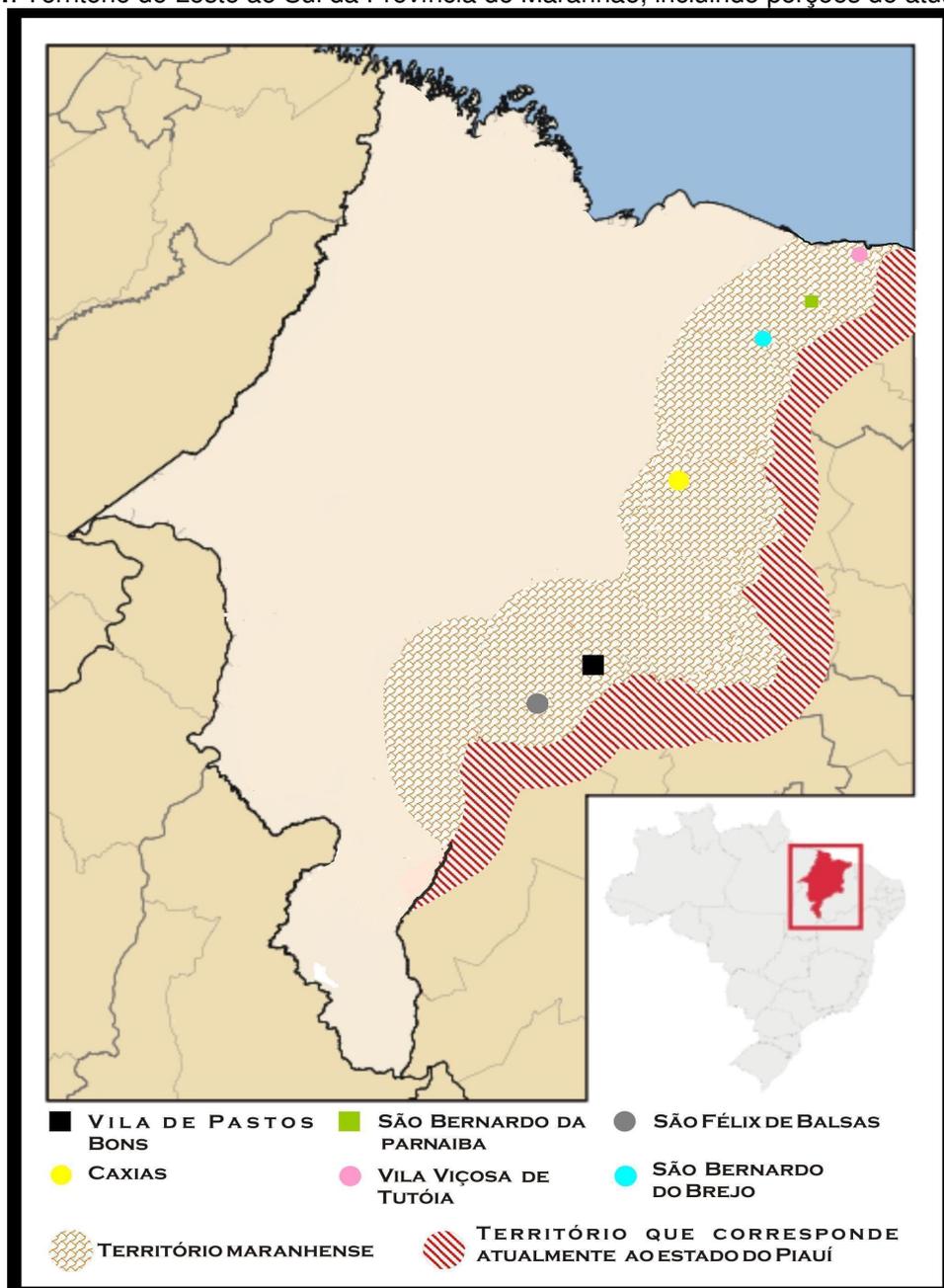
áreas do atual estado do Piauí que, antes da divisão daquelas cinco freguesias, pertencia ao Estado Colonial do Maranhão e Piauí<sup>44</sup>. Pontuado pelas vilas que eram as sedes das freguesias criadas com a Provisão Régia de 1820, esse território constituía-se em uma grande área que ligava o Leste ao Sul do Maranhão<sup>45</sup>, ilustrado com o mapa a seguir:

---

<sup>44</sup> Pela Resolução Régia de 25 de agosto de 1654, o Estado Colonial do Maranhão foi transformado em Estado do Maranhão e Grão-Pará abrangendo os atuais territórios dos estados do Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Maranhão e Piauí (excluindo a Capitania do Ceará que em 1646 havia passado para o Estado Colonial do Brasil). Através da Provisão Régia de 1774, o Estado do Maranhão e Grão-Pará dividiram-se em duas unidades: o Estado do Grão-Pará e Rio Negro com sede em Belém e o Estado do Maranhão e Piauí com sede em São Luís. Somente com Carta Régia de 10 de outubro de 1811, o Piauí foi separado do Maranhão (MARQUES, 1970, p. 439).

<sup>45</sup> Marques (1970, p. 258) indica a existência de um “mapa de uma parte da Província do Maranhão” elaborado pelo Major do Corpo de Engenheiros José Joaquim Rodrigues Lopes nas andanças desse senhor pelo interior “para servir nas questões de limites entre as comarcas de Caxias, Brejo e Itapecuru-Mirim, levantada em 1847”. Vale destacar que em pesquisa ao Arquivo Público do Estado do Maranhão no setor de manuscritos avulsos elaborados por esse engenheiro, na mapoteca e através dos documentos referentes à Comarca de Brejo no período citado, não foi encontrado o referido mapa, o que, certamente, traria maiores informações sobre a demarcação e limites dessa Comarca durante o século XIX, permanecendo ainda como uma lacuna de conhecimento histórico sobre a região pesquisada.

**Ilustração 4:** Território do Leste ao Sul da Província do Maranhão, incluindo porções do atual Piauí<sup>46</sup>



Através da Provisão Régia de 29 de janeiro de 1820, foi pedida a criação da Vila de Brejo – chamada primeiramente de São Bernardo do Brejo e depois de Brejo dos Anapurus – e a de São Bernardo da Parnaíba. Porém, a elevação à categoria de vila só foi possível um ano depois, em 20 de dezembro de 1821, quando o ouvidor da Comarca de Brejo teve à sua disposição as provisões dos *juílgados* das referidas vilas (MARQUES, 1970, p. 580).

<sup>46</sup> Elaboração: José Raimundo Araújo Júnior.

A vila de Brejo dos Anapurus elevou-se à condição de município através de Lei provincial de 11 de julho de 1870, constituindo a principal localidade da Comarca de mesmo nome. Outra freguesia criada foi a de Santana do Buriti através de Lei provincial nº157, de 20 de outubro de 1843 onde se localizava o povoado de mesmo nome e que, posteriormente, integrou-se ao município de Brejo (MARQUES, 1970, p. 160). Em relação ao atual município de Chapadinha, sua criação remonta à freguesia de Nossa Senhora das Dores da Chapadinha através da Provisão Régia de 25 de setembro de 1801. (MARQUES, 1970, p. 201).

Em relação à atual cidade de Anapurus, antes de sua emancipação à condição de município, essa localidade pertencia à vila de Brejo dos Anapurus segundo entrevista com um informante:

**Pesquisador:** O nome Anapurus vem de onde, o senhor sabe?

**Benedito Miranda<sup>47</sup>:** É, por causa dos, dos índios, aqui era **terra de índio**, diz que era os Anapurus. Brejo dos Anapurus, aí ficou Anapurus, também, dos Anapurus. (...) Nesse tempo era Vila Estrela.

**Pesquisador:** Era Vila Estrela?

**Benedito Miranda:** Vila Estrela, é, depois quando foi emancipada passou pra Anapurus.

**Pesquisador:** Por causa de quê?

**Benedito Miranda:** Do Brejo. É porque aqui era Brejo, **Brejo dos Anapurus**.

**Pesquisador:** Aqui era Brejo?

**Benedito Miranda:** Aqui era Brejo. Até aqui a Vila Estrela, tudinho era Brejo, isso aqui tudo, o município de Anapurus era Brejo.

**Pesquisador:** Mas, não era Vila Estrela?

**Benedito Miranda:** Era Vila Estrela, mas município de Brejo, porque pertence, aqui ainda pertence a Comarca de Brejo (Entrevista concedida em 18 de março de 2009).

Em termos econômicos, a região não deve ser pensada separada por vilas ou freguesias, mas existia uma específica dinâmica entre as áreas das antigas freguesias de Nossa Senhora da Conceição do Brejo dos Anapurus (com sede em Brejo dos Anapurus) e de São Bernardo da Parnaíba (com sede na vila de mesmo nome) com a vila da Parnaíba, localizada no Piauí.

Brejo dos Anapurus foi ocupado em uma área atravessada por várias lagoas e pequenos riachos que se lançavam no Rio Parnaíba (MARQUES, 1970, p. 159). Nas lagoas próximas à vila eram realizadas pescarias por camponeses locais, informação que aparece nos depoimentos colhidos por Assunção (1988).

---

<sup>47</sup> Nome fictício.

A pescaria era mais nas lagoas. Dava muito com tarrafa e puçá. A rede era de fio de algodão ou de tucuns. Hoje, os donos não deixa mais pescar. No Parnaíba se pescava mais no mês de maio, com os peixes de água acima e ganhava as lagoas e igarapés. Era só para a pobreza pescar. Depoimento de Manoel Alves, Férias, Magalhães de Almeida (ASSUNÇÃO, 1988, p. 65).

Mesmo que a área citada por Assunção (1988) indique para outro município da região, caso aí de Magalhães de Almeida, essa localidade fazia parte até 1952, ainda na condição de povoado, do município de São Bernardo. Em entrevista com o senhor Benedito Miranda aparece a indicação das pescarias nas lagoas próximas ao rio Parnaíba como uma alternativa de trabalho importante na economia local.

**Benedito Miranda:** *[os trabalhadores]* quando querem pescar, vão pescar no rio Parnaíba.

**Pesquisador:** Já é longe daqui?

**Benedito Miranda:** É longe.

**Pesquisador:** Fica pra onde?

**Benedito Miranda:** Brejo, adiante de Brejo um pouco, aí fretam um carro aqui, pagam as, às vezes a passagem, fretam um carro e **vão pras lagoas**, passam dois dias, três dias, quando chegam aqui é com um isopozinho cheio de peixinho (Entrevista concedida em 18 de março de 2009).

Como indicado no trecho da entrevista acima, as lagoas encontram-se próximas ao curso do Rio Parnaíba, nos limites do Maranhão com o Piauí, e ficam distantes das sedes de municípios, como Anapurus e Brejo. As formações lacustres estariam mais próximas dos municípios de São Bernardo e Magalhães de Almeida, que se aproximam ou limitam com o curso daquele rio. Isso mostra como a localização das áreas lacustres na região, apontada pelo senhor Benedito Miranda vincula-se com aquelas já apontadas em estudos mais sistematizados (ASSUNÇÃO, 1988; MARQUES, 1970).

Além da pesca artesanal, a região tinha como principais atividades econômicas, no século XIX, o desenvolvimento de culturas agrícolas, como mandioca, arroz, milho, feijão, tapioca ou goma, fumo, azeite de coco e a criação de gado bovino solto nas áreas de cerrado. Mesmo que as fontes encontradas ainda apresentem informações incompletas, temos uma idéia da produção na região com a Tabela 3:

**Tabela 3:** Produção agrícola da vila de Brejo estimada para o ano de 1862

<b>Gênero alimentício</b>	<b>Quantidade estimada</b>
Açúcar	4.300 arrobas
Farinha de mandioca	45.000 alqueires
Arroz	30.000 alqueires
Milho	35.000 alqueires
Feijão	1.000 quartas
Goma	2.000 quartas
Aguardente	130 pipas
Algodão	1.150 sacas
Fumo	250 arrobas
Rapadura	50.000 arrobas
Azeite de coco	5.000 frascos
Azeite de carrapato	2.000 frascos
Gado vacum	3.000

**Fonte:** SÁ (1997, p. 57)<sup>48</sup>.

Conforme mostrado na tabela acima, a economia local não se reduzia a uma produção de subsistência ou, muito menos, à comercialização local, haviam produtos que eram exportados para outras áreas, caso da farinha, açúcar, algodão e azeite de carrapato e coco. Havia, também, o desenvolvimento de outros comércios, como tabaco, fumo, curtimento e sola de gado, o que chegou à grande escala de exportação da região em direção à capital e às cidades de Parnaíba e Teresina, na província do Piauí, conforme apontado em trecho abaixo:

Trabalham aqui [em São Bernardo da Parnaíba] muito no curtimento e preparo da sola de gado vacum, de veado, de cabra, e no fabrico do azeite de coco e de carrapato, tudo é exportado pelo rio Parnaíba para a cidade de São João do mesmo nome, na plantação e preparo de tabaco ou fumo em grande escala, chegando para o consumo e para a exportação talvez de 800 a 1.000 arrobas por ano (MARQUES, 1970, p. 581).

A comunicação feita com a capital São Luís tornava-se possível via Vila do Parnaíba através de embarcações fluviais, caso da Companhia Fluvial do Piauí que tinha uma de suas escalas no chamado *Porto da Repartição*, localizado à margem esquerda do rio Parnaíba e distante 12 km da Vila de Brejo. A Vila de Parnaíba exercia, no século XIX, uma influência bem maior na região do que a

<sup>48</sup> Cf. MATTOS, Belarmino de. Almanaque administrativo e industrial para 1862. Quinto Ano. São Luís. Typ. do Progresso. 1862, p. 261.

própria capital do Maranhão por conta do escoamento mais fácil da produção local (MARQUES, 1970, p. 160-161).

## 2. População e Povoamento

Duas importantes fontes históricas, o *Mapa da População do 1º Distrito da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Termo da Vila de São Bernardo Comarca de Brejo no ano de 1837* e o *Mapa da População da Comarca de Brejo Em o Anno de 1837*, permitem apresentar dados demográficos da Comarca de Brejo, na primeira metade do século XIX. Os mapas detalham as quantidades de homens e mulheres naquela Comarca, no referido ano, cruzando-as a partir da faixa etária com critério étnico (*índios*)/cor da pele (*brancos, pardos, pretos*)/condição social (*livres e escravos*), conforme mostrados a seguir:

**Tabela 4:** Mapa da população da vila de São Bernardo do Brejo (1837)

Anos de Idade	Branços		Índios e Pardos Livres		Pardos Escravos		Pretos Livres		Pretos Escravos		Total
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
De 1 a 5 anos	177	151	461	338	51	39	12	11	56	61	1.357
De 5 a 14 anos	157	144	530	612	46	30	18	17	94	110	1.758
De 14 a 25 anos	131	157	543	634	42	51	13	21	92	87	1.771
De 25 a 50 anos	212	152	679	705	52	46	33	30	216	142	2.249
De 50 para cima	51	45	178	174	6	8	21	17	53	27	580
											<b>7.715</b>

**Fonte:** *Mapa da População do 1º Distrito da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Termo da Vila de São Bernardo Comarca do Brejo no Anno de 1837 – Juiz de Paz do 1º Distrito da Vila de São Bernardo – 1837. Ofícios do Major dos Engenheiros José Joaquim Rodrigues Lopes no Maranhão ao presidente da Província.*

**Tabela 5:** Mapa da população da Comarca de Brejo (1837)

Anos de Idade	Branços		Índios e Pardos Livres		Pardos Escravos		Pretos Livres		Pretos Escravos		Total
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
De 1 a 5 anos	327	281	1027	814	104	96	63	58	193	146	3.019
De 5 a 14 anos	311	314	1230	1223	113	75	74	71	340	349	4.100
De 14 a 25 anos	274	299	1254	1355	110	93	60	66	448	339	4.298
De 25 a 50 anos	422	324	1.483	1.394	61	83	82	77	855	484	5.269
De 50 para cima	170	133	441	383	15	21	57	59	287	150	1.716
	1.504	1.351	5.435	5.169	407	368	336	331	2.123	1.468	<b>18.492</b>

**Fonte:** *Mapa da População da Comarca de Brejo Em o Anno de 1837. Ofícios do Major dos Engenheiros José Joaquim Rodrigues Lopes no Maranhão ao presidente da Província.*

Observando os dados demográficos do período indicado, é possível apontar que a Comarca de Brejo (constituída, à época, das vilas de São Bernardo do Brejo, de São Bernardo da Parnaíba e de Tutóia), apresentava maioria da população composta por homens e média etária da população em torno de 14 a 50 anos de idade. É interessante notar que nos dois mapas, as categorias *índios* e *pardos livres* aparecem vinculadas e acabam compondo a maioria da população, totalizando na Comarca do Brejo a quantidade de 10.604 indivíduos com a soma de homens e mulheres.

Ainda ficaria uma lacuna em relação à quantidade distinta de *índios* e daqueles identificados como *pardos livres*, situação não encontrada em nenhuma outra fonte ou referência bibliográfica. Isso se explicaria pela falta de informações precisas no recenseamento de população ocorrido durante todo o período colonial e primeiras décadas do Império, principalmente pela falta de técnicas apropriadas à sua coleção e de recursos humanos qualificados para operacionalizá-las (MARQUES, 1970, p. 518).

Os dois mapas quase seguem uma mesma divisão quantitativa no que diz respeito à separação dos grupos pelo critério étnico/cor da pele/condição social, com *índios* e *pardos livres* no topo, acompanhados depois pelos *brancos*, *pretos escravos* e *pardos escravos*, finalizando com a menor quantidade de *pretos livres*. Assim, a única diferença aparece na contagem entre as categorias *brancos* e *pretos escravos*. Aqueles considerados *brancos* apresentavam-se em maior quantidade na vila de São Bernardo do Brejo do que na Comarca inteira, enquanto os denominados *pretos escravos* permaneciam como o segundo grupo mais populoso da região, porém em menor quantidade nessa vila.

Em relação ao mapa da Comarca de Brejo, temos uma quantidade significativa de *índios*, *pretos* e *pardos*, sejam livres ou escravos, com um total de 15.637 indivíduos, contrastando com os 2.855 *brancos* identificados, mostrando o predomínio daquelas categorias sociais na região. A existência maior de indivíduos naquelas categorias se traduziria, um século depois, na formação de vários povoados na região por descendentes de escravos fugidos ou alforriados e por descendentes de indígenas desaldeados, conforme aponta estudos históricos e etnográficos (ASSUNÇÃO, 1988; SOUZA FILHO, 2008).

Os dados apontam para um índice populacional relativo, descartando a hipótese de ser uma área despovoada e indicando que a vila de São Bernardo do Brejo representava aquela de maior concentração populacional da Comarca (MARQUES, 1970, p. 580). Por outro lado, a população total da Comarca de Brejo era baixa se comparada, por exemplo, com aquela da capital São Luis que, mesmo em anos anteriores, já apresentava índice maior como os 30.000 habitantes levantados por Spix e Martius (1981, p. 270) em 1819 ou os 20.000 habitantes registrados em 1818 pelo viajante inglês Robert Southey (*apud* MARQUES, 1970, p. 521).

A Comarca de Brejo também continuava com nível populacional inferior se comparada com a totalidade da população existente na Ribeira do Itapecuru, região com a qual, geograficamente, se limitava. Mesmo sem fontes que a igualem ou a aproximem do período indicado no mapa da Comarca de Brejo, a região da Ribeira do Itapecuru, no início do século XIX (1805), possuía uma população de 13.672 habitantes (GAIOSO, 1970, p. 164). No entanto, ultrapassaria Brejo, já que a população do Itapecuru aumentaria, significativamente, entre os anos de 1812 e 1821, com o incremento do número de escravos nas suas lavouras em decorrência da chegada maciça de 37.533 africanos no Maranhão naquele período (PEREIRA DO LAGO, 2001, p. 116-119).

Em relação ao povoamento, além da existência de tribos indígenas em toda a Comarca de Brejo, a vila de São Bernardo da Parnaíba abrigou grandes fazendas de gado dos jesuítas da Companhia de Jesus chamadas *Santo Agostinho*, *Bacuri* e *Sambaíba* (MARQUES, 1970, p. 581). Posteriormente à desagregação dessas propriedades, já nos fins do século XIX e primeiras décadas do XX, temos a chegada de levas de trabalhadores vindos de estados que sofriam com contradições da estrutura agrária e com a seca, caso do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Bahia, conforme vem apontado no mapa elaborado a seguir:

**Ilustração 5:** Caminhos de penetração dos nordestinos no Maranhão<sup>49</sup>



**Fonte:** CORREIA DE ANDRADE (1973, p. 98).

Observando a Ilustração 5, vemos que os nordestinos (primeiramente os cearenses e piauienses) criadores de rebanhos se fixavam mais nas áreas de cerrado em vez de seguir para os vales úmidos dos rios. Na passagem pelo Rio Parnaíba, os criadores atravessavam do Piauí para o Maranhão em duas direções,

<sup>49</sup> Elaboração: José Raimundo Araújo Júnior.

pelas cidades de Floriano e Teresina. Eles seguiam em direção aos cursos fluviais ou espalhavam-se em direção ao cerrado, tanto para o nordeste do Maranhão em direção a Caxias e mais ao norte, chegando à região de Brejo ou para o sul do estado, em direção a Pastos Bons (CORREIA DE ANDRADE, 1973, p. 97).

As frentes de povoamento seguiam as linhas do telégrafo e da BR-316 em direção, na maior parte delas, às regiões consideradas mais férteis, se estabelecendo próximo aos cursos dos Rios Mearim, Gurupi, Grajaú e Pindaré. Havia grupos que seguiam para a região de Barra do Corda em direção ao Tocantins, onde se situam as cidades de Carolina e Imperatriz. Outros se direcionavam para os vales do Mearim, seguindo o rumo do Alto Turi, atravessando municípios como Pedreiras, Bacabal e Pindaré-Mirim (CORREIA DE ANDRADE, 1973, p. 96-99).

Nessa porção que compreendia as antigas Vilas de Brejo e São Bernardo da Parnaíba, os migrantes nordestinos foram se estabelecendo e aí permaneceram mais de um século adotando práticas específicas de uso dos recursos naturais, constituindo uma base econômica autônoma e independente da influência das grandes lavouras do passado. Sob diversas formas de acesso à terra formaram um campesinato específico da região: pequenos proprietários, detentores do título da terra; *herdeiros de terra de herança sem partilha*; os parentes desses *herdeiros*, sem direito à terra, mas que moram e cultivam nas terras de familiares; os parentes de *herdeiros* que apenas residem nos limites dos povoados, mas pagam renda para cultivar em terras de latifundiários ou de pequenos proprietários; os *herdeiros de terra de herança* que pagam renda para cultivar a terra em outras propriedades; os *moradores de terras de preto* e os *herdeiros* ou pequenos proprietários que ocupam terras de *chapada*, tornando-se posseiros (PAULA ANDRADE, 1995, p. 34).

Esses grupos realizam a pequena produção de alimentos articulada à extração de mel e, principalmente, frutas nativas como o bacuri e o pequi e mantêm a pequena criação de animais em áreas do cerrado local, respectivamente, chamadas de *chapadas* e *baixões*. As *chapadas* são áreas abertas e altas, sem muitas árvores, com poucos cursos d'água e, historicamente, foram utilizadas, principalmente, para a criação do rebanho bovino e caça, conforme mostra o entrevistado abaixo:

**Pesquisador:** E as *chapadas* eram usadas para quê antes?

**Benedito Miranda:** Antes só para criação, porque todo mundo criava avulso aí no mundo, criava na *chapada*, a *chapada* servia pra isso, pra criar.

**Pesquisador:** O povo caça nas *chapadas*?

**Benedito Miranda:** Caça, de primeiro, caçava a nambu, o jacu, a arapuã (Entrevista concedida em 18 de março de 2009).

Esses espaços são apropriados há mais de um século pelos diversos segmentos camponeses e extrativistas da região e servem de trechos de circulação de pessoas e mercadorias entre um povoado e outro e entre povoados distantes das estradas de acesso às sedes dos municípios. São locais, também, destinados à extração dos frutos de espécies nativas, como bacurizeiros e pequizeiros, assim como a retirada de madeira para a fabricação de peças de artesanato nativo vendidas em povoados locais ou municípios da região, o que acaba complementando a economia doméstica desses grupos. Além disso, nas *chapadas* realiza-se a criação de animais domésticos, como cavalos, porcos e galinhas, utilizados como reserva de valor para venda ou troca entre as famílias camponesas.

As áreas indicadas para a produção agrícola são chamadas de *baixões* ou *capões*. Os *baixões* são terrenos mais baixos, alagadiços, com freqüente passagem de cursos d'água ou pequenos córregos e os *capões* correspondem a pequenos trechos de aglomerado de árvores localizadas em meio às *chapadas*, mas que são apropriadas para o cultivo local.

Os chamados *gaúchos* apropriaram-se das *chapadas* que, logo à chegada deles, foram vendidas a preços baixos. Nas *chapadas*, esses agentes utilizam a técnica do *correntão*, ou seja, tratores de esteira que carregam na parte inferior grandes correntes destinadas à derrubada da vegetação nativa por onde passam. Em períodos de plantio, ocorre a pulverização das áreas onde será cultivada a soja com o uso de pequenos aviões carregados de material agrotóxico.

Devido à diminuição das árvores e arbustos nativos, as famílias camponesas gradativamente vêm se desfazendo das atividades realizadas nas *chapadas* e que integravam sua economia, como a quebra de coco babaçu e a coleta de bacuris, pequis e outros frutos nativos. As áreas destinadas ao plantio da soja provocam modificações nas representações que essas famílias fazem do território local.

Os campos de soja estão distribuídos pelos caminhos de circulação dos agricultores entre um povoado e outro ou destes com as sedes dos municípios.

Assim, os campos de plantio estão dispostos geograficamente ao redor dos povoados. As famílias locais percebem essa disposição utilizando expressões como *viver circulado* [pelos campos de soja], *estar em círculo*, *habitar no círculo*, opondo essa forma de apropriação das *chapadas* ao regime agrícola de uso comum que predominava entre elas, historicamente, na região.

### **3. Implantação de projetos agro-florestais: Plantação de eucalipto e produção do carvão vegetal**

A partir da década de 1980, instalaram-se em diversas localidades da chamada *microrregião* de Chapadinha empresas nacionais voltadas ao cultivo de eucalipto com vistas à produção de celulose e à extração de madeira nativa para a produção de carvão vegetal. Essas atividades se inserem na chamada *área de influência* de grandes projetos do Programa Grande Carajás<sup>50</sup>, apesar daquela região não fazer parte oficialmente deste programa (PAULA ANDRADE, 1995).

Baseado nos recursos financeiros do Fundo de Investimento Setorial-Florestal (FISSET)<sup>51</sup>, o plantio de eucalipto foi realizado através, primeiramente, do grupo empresarial Suzano Papel e Celulose de São Paulo e, em seguida, pela MARFLORA, subsidiária florestal da siderúrgica Maranhão Gusa S/A- MARGUSA<sup>52</sup>. A produção de carvão vegetal, obtida com a queima de espécies de madeiras nativas, estava em íntima relação com uma unidade da MARGUSA instalada, à época, no município de Rosário (PAULA ANDRADE, 1995, p. 19-20).

Essas atividades expandiram-se, territorialmente, através dos chamados *projetos de manejo florestal sustentado*, com a ocupação de muitas áreas que mesmo não contíguas formavam enormes latifúndios (PAULA ANDRADE, 1995, p.20). Os projetos de manejo, aprovados e fiscalizados pelo IBAMA, eram operados pela MARFLORA, braço florestal da siderúrgica MARGUSA (na época pertencente

---

<sup>50</sup> O Programa Grande Carajás abrangeu o Projeto Carajás, o Projeto Albrás-Alunorte, as áreas de exploração da transnacional ALUMAR e a instalação da Hidrelétrica de Tucuruí. Foi lançado no início da década de 80, destinado a criar um pólo de desenvolvimento na Amazônia, com base na mineração, na agropecuária e exploração madeireira, com produção voltada para exportação (TAVARES DOS SANTOS, 1993).

<sup>51</sup> Criado pelo Decreto-Lei nº 1.376 em 1947, o FISSET foi um importante instrumento de correção da distribuição de incentivos e de consolidação de projetos de reflorestamentos. Foi extinto, em 1988, pelo Governo Sarney (MULS, 1997, p. 13-14).

<sup>52</sup> A MARGUSA foi fundada em 1985 por empresários maranhenses, com incentivos da SUDENE e venda, posteriormente ao grupo japonês Yanmar do Brasil S/A. No ano de 2003, a MARGUSA foi comprada pelo grupo siderúrgico GERDAU (PAULA ANDRADE, 1995).

ainda à Yanmar Brasil S/A) e pela empresa ITAPAGÉ Papéis, Celulose e Artefatos S/A, pertencente ao Grupo Industrial João Santos de Pernambuco<sup>53</sup>.

Procurando atender à legislação florestal da época, a MARGUSA declarou em seu PIFI (Programa Integrado Floresta e Indústria) que manejaria, anualmente, áreas de 6.500,00 ha, de modo a produzir em média 250.000 Mdc de carvão vegetal, a cada ano, para atender 100% de suas necessidades. O PIFI foi operado através dos *projetos de manejo*, aprovados e fiscalizados pelo IBAMA e executados pela MARFLORA, priorizando a extração de madeira nativa para a produção do carvão vegetal com a adoção de reflorestamento através da plantação de mudas de eucalipto.

Dando tratamento especial à situação da MARFLORA, Paula Andrade (1995, p. 27) afirma que, por meio dela, a MARGUSA adquiriu enormes quantidades de terras, no total de 74.000 ha entre os municípios de Anapurus, Brejo, Santa Quitéria, São Bernardo e Urbano Santos. Porém, de acordo com laudos de técnicos do IBAMA, a área acaba ultrapassando os 100.000,00 ha, chegando até mesmo a contrastar com os 39.173,00 ha de terras oficialmente previstas pela MARFLORA para serem manejadas em um período de dez anos.

Os *projetos de manejo florestal sustentado*, na prática, acabavam servindo de fachada para o açambarcamento de grandes extensões de terra nos cerrados do Leste Maranhense, marcando nessa região um processo de *grilagem* das *chapadas* com a presença maciça dos chamados *latifúndios por exploração*<sup>54</sup> e intenso desmatamento e destruição de recursos nativos. Através de levantamentos feitos em cartórios da região dos municípios de Brejo, Anapurus e Santa Quitéria, Shiraishi Neto (1995) mostra que, à época, o processo ilegítimo de aquisição de terras era fato corriqueiro e em muitos casos ocorria com o aval de funcionários públicos<sup>55</sup>.

As medidas adotadas pela MARGUSA, por meio da MARFLORA, consistiram em registro irregular de terras através de dispositivos, como da *posse*

---

<sup>53</sup> O Grupo Industrial João Santos é um conglomerado de empresas voltadas à produção do álcool, açúcar, cimento e celulose e que atuou com algumas delas no Leste Maranhense nos anos 90. Dentre os grupos empresariais componentes do Grupo João Santos destacam-se os seguintes: Itapiranga LTDA, Itapagé S/A Celulose Papéis e Artefatos, Itapuana Agro Industrial e Serviços LTDA, Itaimbé LTDA, Itabuna LTDA, Itaocara LTDA, Itaberaba LTDA, Cia Agro Industrial de Goiana e Itaguatins S/A Agropecuária (PAULA ANDRADE, 1995).

<sup>54</sup> *Latifúndios por exploração* foram definidos, à época, pelo INCRA como sendo o “imóvel rural com área entre 01 e 600 módulos fiscais e que seja mantido inexplorado com fins especulativos ou seja, deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural” (PAULA ANDRADE, 1995).

<sup>55</sup> Ver Relatórios de Pesquisa – Carajás: Desenvolvimento ou Destruição (1995).

*justa*, que permitiam a confecção de Certidões de Escrituras Públicas de compra e venda e de Escrituras de Direito de Posse em Cartórios de Registros de Imóveis, como na Comarca de Brejo (SHIRAISHI NETO, 1995). Em decorrência disso, ocorreram quatro problemas no processo de aquisição de terras: (1) situações nas quais as terras foram vendidas com a presença de moradores, (2) imóveis rurais definidos de forma imprecisa, (3) imóveis rurais com matrículas diferentes no mesmo livro de registro geral, (4) registro de áreas de posse sem cadeia dominial comprovada<sup>56</sup>.

O desmatamento das *chapadas* com a destruição de recursos nativos despontou como outro aspecto resultante das atividades desenvolvidas pela MARFLORA e outras empresas florestais no Leste Maranhense. As conseqüências da derrubada da mata nativa direcionaram-se, principalmente, para as famílias camponesas da região que tiveram desorganizadas suas atividades e ciclos de extração de produtos nativos e criação de animais.

O cotidiano das atividades realizadas pelas famílias camponesas mudou drasticamente com a crescente compra ilegal das terras dos trabalhadores e destruição da cobertura vegetal ocasionando, a médio prazo, o desaparecimento de práticas agrícolas locais e a saída definitiva, em alguns casos, dos trabalhadores para as periferias de cidades vizinhas, como Chapadinha e Brejo (PAULA ANDRADE, 1995, p. 34). Ocorria uma inversão de suas práticas domésticas: animais que eram criados soltos passaram a ser mantidos em cativeiro por conta do desmatamento das áreas de *chapada*; os frutos nativos diminuía devido as derrubadas para o plantio do eucalipto ou para a retirada de madeira com fins à produção do carvão; e as culturas agrícolas foram afetadas pela diminuição das áreas próximas a córregos como pequenos rios e lagoas (PAULA ANDRADE, 1995, p. 44).

Nos últimos anos, permanecem especulações de privatização de áreas de cerrado destinadas à continuidade das plantações de eucalipto no Leste Maranhense. Desde 2005, a MARGUSA vem arrendando terras da empresa Comercial e Agrícola Paineiras (unidade do grupo Suzano Papel e Celulose) com o objetivo da plantação de eucalipto visando o abastecimento de suas necessidades

---

<sup>56</sup> Cf. SANTOS, Murilo. **A Soja na Terra das Chapadas**. Vídeo. 56 minutos.

de carvão vegetal<sup>57</sup> e há previsão de retomada de *projetos de reflorestamento* para oito municípios das atuais *microrregiões* de Chapadinha e Baixo Parnaíba Maranhense: Anapurus, Brejo, Mata Roma, Milagres do Maranhão, Santa Quitéria, São Benedito do Rio Preto, São Bernardo e Urbano Santos.

A iniciativa prevê um investimento da ordem de R\$ 250 milhões com a implantação de 42 mil hectares de florestas de eucalipto. Essa matéria-prima destina-se à produção de carvão vegetal para o abastecimento de uma unidade de ferro gusa prevista para ser construída no município de Urbano Santos, além disso, atenderá demanda das guseiras instaladas na região de Carajás (CARNEIRO, 2008, p. 103).

A breve reconstituição da implantação de projetos agro-florestais mostra que, antes mesmo da chegada dos agricultores *gaúchos*, a *microrregião* de Chapadinha passou pela expansão de atividades que desencadearam mudanças sociais e ambientais na região. Os processos de apropriação das terras pelos projetos de reflorestamento basearam-se em medidas irregulares que afetaram, principalmente, os segmentos camponeses aí estabelecidos, caso da venda dos lotes das famílias sem o conhecimento delas.

A posse irregular das áreas de *chapadas*, no momento de execução dos projetos de reflorestamento, contribuiu para a formação de um estoque de terras que assumiu importante papel no momento da chegada dos chamados *gaúchos*, o de ser incorporado por esses últimos agentes às atividades desenvolvidas com a expansão da produção graneleira na região.

---

<sup>57</sup> A MARGUSA possui uma unidade em Bacabeira, município localizado, aproximadamente, 40 km da Ilha do Maranhão onde se localiza a capital São Luis.

### III. OS GAÚCHOS

#### 1. Categoria genérica: Significados

Naturalmente, *gaúcho* seria entendido, por qualquer pessoa, como um termo que define aqueles que têm como local de origem o estado do Rio Grande do Sul. Tornou-se lugar-comum concordar com a idéia de que se um indivíduo é chamado por *gaúcho* é, no mínimo, porque tenha nascido ou, na melhor das hipóteses, vivido durante bom tempo naquele estado. Isso é um fato simples, a noção mais naturalizada, e seria desnecessário buscar qualquer outra explicação para o seu significado. Entretanto, quando a categoria *gaúcho* é acionada a partir de certos contextos, é necessário entender como os agentes tratam de explicá-la.

Os agricultores que se deslocaram de outras regiões do país e se fixaram ou vêm se estabelecendo em municípios da *microrregião* de Chapadinha, são identificados, localmente, como *gaúchos* e, também, se autodefinem acionando essa categoria. Nas primeiras viagens a Anapurus, *gaúcho* se mostrou como uma categoria que indicava aquele visto como *forasteiro*, aqueles *de fora* da cidade ou um desconhecido, conforme os seguintes trechos de entrevistas:

**Pesquisador:** Quando eles chegam, eles são conhecidos como *gaúchos*, todo mundo é *gaúcho*?

**Benedito Miranda:** Todo mundo, aqui, aqui, **os que vêm de fora**, todo mundo é *gaúcho*, mesmo sendo paranaense, do Rio Grande do Sul, mesmo sendo de outro lugar todo mundo é *gaúcho*, da Bahia.

**Pesquisador:** Mas, o povo daqui que chama de *gaúcho*?

**Benedito Miranda:** chama de *gaúcho* (Entrevista concedida em 18 de março de 2009).

**Pesquisador:** Todos que vem de fora são *gaúchos*?

**Paulo Librelotto:** É.

**Pesquisador:** Então, independe de onde vem?

**Paulo Librelotto:** É, porque **o pessoal não conhece**, uma vez, acham que todo mundo é do Rio Grande, é, tem pouco do sul aqui.

**Pesquisador:** São poucos os do sul?

**Paulo Librelotto:** É, tem bastante paranaense que não é do sul, né, é do Paraná, de Santa Catarina (Entrevista concedida em 18 de fevereiro de 2009).

**Pesquisador:** A maioria dos *gaúchos* são do Rio Grande do Sul?

**Vilson Ambrozi:** Eu acho que são uma quantidade do Rio Grande do Sul e outra tanta do Paraná, né, todos classificados como *gaúchos*, né (Entrevista concedida em 12 de julho de 2009).

Entendido como aquele *de fora*, o *forasteiro*, o chamado *gaúcho* aparece aí classificado pelo local de nascimento ou pelo lugar de procedência, que, necessariamente, podem ser distintos, apesar de em algum momento vincularem-se. Os chamados *gaúchos* são identificados tanto entre aqueles nascidos no Rio Grande do Sul, como aqueles procedentes de outras regiões do país, como Paraná e Santa Catarina, fato já verificado em outra região do Maranhão (PAULA ANDRADE, 2008a).

Apesar da referência ao local de nascimento e ao local de procedência não coincidirem com alguns dos pesquisados, todos os entendidos como *forasteiros* estão vinculados à identificação de *gaúchos*. O que essa categoria coloca em jogo são certos critérios e atributos que, dependendo da situação, reforçam um caráter étnico dessa categoria (BARTH, 1998). Quando perguntado ao agricultor Gerverson Kerber quem seriam as pessoas chamadas de *gaúchos*, ele explicara o seguinte:

**Gerverson Kerber:** **Aqui tem uma particularidade**, aqui, aqui se você vier morar pra cá, e vier **e dizer que é nosso amigo**, por exemplo, pode vir paulistano, catarinense, goiano, tudo que chega aqui é *gaúcho*.

**Pesquisador:** Quando chega aqui, o povo é que chama de *gaúcho*?

**Gerverson Kerber:** *Gaúcho*, tudo *gaúcho*, na verdade, na verdade, o *gaúcho* é minoria aqui, tem mais paranaense do que *gaúcho*. Eu sou paranaense, meu pai e minha mãe são *gaúchos*, mas os meus irmãos, somos cinco paranaenses.

**Pesquisador:** E porque todo mundo chama de *gaúcho*?

**Gerverson Kerber:** Diz que é, chegou **de fora** aqui, ainda mais com (inaudível) branco, é *gaúcho*, o costume o pessoal chamar de *gaúcho*, todo lugar que tu vai é *gaúcho*, eu, se por sinal, em muitos lugares por *gauchinho*, *gauchinho* e aqui.

**Pesquisador:** Se eu chegasse aqui, aí o povo podia dizer que eu era *gaúcho* também?<sup>58</sup>

**Gerverson Kerber:** É, aconteceu até de mineiro que veio trabalhar com carvão, daí as pessoas chamam de *gaúcho*, é *gaúcho*, é *gaúcho*, é *gaúcho* e o cara é mineiro, vem do sul. O pessoal, sempre **de fora** chama de *gaúcho* (Entrevista concedida em 19 de março de 2009).

Assim como os outros trechos de entrevistas citados no início deste capítulo, o agricultor Gerverson Kerber explica que os *gaúchos* seriam aqueles vindos *de fora* e de vários locais de procedência. Além de manter a ênfase na

---

<sup>58</sup> Em uma das viagens realizadas a Chapadinha, fui identificado como um possível *gaúcho*. De acordo com quem fez a identificação, o pesquisador apresentava certas características atribuídas a quem é indicado como *gaúcho*, como a cor da pele branca e a condição de ser um *forasteiro*, portanto desconhecido na cidade.

referência ao *forasteiro*, ele aponta que se alguém chegar à cidade e afirmar que é “nosso amigo”, ou seja, amigo de um dos *gaúchos* já fixados, mesmo sendo “paulistano, catarinense, goiano”, quer dizer, de qualquer local de procedência, também será classificado como *gaúcho*.

Assim, no trecho mostrado, o que chama atenção é a referência à expressão “dizer que é nosso amigo” que reforça um princípio definidor da pertença étnica a um grupo, conforme apontado por Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p. 150). Segundo mostra o entrevistado acima, independentemente do lugar de origem das pessoas consideradas *de fora* da cidade, o que parece importar são os laços de amizade ou os laços a alguém que seja considerado do grupo, mostrando que, nesse aspecto, aquele indivíduo classificado como um *gaúcho* não é qualquer *forasteiro*, mas alguém especial, que integra um grupo e é reconhecido.

Já em outras entrevistas, caso daquelas realizadas com moradores locais, aparecem referências a certos traços peculiares apontados como pertencentes aos indivíduos classificados por *gaúchos*.

**Pesquisador:** o que é que a senhora sabe, desde quando a senhora começou a ouvi falar de *gaúcho* aqui, em Anapurus?

**Rosário Sousa:** Aqui em Anapurus, nós não conhecia *gaúcho*, assim, nós não conhecia a **raça dos gaúchos**, nós, quando a gente passou a conhecer os *gaúchos* nós já foi vendo eles.

**Pesquisador:** Me diga dona Rosário, porque alguns dizem que o senhor Antonio<sup>59</sup> é *gaúcho* e a senhora comentou que ele não era?

**Rosário Sousa:** Ele não é *gaúcho*, porque ele não gosta nem que chamem ele de *gaúcho*, ele não gosta não, a pessoa diz assim “ah seu Antonio é *gaúcho*”, que *gaúcho*, diz, vai chamar ele de *gaúcho*. Ele diz logo: eu não sou *gaúcho*. Ah, mas tem **gaúcho moreno**

**Pesquisador:** Tem?

**Rosário Sousa:** Tem sim, mas eu não sei, eu conheço seu Antonio que (inaudível) dizem que é *gaúcho* e tem o Luis<sup>60</sup> que é amigo meu lá de Mata Roma que é junto com uma amiga minha. Aí ela é morena, é mais morena do que eu, mas ela quer ser *gaúcha* viu, sabe. Aí eu disse assim “mas **eu nunca vi gaúcha preta**” (Entrevista concedida em 11 de fevereiro de 2009).

Inicialmente, o termo “raça dos gaúchos” sugere um tom de homogeneidade àqueles que seriam os grupos até então desconhecidos na região, reforçando uma retórica de que todos os *gaúchos* são iguais e, conseqüentemente, diferentes de outras “raças”. Esse fato se aproxima, em situações migratórias, da

---

<sup>59</sup> Nesse caso, adotou-se nome fictício para identificar as pessoas citadas pela informante como forma de preservar seus nomes verdadeiros.

<sup>60</sup> Nome fictício. Idem Nota 62.

tendência dos autóctones em, geralmente, “englobar em uma identificação comum, freqüentemente, com base num termo pejorativo (raça), os grupos recém-chegados” (POUTIGNAT e STREIFF-FENART, 1998, p. 144).

A classificação de quem seriam os *gaúchos* é reforçada pela referência aos aspectos físicos, sobre um marcador informacional de pertencimento a um grupo, conforme a declaração da senhora Rosário para tratar de duas situações distintas. Na primeira situação relatada, essa informante inicia respondendo sobre o senhor Antonio Santos, que é apontado como *gaúcho* por alguns moradores, mas que não se vê incluído nesse grupo.

O senhor Antonio Santos é de pele mais escura, comparado com outros *gaúchos* identificados, e migrou do estado do Mato Grosso. Ele não faz parte daquela parcela de migrantes diretamente envolvidos com a agricultura graneleira na região. Entretanto, está indiretamente familiarizado com o desenvolvimento dessa produção na região, pois realiza trabalhos de engenharia e logística para muitos dos produtores locais.

Nos contatos mantidos com esse senhor, tratei de questioná-lo sobre a identificação dos *gaúchos* e relatei que havia escutado de moradores locais que ele era um deles. Esse entrevistado me confirmou que não era um *gaúcho*, sem, no entanto, dar maiores explicações. Apenas afirmou que era de Mato Grosso e que não “se dava” com os chamados *gaúchos*, o que foi entendido como não manter relações mais estreitas com os agricultores migrantes.

Ainda no trecho da entrevista indicada anteriormente, a senhora Rosário cita um dos *gaúchos* residentes em Anapurus, conhecido por Luis, de pele mais clara. Logo que ele chegou à região casou-se com uma moradora de cor de pele mais escura que quer ser vista como uma *gaúcha*. Segundo aquela senhora, seria inconcebível que sua amiga se tornasse uma *gaúcha*, tal como o marido, pois não existiria uma “*gaúcha* preta”.

A referência à cor da pele revela como esse marcador torna-se índice de julgamento de uma pertença étnica. O fato da amiga não ter a pele clara invalida a intenção, segundo Rosário Sousa, de ser vista, também, como *gaúcha* por terceiros, apesar de casada com alguém identificado como *gaúcho*. Entretanto, vale lembrar que essa situação é específica de um momento do trabalho de campo, o que não invalida, por exemplo, casos de agricultores *gaúchos* que, porventura, cheguem

casados com mulheres de cor de pele escura vindas de outra região, fato que não foi observado durante a pesquisa.

Retomando ao exemplo do senhor Antonio Santos, a cor da sua pele – morena – necessariamente, não invalida sua classificação, por terceiros, como um *gaúcho*. Isso sugere que, em certos contextos, os elementos da pertença étnica (por exemplo, cor da pele, traços fisionômicos) aparecem de forma “probabilísticas e sujeitos à contradição”, permitindo que os próprios sujeitos elaborem a partir de cada situação seus critérios de distinção étnica em relação a si ou aos outros. (POUTIGNAT e STREIFF-FENART, 1998, p. 152). Nessa situação, percebeu-se que é a sua identificação enquanto um indivíduo *de fora* da cidade, ou seja, *forasteiro* e vindo de outro estado, semelhante aos outros *gaúchos* que se legitima publicamente.

Ademais dessas situações, encontrei outras indicações, principalmente entre os moradores locais, que apontam como as identificações de certos traços culturais são percebidas como sinais e emblemas de diferenças entre grupos (BARTH, 1998, p. 194), como bem aparece nos trechos de entrevistas abaixo:

**Pesquisador:** Eles [os *gaúchos*] não se dão com o pessoal local?

**Benedito Miranda:** Não, não.

**Pesquisador:** Eles não se dão porque seu Benedito?

**Benedito Miranda:** Não, porque esses têm outra **cultura**, a cultura daqui é diferente da deles lá.

**Pesquisador:** E como é que é, como o senhor vê essa cultura deles lá?

**Benedito Miranda:** Não, porque a **cultura deles** é diferente assim, eu vejo assim a diferença, porque **eles gostam muito da cervejinha e de churrasco também, chimarrão, eles quase não tomam café, é o chimarrão, eles gostam, aí, eu vejo a diferença bem aí.** (Entrevista concedida em 18 de março de 2009).

**Pesquisador:** O senhor toma muito chimarrão aqui?

**João Rieder:** Tomo

**Pesquisador:** E como é tomar chimarrão aqui no clima mais quente, é diferente?

**João Rieder:** Não, o mesmo sistema lá do sul, o mesmo sistema. De manhã cedo eu bebo, à noite quando tem companhia, às vezes, mas mais cedo é cedo, eu gosto de levantar no clarear do dia, das 4 horas em diante, ver o dia clarear (...) o raiar da aurora como dizem vai clareando o, a coisa mais linda e melhor que tem, a gente respira um ar puro de manhã cedo, clarear do dia, coisa mais boa que tem, só que pra mim é ruim, tava acostumado sempre junto com a minha esposa, a gente tomava chimarrão, conversava, trocava idéia sobre os afazeres, toda a nossa vida, tudo antes de tomar uma posição de serviço (Entrevista concedida em 19 de fevereiro de 2009).

**Pesquisador:** E da pra tomar chimarrão em Anapurus?

**Gerverson Kerber:** De manhã cedo é bom, todo dia tem que ter chimarrão. Tenho negócio lá pra São Benedito [do Rio Preto], tem vez que eu vou e não levo a cuia (Entrevista concedida em 19 de fevereiro de 2009).

Como forma de explicar que não existe uma proximidade com os chamados *gaúchos*, o senhor Benedito Miranda opera com o reconhecimento das diferenças nos hábitos alimentares, realçando que esses costumes revelam-se como traços de uma “outra cultura”. Essa distinção aproxima-se da idéia tratada por Mintz (2001, p. 31) de que “o comportamento relativo à comida liga-se diretamente ao sentido de nós mesmos e à nossa identidade social, valendo para todos os seres humanos”. Os hábitos alimentares tornam-se materiais culturais, pois a comida “entra” em cada ser humano e é a base que liga o mundo das coisas ao mundo das idéias, carregando uma espécie de carga moral (MINTZ, 2001, p. 32).

O chimarrão, a cerveja e o churrasco, citados como símbolos do mundo dos chamados *gaúchos*, são entendidos aqui como conteúdos culturais que não apenas diagnosticam diferenças culturais entre dois grupos, mas realçam fatores socialmente relevantes e reconhecidos por terceiros com relação a uma pertença étnica. Nesse caso, os hábitos alimentares permitem entendê-los em termos de traços diacríticos (BARTH, 1998, p. 194), ou seja, de sinais e emblemas que se tornaram significativos para o reconhecimento de diferenças, observados tanto para os moradores que os identificam, quanto na confirmação dos dois agricultores *gaúchos* citados.

Quando a questão se desloca para a constituição de um mundo dos *gaúchos*, temos a vinculação, direta ou indireta, desses agentes ao mundo do trabalho agrícola. O chefe familiar e todos os seus familiares (mulher, filhos e outros parentes) são relacionados às atividades produtivas que os identifica na região, a produção de grãos (arroz, milho e soja). Com isso, emerge a representação sobre os *gaúchos* como exíguos trabalhadores e permanentes no labor diário, através de expressões como “eles trabalham de domingo a domingo”, “*gaúcho* não fica parado” ou “terminam uma atividade, os *gaúchos* começam outra”, aproximando-se de situações constatadas em outros contextos já pesquisados sobre a construção de uma identidade forjada do *gaúcho trabalhador* (HAESBAERT, 1997, p. 174).

Se, à primeira vista, os *gaúchos* seriam, somente, identificados como produtores de grãos, isso caiu por terra quando atribuições outras foram encontradas em Anapurus. Esses agentes são, também, identificados como os trabalhadores das *fazendas* na região, incluindo os funcionários, geralmente chamados de *encarregados* que se deslocam de outros estados e são considerados como mão-de-obra qualificada. Isso apareceu em trechos de duas entrevistas de moradores locais:

**Pesquisador:** Me diga uma coisa seu Benedito: eles (os *gaúchos*) trazem gente de fora?

**Benedito Miranda:** Traz, os serviços deles mais aperfeiçoado, eles traz o pessoal deles lá (Entrevista concedida em 18 de março de 2009).

**Pesquisador:** E o que é que tem na fazenda?

**Rosário Sousa:** Na fazenda tem a casa muito bonita, tem as secretarias, o *encarregado* lá, os *secretários* deles e tem tudo lá.

**Pesquisador:** Qual a diferença entre *secretario* e *encarregado*?

**Rosário Sousa:** Eu não sei, eu não vejo nenhuma diferença, mas só que eles falam assim, o *encarregado* lá da fazenda. É o *encarregado*, mas todo dia eles estão lá.

**Pesquisador:** Quem é que está lá?

**Rosário Sousa:** O dono como o Paulo. O Paulo, como ele tem o *encarregado* lá, ele (Paulo) devia ta nos escritórios daqui né, mas eles (*encarregados*) não ficam, eles ficam lá junto.

**Pesquisador:** Quem é o *encarregado* dele?

**Rosário Sousa:** Não sei.

**Pesquisador:** Mas ele é daqui?

**Rosário Sousa:** Também não sei. Eu sei que do André não é.

**Pesquisador:** Do André não é?

**Rosário Sousa:** Não, é lá do sul, dá o nome até de Carrapicho.

**Pesquisador:** Ah, é Carrapicho o do André?

**Rosário Sousa:** O *encarregado* do André. Agora eu não sei do Paulo.

**Pesquisador:** Esse *encarregado* faz o quê?

**Rosário Sousa:** Ele administra os tratores, as coisas lá.

**Pesquisador:** Tem mais de um ou só um?

**Rosário Sousa:** Só um.

**Pesquisador:** Só um geralmente?

**Rosário Sousa:** Só um, agora *peão* de ficar lá fazendo as coisas é muito.

**Pesquisador:** E esses *peões* são de lá do sul, ou eles são daqui?

**Rosário Sousa:** Tem alguns de lá, mas a maioria é daqui.

**Pesquisador:** E fala *peão*, vocês chamam *peão* que trabalha aqui?

**Rosário Sousa:** É, os trabalhadores, é os *peão da diária*.

**Pesquisador:** *Peão da diária*?

**Rosário Sousa:** É (Entrevista concedida em 12 de fevereiro de 2009).

Como vem explicando essa última entrevistada, o chamado *gaúcho*, também, pode ser vinculado àqueles agentes subordinados a um patrão e que têm carteira de trabalho assinada. Isso acontece com o chamado *encarregado*. Ele é o trabalhador que desempenha funções mais qualificadas em uma *fazenda* como a administração das áreas de plantios e dos espaços de armazenamento dos grãos, sendo o responsável pela manipulação da maquinaria agrícola, como tratorista ou operador de colheitadeira.

O chamado *encarregado* é compreendido como mão-de-obra qualificada, distinguindo-se de outros trabalhadores da região, caso do chamado *peão da diária*. Apesar desse último agente também ser reconhecido como *gaúcho* quando é apontado como migrante de outros estados, ele é geralmente um trabalhador selecionado nos municípios da região e destinado às tarefas braçais em uma *fazenda*, como a retirada de pedaços de troncos e raízes depois da derrubada da cobertura vegetal pelos tratores nos períodos de plantio.

A diferença básica entre o *encarregado* e o *peão da diária* está nas tarefas atribuídas a eles, principalmente por conta de uma maior qualificação técnica daqueles primeiros para a utilização do maquinário agrícola. Comparado com o *encarregado*, o *peão da diária* aparece em número maior, muitos deles são temporários e contratados por curtos períodos durante a preparação dos *campos* para o plantio dos grãos, sem garantia de permanência no emprego.

## **2. Diferenciação interna: Desigualdade e interdependência de produtores entre espaços produtivos da soja**

A expressão *produtores rurais* aparece como categoria de autodefinição dos agentes que vêm participando do universo da produção graneleira na *microrregião* de Chapadinha. Ao contrário de uma suposta ênfase nessa categoria enquanto uma “classe” homogênea, os agricultores *gaúchos* se classificam a si e àqueles *produtores* inseridos em outros espaços produtivos da soja no Maranhão estabelecendo diferenciações.

O que permite apontar para uma diferenciação dos autodenominados *produtores rurais* relaciona-se às representações que esses agentes estabelecem para construir o espaço no qual estão inseridos, ao mesmo tempo em que se distinguem entre si e, também, em relação àqueles presentes em espaços mais

estruturados de produção de grãos no Maranhão, como os da região de Balsas, no Sul do Estado.

Antes mesmo de focar prioritariamente essa diferenciação, ressalte-se que os autodenominados *produtores rurais* estão distribuídos naquela *microrregião* em um universo de, aproximadamente, 70 famílias, das quais fazem parte um número expressivo de técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos, conforme apontado no depoimento abaixo:

**Vilson Ambrozi:** Eu já, meu pai, então, foi agricultor, meu avô era agricultor, meu pai foi agricultor e eu já tô na parte urbana, me criei na infância, minha infância minha não foi na roça, mas aí a partir da..., **já fui destinado a uma escola agrícola, é a parte, que foi a especialização do ciclo.**

**Pesquisador:** A maioria desses [*produtores gaúchos*] que estão aqui em Chapadinha também seguiram essa mesma trajetória?

**Vilson Ambrozi:** A maioria a mesma trajetória.

**Pesquisador:** São formados em que, quais são as formações?

**Vilson Ambrozi:** **Temos muitos técnicos em agricultura, tem uma série enorme de engenheiros agrônomos, eu acho que de um universo de 60, 70 famílias são, residindo aqui, mais de 15%, 20% são técnicos. Já faz parte dessa geração que foi para a escola, foi morar na cidade** ou alguns ainda no interior foram pra escola e seguiram o mesmo caminho (Entrevista realizada em 12 de julho de 2009).

Vilson Ambrozi, 56 anos, foi um dos primeiros *gaúchos* a chegar na *microrregião* de Chapadinha. Ele é sojicultor e também produz arroz, milho e milhete, residindo na cidade de Chapadinha, porém com *fazenda* localizada em Brejo. Este entrevistado chama atenção para a presença de um número relativo de agentes que fazem parte de uma geração, segundo ele, favorecida pela passagem por escolas agrícolas, diferentemente dos avós e pais que se limitaram ao trabalho nas lavouras e sem oportunidades de uma educação formalizada.

Segundo se depreende de seu depoimento, teria havido uma espécie de especialização entre gerações, agregando formação escolar à trajetória de agricultores. O informante estabelece uma ruptura entre as trajetórias de seus avós e de seus pais com a dele ao introduzir o elemento “ser criado no meio urbano” e “ter freqüentado escola agrícola”. Entre uma geração e outra, processos de urbanização e de escolarização foram propiciando, segundo as representações do entrevistado uma especialização no contexto do que ele entende por *ciclo*.

Como afirma Bourdieu (2007a, p. 19), a formação escolar funciona como um capital cultural que, de acordo com seu volume adquirido, determina as posições

ocupadas pelos agentes e os credencia a partir de certas propriedades (conhecimentos ou títulos) a legitimar seus discursos de visão e divisão do mundo social. Ao falar de si e dos demais *gaúchos* que compartilham a mesma posição que ele, ressaltando suas qualidades técnicas, seu afastamento do que entende por *roça* e do ambiente rural, o entrevistado está classificando, por oposição, aqueles que não compartilham do mesmo capital e da mesma formação escolar, como os agricultores maranhenses.

A distinção que o informante estabelece leva em conta, portanto, um modo de ser e um modo de produzir, sendo um mais próximo do que ele entende por *roça* e outro mais próximo de todas as habilidades técnicas que o ambiente urbano confere. Isto nos permite pensar que, depois de formados pelas instituições escolares, esses agentes podem retornar ao ambiente rural mais capacitados, na medida em que se qualificaram para estarem ali em melhores condições técnicas e é isso que, segundo o senhor Vilson Ambrozi, o diferencia, juntamente com os outros *gaúchos*, dos agricultores locais.

Alguns desses agentes residem nas sedes dos municípios, principalmente em Chapadinha e Anapurus. Entretanto, a maior parte mantém residências nas suas *fazendas*, localizadas em áreas, relativamente distante dessas cidades, como Brejo, Buriti e Mata Roma, geralmente, à margem da rodovia MA 230 que corta a região.

As *fazendas*, assim chamadas pelos *produtores*, e também pelos moradores locais, são áreas que abrangem os chamados *campos* de plantio destinados ao cultivo de grãos, depois de realizada a derrubada da mata nativa. Além disso, integram-nas os chamados *galpões*, espaços destinados ao abrigo da maquinaria e de outros instrumentos utilizados no cultivo agrícola; os *silos*, espécies de galpões maiores destinados ao armazenamento dos grãos colhidos nos *campos*; e os chamados *secadores*, grandes estruturas metálicas integradas aos *silos* maiores que, por sua vez, são denominados como *silos-secadores*, *silo graneleiro* ou *silo de armazenamento*.

**Ilustração 6:** *Fazendas de produtores gaúchos no município de Anapurus com a presença de silos-secadores*<sup>61</sup>

Fazenda Europa<sup>62</sup> - *silos-secador à esquerda; galpões ao centro; residência à direita*



Fazenda São João<sup>63</sup> - *residência à esquerda; galpão e silo-secador à direita*



<sup>61</sup> Fotografias de autoria do pesquisador.

<sup>62</sup> Propriedade de Denise Strobell.

<sup>63</sup> Propriedade de Paulo Librelotto.

A maior concentração das residências dos *produtores* em suas *fazendas* do que na própria sede dos municípios da *microrregião* de Chapadinha pode ser comparada a partir de dados oficiais presentes no último Censo Agropecuário (2006) conforme mostrado na tabela abaixo:

**Tabela 6:** Número de estabelecimentos por tipo de residência e naturalidade do *produtor*<sup>64</sup>

Residência da pessoa que dirige o estabelecimento	Naturalidade da pessoa que dirige o estabelecimento	MICRORREGIÃO CHAPADINHA								
		Anapurus	Chapadinha	Buriti	Brejo	Milagres do Maranhão	Urbano Santos	São Benedito do Rio Preto	Mata Roma	TOTAL
No estabelecimento	Rio Grande do Sul	03	02	02	03	02	-	01	01	14
	Santa Catarina	-	-	01	-	-	-	-	-	01
	Paraná	03	-	-	02	-	01	-	-	06
No município: zona urbana	Rio Grande do Sul	03	01	-	-	-	-	-	-	04
	Santa Catarina	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Paraná	01	-	-	-	-	-	-	-	01
No município: zona rural	Rio Grande do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Santa Catarina	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Paraná	01	-	-	-	-	-	-	-	01

**Fonte:** Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

Mesmo sem definir o tipo de cultura agrícola utilizada e a quantidade de *produtores* em cada município, pois não são variáveis disponibilizadas na tabela oficial do Censo, vemos uma maior quantidade de estabelecimentos agrícolas entre *produtores* que residem no próprio estabelecimento (totalizando 14 estabelecimentos identificados) e que são provenientes do estado do Rio Grande do Sul. Os municípios de Anapurus e Brejo aparecem como aqueles de maior concentração de estabelecimentos com *produtores* originários, principalmente, dos estados do Rio Grande do Sul e Paraná.

Ainda é válido destacar que os municípios de São Benedito do Rio Preto e Urbano Santos aparecem indicados como localidades em que os estabelecimentos são dirigidos por *produtores* com naturalidade, respectivamente, do Rio Grande do Sul ou Paraná. Isso mostra que apesar de não serem apontados pelas estatísticas oficiais como municípios produtores de soja (ver Ilustração 2)<sup>65</sup>, também, são localidades alcançadas pelos autodenominados *produtores gaúchos* vinculados, por sua vez, à cultura agrícola do arroz e milho.

<sup>64</sup> No caso da *condição legal do produtor* indicado nas estatísticas do Censo Agropecuário de 2006, considerei o total das variáveis disponíveis na tabela oficial: *produtor individual; condomínio, consórcio ou sociedade de pessoas; cooperativa; sociedade anônima ou por cotas de responsabilidade limitada; instituição de utilidade pública; Governo (federal, estadual ou municipal) e outra condição.*

<sup>65</sup> Cf. Capítulo I.

No tocante a um quadro de diferenciação social entre os chamados *gaúchos*, o discurso desses agentes permite apontar elementos que os distinguem daqueles fixados no Sul Maranhense e vinculados à produção graneleira. Além disso, esses discursos possibilitam, paralelamente, configurar os espaços produtivos em que estão inseridos. Assim, um critério de diferenciação social constitui-se a partir das distinções nas dimensões das propriedades adquiridas<sup>66</sup>.

Vejamos essa diferenciação a partir de trechos da entrevista com o senhor Wilson Ambrozi:

**Pesquisador:** Tem uma diferença entre os daqui e os do Sul do Maranhão?

**Vilson Ambrozi.:** Eu acho que sim, dentro do universo daqui, nós temos uma porcentagem maior de empresas familiares do que de lá. Então, **nosso universo é de 100 mil [hectares], o deles é de 500 mil [hectares] ou mais.** Eles devem ter mais agricultores familiares do que nós, lógico, o universo deles é maior. Eu acho que podemos dizer que nós somos mais gente com menos terra, **a média aqui, vamos ter aqui, talvez, 600, 700 hectares na média por família,** produzindo (Entrevista realizada em 12 de julho de 2009).

Segundo o entrevistado, existe uma diferença entre as dimensões de áreas totais e o tamanho de imóveis nos espaços produtivos do Sul e Leste Maranhense. Na primeira região, a área total de produção da soja é maior, com 500 mil hectares ou mais, ultrapassando, no mínimo, em cinco vezes a dimensão da área total utilizada no Leste Maranhense. Dentro desse quadro geral de área total, vemos que os imóveis rurais do Leste Maranhense apresentam uma faixa média de 600 a 700 hectares de tamanho.

As estatísticas contidas no último Censo Agropecuário (2006) traçam uma relação entre as informações desse informante sobre as dimensões das propriedades de soja no Sul e Leste Maranhense:

---

<sup>66</sup> Tavares dos Santos (1993) encontra “uma diferenciação vertical, uma estratificação social que se estabelece segundo o tamanho da propriedade ou o tipo de meios de produção” entre famílias migrantes no estado do Mato Grosso, nos anos de 1970 (TAVARES DOS SANTOS, 1993, p. 102). No caso do Maranhão, Paula Andrade (2008a) analisou diferenciação entre os *gaúchos* que chegaram ao Sul Maranhense na década de 1970 considerando certas variáveis como maior volume de recursos (recursos financeiros, equipamentos agrícolas e assalariados) trazidos dos seus locais de origem ou as facilidades obtidas com o crédito bancário à época (PAULA ANDRADE, 2008a, p. 166).

**Tabela 7:** Número de estabelecimentos com produção de soja por grupo de área total – *Microrregiões* Chapadinha e Gerais de Balsas

Grupo de Área Total (em hectares)	Número de estabelecimentos agropecuários			
	<i>Microrregião</i> Chapadinha	%	<i>Microrregião</i> Gerais de Balsas	%
Mais de 0 a menos de 10 há	-	-	-	-
De 10 a menos de 20 ha	-	-	1	0,65%
De 20 a menos de 50 ha	1	0,19%	1	0,65%
De 50 a menos de 100 ha	-	-	2	1,31%
De 100 a menos de 200 ha	2	10,52%	8	5,26%
De 200 a menos de 500 ha	3	15,78%	20	13,15%
De 500 a menos de 1000 ha	6	31,57%	37	24,34%
De 1000 a menos de 2500 ha	2	10,52%	39	25,65%
De 2500 ha e mais	5	26,31%	44	28,94%
TOTAL	19		152	

**Fonte:** Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

Embora o Censo Agropecuário de 2006 não disponibilize informações sobre o número de produtores por área ou o número de produtores em cada estabelecimento, vemos que aparecem dados referentes à distribuição das propriedades por grupo total de áreas, apresentando certas distinções.

Na *microrregião* de Chapadinha vemos uma concentração de estabelecimentos com dimensões de 200 a 1.000 hectares, havendo apenas sete unidades com áreas que ultrapassam 1.000 hectares. Enquanto na *microrregião* Gerais de Balsas, tal relação aponta para uma concentração de propriedades com áreas entre 500 e 2.500 hectares. Nessa última região, também é grande o número de unidades com áreas que superam 2.500 hectares. Utilizando os dados oficiais referentes à quantidade produzida por grupos de áreas totais nas duas *microrregiões* citadas veremos, também, uma distinção entre as dimensões apropriadas para a cultura da soja, conforme a tabela abaixo:

**Tabela 8:** Quantidade produzida de soja por grupos de área total – *Microrregiões* Chapadinha e Gerais de Balsas

Grupo de Área Total (em hectares)	MICRORREGIÃO CHAPADINHA		MICRORREGIÃO GERAIS DE BALSAS	
	Quantidade produzida de soja em hectares	%	Quantidade produzida de soja em hectares	%
Menos de 10 ha	-	-	-	-
10 a menos de 100 ha	-	-	-	-
100 a menos de 200 ha	-	-	2.964	0,60%
200 a menos de 500 ha	1.476	5,90%	9.966	2,02%
500 a menos de 1.000 ha	8.047	32,16%	45.167	9,16%
1.000 a menos de 2.500 ha	-	-	82.353	16,70%
2.500 ha e mais	10.746	42,95%	351.043	71,22%
TOTAL	25.015		492.888	

**Fonte:** Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

Apesar de um volume significativo da produção sojícola, no caso de Chapadinha, em áreas com 2.500 hectares ou mais, mesmo que não se identifique no Censo como se realiza a distribuição nesse intervalo de grupos de áreas totais, os números permitem apontar para a existência de áreas de produção de grãos entre 200 a 1.000 hectares nessa região. Por outro lado, no Sul Maranhense há um aumento da produção de grãos em espaços com mais de 1.000 hectares, se concentrando a partir das dimensões de 2.500 hectares ou mais e ultrapassando até mesmo o somatório dos valores abaixo desse intervalo de grupo de áreas totais.

Depreendem-se dessa correlação (quantidade colhida/grupos de áreas totais) perfis diferenciados entre as propriedades das duas principais *microrregiões* produtoras de soja no estado. Isso confirma, no caso do Leste Maranhense, o que o informante Wilson Ambrozi apontou em sua entrevista, ao indicar que o tamanho médio dos estabelecimentos dessa região gira em torno de “600, 700 hectares na média por família”. Aproxima-se dos intervalos de hectares observados nos dados oficiais descritos na Tabela 7, em que a maioria dos imóveis registrados possuem entre 200 e 1.000 hectares.

Além disso, a distinção entre os espaços produtivos em questão justifica-se pela quantidade de áreas disponíveis para a agricultura graneleira. Conforme aponta o informante, para os *produtores rurais* residentes no Leste Maranhense o “universo é de 100 mil [hectares], o deles [do Sul Maranhense] é de 500 mil

[hectares] ou mais”, demonstrando uma diferença significativa da dimensão da área total para a produção da soja, nos dias atuais, entre as duas *microrregiões*.

Se observarmos os dados oficiais, também, referentes à relação entre grupos de áreas totais por quantidade de estabelecimentos com depósitos, silos e maquinário agrícola (semeadeiras, plantadeiras e colheitadeiras) vemos diferenciações entre as duas principais *microrregiões* produtoras de soja no estado do Maranhão conforme tabela abaixo:

**Tabela 9:** Número de maquinário agrícola (semeadeiras, plantadeiras e colheitadeiras) por grupo de área total – *Microrregiões* Chapadinha e Gerais de Balsas

Grupo de Área Total (em hectares)	<b>MICRORREGIÃO CHAPADINHA</b>		<b>MICRORREGIÃO GERAIS DE BALSAS</b>	
	Semeadeiras e/ou plantadeiras existentes nos estabelecimentos agropecuários	Colheitadeiras existentes nos estabelecimentos agropecuários	Semeadeiras e/ou plantadeiras existentes nos estabelecimentos agropecuários	Colheitadeiras existentes nos estabelecimentos agropecuários
Menos de 10 ha	-	-	-	-
10 a menos de 100 ha	-	-	30	-
100 a menos de 1.000 ha	17	04	110	102
1.000 a menos de 2.500 há	09	-	94	92
2.500 ha e mais	15	-	273	227
TOTAL	41	04	507	421

**Fonte:** Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

Os dados apresentados na tabela acima mostram que existe uma disparidade, nas duas *microrregiões* listadas, entre a quantidade do maquinário utilizado na cultura da soja, como semeadeiras e plantadeiras/colheitadeiras existentes. Enquanto na *microrregião* de Gerais de Balsas, o número de maquinário agrícola indicado é significativamente grande à medida que aumenta o número de hectares, naquela de Chapadinha vemos uma porção diminuta, inclusive entre as colheitadeiras, com apenas quatro exemplares identificados.

Essa constatação permite concluir, pelo menos duas situações em relação ao espaço produtivo da *microrregião* de Chapadinha: em primeiro lugar, a maior concentração de maquinário agrícola útil na agricultura da soja (caso das semeadeiras, plantadeiras e colheitadeiras) aparece entre as propriedades com áreas entre 100 e 1.000 hectares, o que mais uma vez corrobora as informações do senhor Wilson Ambrozi apresentadas anteriormente, e servem para mostrar que

nessa região as dimensões de áreas para cultivo da soja ocupam, em média, até 1.000 hectares.

Em segundo lugar, se considerarmos que a produção da soja demanda o uso integral do maquinário para as etapas agrícolas (preparo da terra, cultivo e colheita), a quantidade de semeadeiras, plantadeiras e colheitadeiras distribuídas pela *microrregião* de Chapadinha, conforme mostrado na tabela 9, permite indicar a concentração das mesmas em propriedades com áreas entre 100 e 2.500 hectares. Embora exista um elevado número do maquinário agrícola presente nas propriedades com áreas entre 100 e 1.000 hectares, à medida que aumentam os grupos de áreas totais, diminui a quantidade do maquinário em Chapadinha, com exceção das semeadeiras e plantadeiras.

Em relação à quantidade de estabelecimentos com estruturas úteis ao processo de armazenamento, secagem e preparo dos grãos de soja, caso de *silos* e *secadores*, é notável a existência de poucos *produtores rurais* com *silos* e *secadores* na *microrregião* de Chapadinha. Aqueles que não os têm, realizam o processo de secagem e armazenamento dos grãos colhidos com *produtores* possuidores dessas estruturas.

Em entrevista com um *produtor* que possui *silos-secadores* em Anapurus, o senhor Paulo Librelotto, 44 anos, confirmou-se que os *produtores* que não possuem aquelas estruturas para a guarda e processamento de grãos vêm realizando o tratamento industrial de secagem através de aluguéis ou empréstimos:

**Pesquisador:** O senhor tem secador, né. Quantos?

**Paulo Librelotto:** Dois.

**Pesquisador:** Todo mundo tem secador aqui?

**Paulo Librelotto:** Não. **A maioria presta, eu presto serviço pros outros também aqui, eu seco dos outros também.**

**Pesquisador:** Pra quem?

**Paulo Librelotto:** Quem quiser secar, não tem, quem quiser, têm outros que secam (Entrevista realizada em 18 de fevereiro de 2009).

Esse sistema de aluguéis também acontece em relação a outros maquinários, como tratores e colheitadeiras, utilizados pelos *produtores* de soja, conforme apontado pelo senhor Gerverson Kerber, 37 anos, um dos primeiros *gaúchos* a residir em Anapurus:

**Gerverson Kerber:** Então, o que é que acontece, **o pessoal que planta em Balsas, eles podem usar o mesmo maquinário pra plantar aqui, porque planta em épocas diferentes.** Então, eu

acredito que vem muito mais gente de Balsas pra cá porque os maquinários planta lá.

**Pesquisador:** Em que período?

**Gerverson Kerber:** Plantam lá [Balsas], outubro, novembro, é, até dezembro, e já, janeiro e fevereiro, planta aqui [Chapadinha]. Então, dá pra eles plantar lá, trazer os maquinários pra cá, plantar aqui, depois levar pra lá de novo pra colher, entendeu, de lá dá pra usar o maquinário duas vezes. **Que hoje o maquinário encarece muito o custo da lavoura, trator são muito caro, plantadeiras são muito caro,** né.

**Pesquisador:** Quais são os tipos de maquinários?

**Gerverson Kerber:** É, trator, plantadeira e colheitadeira, esse aí é essencial, **agora aí tem que ter tecnologia de ponta pra ser viável aqui, porque aqui o, é como é que eu vou dizer, nós sempre estamos ali em janeiro, então se você não acertar o plantio em janeiro acaba que não replanta, aí fica o plantio muito tarde e não produz bem.** É, então, as plantadeiras boas que hoje pra plantar mesmo, uma plantadeira tá custando 200 mil reais (Entrevista realizada em 19 de fevereiro de 2009).

Segundo o informante, existe uma estratégia adotada para superar possíveis encargos elevados com os custos da produção sojícola, a utilização do mesmo maquinário utilizado na *microrregião* de Balsas. Os *produtores rurais* de Chapadinha alugam os maquinários com aqueles situados em Balsas. Isso acontece, pois os períodos de plantio e colheita diferem nas duas *microrregiões*.

Diferentemente do Sul Maranhense onde o período de plantação principia entre os meses de setembro e novembro finalizando nas primeiras semanas de dezembro, no Leste Maranhense essa etapa se inicia no mês de janeiro e se prolonga até o final do mês de fevereiro. A partir disso, as áreas passam pelo processo de fertilização, geralmente, realizado com pequenos aviões monomotores. O período de colheita acontece em fins de abril estendendo-se, em alguns casos relatados, até as primeiras semanas do mês de julho.

Existe uma interdependência entre os espaços produtivos da soja no Maranhão (Sul e Leste Maranhense) constituída com base na desigualdade estrutural entre as duas regiões, no tocante à utilização do maquinário agrícola nas etapas das atividades sojícolas. Abaixo, segue uma tabela com as etapas de realização das atividades referentes à cultura da soja na *microrregião* de Chapadinha.

**Tabela 10:** Períodos de realização das atividades referentes à cultura da soja na *microrregião* de Chapadinha

Etapas	<i>Microrregião</i> Chapadinha								
	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho	Julho
Preparação do solo (uso de maquinário)	X	X							
Plantação dos grãos de soja			X	X					
Fertilização (uso de monomotores e maquinário)					X	X			
Colheita						X	X	X	X

**Fonte:** Anotações em caderno de campo.

A dificuldade em adquirir maquinário agrícola decorre do seu alto preço no mercado, o que encarece em muito os investimentos dos *produtores* em termos de custos operacionais com a produção de grãos na região. A elevação dos valores com maquinário na produção sojícola demanda grandes investimentos de quem está envolvido nessa atividade e requer gastos exorbitantes também com outros serviços, caso, principalmente, dos fertilizantes e defensivos.

Observando a tabela abaixo, que diz respeito aos dados de custo estimado com a safra da soja entre os anos de 2008/2009 na *microrregião* de Balsas, vemos que o maquinário não representa a maior despesa, os insumos químicos aparecem como aqueles de maiores gastos:

**Tabela 11:** Custo de produção estimado com safra de soja 2008/2009 em Balsas (MA)

<i>Microrregião</i> de Balsas. Produtividade média 2008/2009: 2.700 kg/há			
Despesas de Custeio da Lavoura	A preço de (R\$/ha)	31-jul-08 (R\$/ 60 kg)	Participação (%)
1 – Operação com avião	0,00	0,00	0,00%
2 – Operação com máquinas	146,21	3,25	7,48%
3 – Aluguel de máquinas e serviços	0,00	0,00	0,00%
4 – Mão-de-obra temporária	8,90	0,20	0,46%
5 – Mão-de-obra fixa	24,92	0,55	1,27%
6 – Sementes	105,00	2,33	5,37%
7 – Fertilizantes/Corretivos	908,92	20,20	46,50%
8 – Defensivos	224,57	4,99	11,49%
TOTAL	1.418,52	31,52	72,57%

**Fonte:** Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Os gastos com fertilizantes/corretivos e defensivos representam mais de 50% das despesas de custeio (totalizam 57,99%) da produção sojícola na *microrregião* de Balsas, mostrando que, além do custo elevado com maquinário, os

dispêndios aumentam à medida que se avaliam outras despesas, como a dos insumos químicos. É interessante notar que os custos com maquinário representam a terceira posição nessa *microrregião* e que não são citadas aluguéis de máquinas, provavelmente apontando o uso direto do maquinário pelos *produtores* dessa *microrregião*.

### 3. Representações sobre o produtor rural

Uma distinção entre os *produtores rurais* aparece na relação entre as dimensões das propriedades e o número de proprietários. Vejamos isso no depoimento do senhor Vilson Ambrozi:

**Pesquisador:** Mas, o sul do Maranhão é diferente daqui?

**Vilson Ambrozi:** Com certeza.

**Pesquisador:** Lá está mais consolidado?

**Vilson Ambrozi:** Está consolidado. No sul [do Maranhão], as regiões são maiores do que [aqui]. **No sul [do Maranhão] você encontra dois produtores, duas empresas que tem 100 mil hectares.** No Piauí, se pegar duas, duas empresas você pega a região inteira. Então, **são duas empresas, trinta, quarenta funcionários cada empresa com 100 mil hectares de terra. Aqui, nós somos 90 famílias** e ajudamos (...), até a base, hoje, talvez de uma futura, de um desenvolvimento, talvez, de uma sociedade de 200 mil pessoas.

**Pesquisador:** O senhor se define como?

**Vilson Ambrozi:** Produtor rural familiar, montada pela própria família com alguma, mão de obra contratada de fora. Agora, nós somos classificados, aqui, como grandes produtores, na verdade na nossa atividade nós temos alguns grandes produtores aqui, mas a maioria são, vamos, em **médios e pequenos produtores. Produtor de soja, viável, pra você ter continuidade, você vai ter que ter no mínimo, vamos dizer, 300 hectares de soja plantados, senão você não compra nada, não viabiliza nada, você quebra, né. Então, pequeno produtor de soja é 300 hectares.** O grande *produtor* de alface é 1 [hectare]. Eu costumo dizer que, o que é um grande produtor e um grande proprietário, depende do que ele planta, né.

**Pesquisador:** Esses [tipos de] produtores que você citou seriam os *pioneiros*?

**Vilson A.:** Não, eu acho que **os pioneiros<sup>67</sup> são pequenos produtores.** Normalmente, **quem vai pro front da guerra é o soldado raso, depois é que os generais vêm olhar o que é que aconteceu. Os grandes produtores são empresas hoje, tipo SLC, Prio** que vieram se instalar depois que os soldados já morreram uma parte e tal, que era, a terra ta limpa. **Essas empresas são as grandes produtoras da região. Acima de três, quatro mil**

---

<sup>67</sup> Sobre a categoria *pioneiros* ver Capítulo IV.

**hectares, já, acima disso** (Entrevista realizada em 12 de julho de 2009).

Vemos que o entrevistado realiza dois movimentos ao distinguir diferentes tipos de *produtores*. Primeiramente, diferencia as regiões de produção de soja no Maranhão e, em seguida, classifica os tipos de agentes presentes nessas áreas a partir da concentração das propriedades. Por um lado, no Sul do Estado o domínio das terras se encontra nas mãos de empresas particulares enquanto no Leste Maranhense, aparecem muitos produtores familiares, concentrados em dimensões de terras menores, pois as empresas instaladas já dominam uma parcela maior de hectares<sup>68</sup>. Segundo o entrevistado, um dos aspectos que diferencia uma empresa privada do chamado *produtor rural familiar* diz respeito à centralidade desse último agente com o trabalho assentado no núcleo familiar e associado ao assalariamento de terceiros.

O chamado *produtor rural* aparece classificado com base em representações sobre o que o entrevistado entende por *grande* e *pequeno*. Uma primeira classificação diz respeito à distinção entre *grande produtor* e um *grande*

---

<sup>68</sup> ABC INCO, SLC Agrícola S/A e a Prio são empresas privadas que compraram propriedades no Leste Maranhense e, conseqüentemente, vem promovendo suas instalações nessa região (CARNEIRO, 2008, p. 84). A empresa ABC INCO ([www.inco.com.br](http://www.inco.com.br)) já conta com propriedade própria entre os municípios de Anapurus e Brejo, porém ainda não existe uma estrutura física implantada. Ela é uma empresa da divisão de *agronegócios* do Grupo Algar Agro com sede em Uberlândia (MG) e possui trinta anos de atuação na produção de óleo vegetal, principalmente aquele oriundo do esmagamento de grãos de soja. As informações preliminares obtidas sobre a SLC Agrícola estão no seu site eletrônico ([www.slcagricola.com.br](http://www.slcagricola.com.br)) que apresenta aspectos bem detalhados sobre sua atuação no país. A SLC Agrícola resulta, originalmente, do Grupo SLC, organizado por três famílias de imigrantes alemães, em Horizontina (RS) no ano de 1945. Consta, em seu sítio eletrônico, que 51% das ações de capitais estão sob domínio do Grupo SLC e 49% delas são movimentadas por particulares componentes da atual SLC Agrícola. Essa empresa apresenta-se como uma companhia de *commodities* agrícolas, focada na produção de soja, milho e algodão, espalhada por onze (11) unidades em seis (6) estados brasileiros. No Maranhão, a SLC Agrícola possui três unidades: duas delas estão localizadas no Sul Maranhense, no município de Balsas (*fazenda* Planeste) e Tasso Fragoso (*fazenda* Parnaíba) e a outra se localiza no *Baixo Parnaíba Maranhense*. De acordo com as informações contidas em seu sítio eletrônico, a sede da SLC Agrícola fica localizada no município de Buriti. De acordo com as informações do sítio eletrônico a *fazenda* Palmeira está distribuída em uma área de 14.625 ha com área plantada de 4.431 ha. A Prio Advanced Fuels mantém uma representação em São Luis (MA) e uma propriedade no município de Anapurus, destinada ao plantio de soja, e com vistas à produção de óleo voltada ao biodiesel. É uma das subempresas da *holding* portuguesa Group Martifer que faz parte do setor hidráulico, de construções metálicas, sistemas energéticos e de combustíveis. Nesse grupo, a Prio é a empresa que controla as ações do setor de combustíveis, com atuação, prioritariamente na área de biocombustíveis através da comercialização de matéria-prima vegetal, como mamona, soja e girassol. As informações levantadas através do sítio eletrônico da Prio ([www.priofuels.pt](http://www.priofuels.pt)) enfatizam que esta empresa atua no ramo de extração de óleo vegetal destinada à produção de biodiesel, com presença em países europeus, como Romênia, Polônia, Moldavia e Ucrânia, além de sedes em Portugal (Aveiro e Ribatejo).

*proprietário* a partir da espécie plantada. Segundo o entrevistado, essas expressões não são categorias que, necessariamente, coincidem. Com a diferença estabelecida entre o horticultor e o sojicultor, entende-se que o informante indica critérios para se alcançar a posição de *grande produtor*, como as condições de montagem de uma cadeia produtiva, a quantidade de hectares adquiridos e a constituição de uma estrutura sólida que possibilite rentabilidades e continuidade das safras. Nesse caso, a maior quantidade de terras não conta para ser um *grande produtor*, mas o que vale são os recursos investidos, como capital, técnica, insumos, mão de obra e máquinas.

Observando os últimos trechos do relato, vemos que a diferença entre os chamados pequenos, médios e grandes *produtores rurais*, no Leste Maranhense, é explicada, também, a partir de certas representações que envolvem, nesse caso, a metáfora do *front de guerra*. Compreende-se que ir para o *front* de combate significa enfrentar uma batalha árdua na *fronteira* em busca de terra para produzir ou de condições viáveis à reprodução do núcleo familiar.

Aqueles que chegaram primeiramente seriam, conforme apontado pelo senhor Wilson Ambrozi, os chamados *soldados rasos*, ou seja, os pequenos *produtores* que chegaram na frente, sem recursos e sem tecnologia. Após um melhor conhecimento dos solos, das condições ambientais e com a adoção de máquinas, viriam aqueles que possuem mais recursos e dispõem de maiores vantagens econômicas, ou seja, uma espécie de *general* dotado do poder aquisitivo para se apropriar de novas terras. Seriam as grandes empresas que se instalam na região e açambarcam dimensões maiores de hectares.

Interessante perceber, também, como representações semelhantes são acionadas entre aqueles que participam da produção sojícola no Sul do Maranhão, segundo o relato de outro entrevistado:

**Idone Grolli:** Os agricultores que vieram pra cá eram agricultores pobres, não eram agricultores que tinham um patrimônio grande lá, e ele veio pra cá e começou com recurso próprio, não, ele veio pra cá com a cara e a coragem.

**Pesquisador:** Esses de Chapadinha?

**Idone Grolli:** Esses de Chapadinha. A maioria das fronteiras agrícolas começa com um aventureiro, muitas vezes, né.

**Pesquisador:** Considerando a experiência que foi no Sul [Maranhense] e em Chapadinha, quais as principais diferenças em relação às condições econômicas desses produtores aqui, os de Chapadinha para os do Sul Maranhense?

**Idone Grolli:** Em Chapadinha se você analisar o seguinte. Eles são médios produtores, mas eu digo o seguinte, rico pode fazer qualquer coisa, em qualquer lugar e em qualquer tempo. Rico é rico, paga caro, paga barato, tem dinheiro paga, acabou. **Mas pro pequeno agricultor que tem uma terra no Sul [Maranhense] super valorizada, ele vende 100 hectares lá e compra 1000 hectares aqui** (Entrevista realizada em 09 de setembro de 2009).

O senhor Idone Grolli é proprietário da empresa Sementes Cajueiros localizada em Balsas. Ele reside nesse município, e mantém uma *fazenda* de produção de soja, também possui residência em São Luis onde mora sua família. Trabalhou durante vinte anos (1980-2000) como diretor da antiga CEVAL, comprada pela multinacional BUNGE nos anos 90, uma das *tradings* que domina o mercado de comercialização e exportação de grãos, óleo e farelo de soja do país (CARNEIRO, 2008). Como diretor daquela empresa chefiou a sua implantação em Barreiras (BA), nos anos 1980 e, posteriormente, em Balsas, no início dos anos 1990.

Para este entrevistado, o que está em jogo na representação entre o *grande* e o *pequeno produtor* diz respeito ao montante de recursos que o agricultor dispõe quando se estabelece no Maranhão. Nesse caso, entende-se que o chamado *pequeno produtor* não possuía nada além de seus 100 hectares no Sul do Maranhão, seu deslocamento só é possível porque, dada a valorização de sua terra no mercado, esse agente pode, então, vendê-la e aceder 10 vezes mais terra no Leste Maranhense. As categorias *grande proprietário* e *grande produtor* não coincidem, mas se distinguem em relação à maior ou menor acumulação de recursos obtida com a valorização dos imóveis.

Os agricultores que chegaram ao Leste Maranhense são classificados, de acordo com o entrevistado, como uma espécie de *aventureiro* que sai de seu lugar de origem em busca de novas terras na fronteira. O chamado *aventureiro* é representado como um agricultor pobre que, somente, após uma acumulação de recursos, realizando vendas de antigas propriedades em seu local de origem ou pelos lugares por onde ele se desloca, consegue tornar-se um médio *produtor* de soja. As regiões de novas fronteiras agrícolas se apresentam como local de compra de propriedades bem maiores do que as anteriores. Essa comparação sugere a ideologia do suposto *gaúcho aventureiro* como algo intrínseco à sua identidade, tão bem difundida na literatura rio-grandense (HAESBAERT, 1997).

As representações sobre *produtor rural* permitem apontar para uma espécie de mudança de uma condição anterior, de proprietário de pequenas áreas no Sul do país, para uma ascensão econômica prioritária que seria tornar-se produtor de grãos com áreas maiores em um novo espaço. Vale destacar que aqueles que chegaram primeiro no Leste Maranhense encontraram dificuldades em seus primeiros anos de estadia, pois não receberam incentivos oficiais ou não conseguiram liberação de recursos para os primeiros investimentos. Eles se distinguem daqueles *produtores gaúchos* que chegaram à região de Balsas nos fins da década de 1970 beneficiados pelos créditos bancários através de programas oficiais.

#### 4. Ascendência européia e tradição agrícola

Os autodenominados *produtores gaúchos* estabelecidos na *microrregião* de Chapadinha apontam sua ascendência e origem social vinculadas aos colonos europeus que se fixaram no Sul do país, especialmente, no estado do Rio Grande do Sul em meados do século XIX<sup>69</sup>. Dentre o conjunto de imigrantes europeus desse estado, os *produtores rurais* relacionam-se, principalmente, com os grupos de italianos e alemães, conforme relatado na entrevista abaixo:

**Vilson Ambrozi:** Só são, são *gaúchos*, são todos descendentes, na verdade, de imigrantes europeus que tiveram no início do século passado, fim do século XVIII, aliás XIX, né, e migraram para o Rio Grande do Sul. Dificilmente, você vai achar nessas pessoas que migram pra outros estados, atrás de agricultura, você vai achar um descendente de português, que estão no Rio Grande do Sul, que são, que eram os donos das terras no Rio Grande do Sul, né. Porque tanto no Maranhão, quanto no Rio Grande do Sul, as terras foram doadas para os portugueses na época, né. Os portugueses continuam lá com famílias, elas não migram pra lugar nenhum, porque elas continuam possuidoras das terras. Pampas no Rio Grande do Sul estão todos nas mãos de famílias tradicionais de descendentes de portugueses, né

**Pesquisador:** Elas podem ser consideradas as elites lá?

**Vilson Ambrozi:** Elas eram as elites do estado.

**Pesquisador:** Não são mais? Os descendentes não são mais?

**Vilson Ambrozi:** Não, não, eu acho que não são mais não. (...). Mas aí **com a chegada dos imigrantes italianos e alemães, é, no fim do século**, que chegaram eles para as terras mais ruins do estado, que é a **serra**, né, e nós somos a **3ª, 2ª e 3ª geração dos imigrantes alemães e italianos, tanto é que em Chapadinha, se**

---

<sup>69</sup>Existe uma literatura extensa e bem mais aprofundada sobre os processos de imigração de diversos grupos europeus para a região Sul do país, a partir do século XIX, assim como das suas condições de estabelecimentos e particularidades de vida. Cf, por exemplo, em Seyferth (2002; 1996).

**diz, nós estamos meio a meio, 50% são descendentes de alemães e 50% são descendentes de italianos.** Você não vai achar nenhum descendente dessas famílias tradicionais do Rio Grande do Sul, que eram considerados da elite, que eram as donas das grandes fazendas, você não vai encontrar ninguém por aqui (Entrevista realizada em 12 de julho de 2009).

Além de apontar para os italianos e alemães, o entrevistado distingue os descendentes dos imigrantes europeus das elites portuguesas. Essas últimas foram consideradas as principais proprietárias de terras no Rio Grande do Sul ainda durante o início da imigração européia, no século XIX, coincidindo com análises sobre a concentração de terras nas mãos de famílias luso-brasileiras no período de transição entre a Colônia e o Império, na porção sul daquele estado (DA ROS, 2008, p 225). Ademais, os *produtores rurais* fixados no Leste Maranhense fazem parte, conforme aponta o entrevistado, da terceira geração de famílias descendentes de imigrantes europeus que, no Rio Grande do Sul, foram destinados à região serrana do estado (SEYFERTH, 2002).

Esse detalhe da área geográfica – a serra – onde localizavam-se as famílias de europeus aparece em estudos mais especializados de geografia física e humana sobre o Sul do país. Waibel (1949), um importante estudioso da geografia dessa região, argumenta que os primeiros grupos vindos da Europa, principalmente, os alemães, a partir de 1824, foram destinados às serras da porção norte do Rio Grande do Sul – áreas de caminhos de gado na época – diferente da porção sul do estado, formadas por planícies, onde já se encontravam os núcleos mais numerosos das famílias luso-brasileiras.

As ocupações das áreas serranas aparecem como fruto da política oficial interessada em abrir as comunicações e o tráfego entre as suas pontas, ou seja, entre os campos de planaltos e cursos de rios, além de fomentar a movimentação dos caminhos de cargueiros entre o extremo sul do país e o estado de São Paulo (SEYFERTH, 2002, p. 119; WAIBEL, 1949, p. 169). Posteriormente à fixação dos primeiros grupos de alemães, as famílias de imigrantes europeus ocuparam nas décadas seguintes, junto com levas posteriores, porções das áreas serranas centrais e a oeste do Rio Grande do Sul, formadas aí por menor declividade e próximas a cursos de rios e florestas (WAIBEL, 1949, p. 166-169).

Segundo Waibel (1949), as colônias alemãs também se estenderam às áreas do planalto gaúcho, porém limitaram sua localização às altitudes entre 500 e

600 metros. Assim, fixaram-se, com mais facilidade, em vales intermediários que apresentavam solos mais férteis, mais propícios à agricultura do que naqueles localizados em áreas mais acíves do planalto gaúcho (WAIBEL, 1949, p. 169). Já as colônias de italianos prosperaram, a partir da década de 70 do século XIX, em áreas do planalto oriental gaúcho constituídas de florestas entre cursos de rios na região, localizando-se em altitudes entre 600 e 800 metros, porém com as lavouras situando-se sobre as encostas mais ou menos íngremes (WAIBEL, 1949, p. 170).

A localização geográfica das famílias de colonos europeus em áreas mais acíves, como as serras e planaltos da porção norte do Rio Grande do Sul tem uma significativa importância para a constituição de uma específica cultura agrícola reproduzida por essa geração de *produtores rurais* que se fixaram no Leste Maranhense e, também, em outras regiões do Maranhão.

Em contato feito com o senhor Enilton Grill<sup>70</sup>, um dos autodenominados *produtores gaúchos* residentes no Maranhão que se estabeleceu em outra região do estado, a Baixada Maranhense<sup>71</sup> aparece a recorrência a um modo específico de saber-fazer o trabalho agrícola. Enilton Grill é natural de Santa Vitória do Palmar, no extremo sul do Rio Grande do Sul, mas desde a adolescência passou a residir em Pelotas, também na porção sul desse estado. Apesar da participação ativa em sindicatos patronais ligados a produtores de arroz em Pelotas e de sua inserção na vida política dessa cidade – foi vereador e suplente de deputado federal – nos fins dos anos 70, Enilton veio para o Maranhão e estabeleceu propriedade em Vitória do Mearim onde se dedica ao plantio do arroz irrigado, além disso mantém residência em São Luis.

Esse informante destaca que vem de uma tradição agrícola com base no cultivo do arroz em áreas alagadas na porção sul do Rio Grande do Sul, isso teria influenciando decisivamente em suas investidas na produção de arroz irrigado na Baixada Maranhense – região geograficamente caracterizada por lagos e freqüentes inundações dos seus campos. Segundo esse entrevistado, a constituição de um *saber-fazer* específico e a tradição de seus antepassados, contribuiu significativamente para que ele não se estabelecesse em áreas de cerrado no

---

<sup>70</sup> Contato realizado em 06 de maio de 2009.

<sup>71</sup> Uma das *microrregiões* do estado do Maranhão que faz parte da *mesorregião* Norte Maranhense, conforme classificação do IBGE.

Maranhão, pois as mesmas apresentam condições ecológicas diferenciadas das áreas mais úmidas em que sempre desenvolveu sua prática agrícola.

Embora certos condicionantes biofísicos apareçam como decisivos para a valorização de uma específica tradição agrícola, como o regime de solos e a fitogeografia, o senhor Enilton destacou que, nos últimos anos, também, vem desenvolvendo plantações de grãos não adaptados a áreas alagadas, como a soja e o pinhão-manso, o que refuta, assim, uma idéia prematura de determinismo geográfico na definição das práticas agrícolas dos *produtores gaúchos*. Nesse caso, temos outras questões em jogo que vinculariam o peso da tradição agrícola de seus antepassados a certas estratégias acionadas na tentativa de diversificar a atual produção, com vistas a uma possível inserção no mercado do biodiesel via o plantio das culturas citadas pelo entrevistado.

Comparando as indicações do senhor Enilton Grill com aquelas dos chamados *produtores gaúchos* estabelecidos em área de cerrado no Leste Maranhense, vemos que se destaca, mais uma vez, o peso de uma tradição agrícola legada dos antepassados.

**Pesquisador:** Mas o senhor nunca chegou, não teve interesse de ir pra Vitória do Mearim [Baixada Maranhense]?

**Vilson Ambrozi:** Não, porque na **minha tradição** é de terras altas, e eles, o [Enilton] Grill é de terras baixas. O [Enilton] Grill vem da região de arroz do Rio Grande do Sul.

**Pesquisador:** A maioria que está aqui também veio dessa tradição de terras altas?

**Vilson Ambrozi:** Terras altas.

**Pesquisador:** Todos que estão aqui?

**Vilson Ambrozi:** Todos, ninguém tem tradição de arroz irrigado, de terras baixas. Chamadas terras baixas são terras alagadas.

**Vilson Ambrozi:** O Enilton Grill é de Pelotas.

**Pesquisador:** Senhor Vilson, o senhor falou do, da tradição, tem casos que o senhor saiba que as famílias plantavam arroz ou soja e acabaram convertendo para outra plantação, vindo pra cá? Ou eles sempre seguem a tradição dos pais, dos avós?

**Vilson Ambrozi:** Acho que soja foi uma opção que surgiu nos últimos vinte anos, trinta anos. Então, não conheço nenhum caso de alguém que trocou soja por cupuaçu, nem por bacuri, se tivesse trocado, eu acho que não tinha pagado as contas.

**Pesquisador:** Quem planta arroz lá, sempre vai seguindo a mesma tradição?

**Vilson Ambrozi:** **Quem planta arroz vai pra Vitória do Mearim, nem olha pra cá. Quem planta soja no sul ou no Centro-Oeste tem pavor de passar em Vitória do Mearim e ficar imaginando no meio daquela lama.**

**Pesquisador:** Mas, vocês não plantavam soja, os *pioneiros* não chegaram a plantar soja, de início, não.

**Vilson Ambrozi:** Arroz.

**Pesquisador:** Mas, não houve interesse de ficar na parte irrigada?

**Vilson Ambrozi:** Não, **arroz de terras altas**.

**Pesquisador:** Terras altas?

**Vilson Ambrozi:** É, **arroz de sequeiro**.

Interessante notar que mesmo admitindo o plantio do arroz no início da sua chegada ao Maranhão, o entrevistado distingue esse tipo agrícola daquele legado por sua tradição familiar no Sul do país, o cultivo do arroz nas chamadas “terras altas” em vez das chamadas “terras baixas”. Nesse caso, essa distinção entre tradição agrícola em “terra alta” e em “terra baixa” aparece como metáfora de um *saber-fazer* que se aproxima das análises feitas por Van Der Ploeg (2000, p. 363) com agricultores nos altiplanos peruanos.

Esse autor analisa o enfrentamento entre conhecimentos distintos, dos cultivadores de batatas no Peru e o sistema científico imposto a eles através de uma série de iniciativas governamentais. Nesse embate, o que chama atenção dele desvela-se na constituição de um sistema de conhecimento posto em prática pelos agricultores peruanos, chamando-o de *art de la localit * – termo inspirado no sociólogo francês Henri Mendras – que “implica una serie amplia y compleja de condiciones ecológicas, econômicas, sociales y culturales, situación em la que se genera un conocimiento muy detallado y multidimensional, um *savoir-faire paysan*” (VAN DER PLOEG, 2000, p. 361).

A distin o de tradi es agrícolas apontadas pelos dois *produtores* citados anteriormente, mesmo que tratadas em contexto diferenciado e sob condi es outras, podem ser entendidas, aqui, segundo Van Der Ploeg (2000, p. 361), como “frontera y limite potencial de sistemas específicos de conocimiento”, o que indica específicas práticas agrícolas condicionando decisões no tempo e no espaço. Nesse sentido, não são apenas certas condi es, como o regime de solo, principalmente, que aparecem como fatores determinantes para a decisão ou não de investimentos em uma cultura agrícola. Além disso,   notável destacar que existe a valoriza o de um *saber-fazer*, ou seja, a considera o de um modo específico de prática agrícola legada com as primeiras gera es.

## 5. Origem social

O legado de uma tradição agrícola não aparece por acaso entre os *produtores* de grãos do Leste Maranhense. As famílias desses agentes estão vinculadas às primeiras gerações de imigrantes europeus constituídas por pequenos agricultores ou artesãos.

A chegada desses imigrantes esteve relacionada a uma ação oficial de povoamento de áreas consideradas “vazios demográficos” no Sul do país – desconsiderando as populações nativas – e na figura do imigrante trabalhador baseada na pressuposição da superioridade européia como requisitos fundamentais do processo imigratório no século XIX (SEYFERTH, 2002, p. 119-120).

Essa idealização ligava-se a uma espécie de pensamento imigrantista corrente no Brasil do século XIX, apropriado pela legislação da época, que privilegiava a vinda de indivíduos oriundos de específicas nacionalidades e com certos atributos imaginados, nos quais podiam ser percebidas características como o envolvimento da família no trabalho e o respeito às autoridades. Ganhava, assim, pontos no jogo da política imigratória, a figura do imigrante europeu de origem camponesa.

Por isso, alemães e italianos constituíram-se, na hierarquia das nacionalidades, como aqueles identificados como os “bons agricultores” e os grupos que levariam ao desenvolvimento de uma Nação e ao rompimento com traços arcaicos e de atraso econômico, vistos, por exemplo, com a escravidão brasileira (SEYFERTH, 2002, p. 120).

Assim, atributos relacionados ao campesinato, como fazer parte de uma família, habilidade no trabalho diário, demonstração de sobriedade, perseverança e resignação reforçavam a idéia de que as primeiras levas de imigrantes deveriam vir dos segmentos de trabalhadores, principalmente, de origem camponesa européia. Eles deveriam se adaptar à vida em pequenas propriedades rurais pensadas, pela política oficial à época, para serem colônias no Sul do país (SEYFERTH, 2002, p. 120). A composição social de agricultores formando a maioria dos imigrantes europeus que se fixaram no Rio Grande do Sul aparece com destaque nas entrevistas com os *produtores rurais* fixados no Leste Maranhense:

**Pesquisador:** E lá no sul, o senhor sempre trabalhou, a família sempre trabalhou com agricultura?

**Conc Garcia:** Sempre trabalhamos, desde criança, nós sempre foi agricultor. **Nós plantava muito mandioca, lá no Rio Grande do**

**Sul, fazia muita farinha de mandioca, né, criava muito porco como esses criador aqui do interior, pois é, era nossa, nosso costume lá no Rio Grande.**

**Pesquisador:** O avô, o pai?

**Conc Garcia:** Meu pai, o avô eu nem cheguei a conhecer, mas nós plantava, assim, muita mandioca, fazia a parceria, tive também de mandioca. Ai, então, nós fazia a parceria, é, comprava a mandioca, fazia a parceria com aveia, mandioca, farinha e criava muito porco. O porco pra você analisar por conta de Brasil, a gente a, criava o porco, aí encarneava o porco, porque naquela época não tinha, assim, óleo pra cozinhar, então se cozinhava com a gordura do porco. Então, a gente, eu que fazia a gordura, que nós chamamos lá no sul a banha do porco e guardava em tambores, vendia e a gordura, no encarnear o porco, o tempo de encarnação era assim tirado o couro com a gordura. E ai, esse couro, ai tu virava o pêlo pra baixo e com uma ferramenta chamada aspira, ai tu cortava, tirava a gordura pra fazer a banha e ai o couro se dividia. Ainda tem, existe o curtume lá em Tapera, no Mombeli você deve conhecer, né, Vilson, e ai o couro, aquela ossaiama que sobrava da carne, da carne se fazia lingüiça, ai, a, a, aquela, o couro vendia para o curtume. (...) E, então nós vendia a gordura, é, vendia o couro e nós também trabalhava com fábrica de tachado, né, **e o meu pai sempre foi um agricultor destacado na região** (Entrevista realizada em 12 de julho de 2009).

**Pesquisador:** E senhor João, lá no sul, o senhor plantava já alguma coisa?

**João Rieder:** Plantava (inaudível), plantava soja, plantava milho, a gente produzia, a gente tinha bastante galinha, tinha umas vacas de leite, **tinha boi de canga, depois eu consegui trator, tudo isso, tratorzinho pequeno, tamanho da minha lavoura, a lavoura era pequena** né, a gente viveu uma vida muito boa lá (Entrevista realizada em 19 de fevereiro de 2009).

**Pesquisador:** E lá, trabalhava com o quê, seu pai, era sempre com arroz, soja, o que é que era?

**Vilson Ambrozi:** É, **lá ele praticava aquela agricultura de subsistência, na época não era agricultura de negócios, e hoje nós não subsistiria, não sobreviveria com uma área pequena, né.** Na época dava para sobreviver porque eles faziam tudo, não dependiam muito do, de comprar muitas coisas, né, produziam suas próprias, os itens mais necessários. Então, plantavam trigo, justamente pra trocar o trigo por farinha, plantavam o milho trocavam por farinha, o milho, trigo feijão, criavam abelhas e produziam animais, pequenos animais, porcos, aves, faziam troca (Entrevista realizada em 12 de julho de 2009).

Além do entrevistado Vilson Ambrozi já citado anteriormente, aparecem nos trechos acima as indicações de dois outros *produtores gaúchos*: o senhor Conc Garcia, 78 anos, de ascendência italiana e o senhor João Rieder, 74 anos de ascendência alemã. Vemos com esses entrevistados, uma referência ancestral

comum, relacionada à pequena agricultura baseada nos cultivos de trigo, milho e soja, além da fabricação da farinha e da criação de animais domésticos, como gado, suínos e aves. Percebe-se que os mesmos tinham pouco contato com maquinário, o que demonstra que a imagem do “produtor moderno”, em oposição ao maranhense, se configura como uma ideologia que apenas valoriza o mundo agrícola a partir da ótica da chamada *agricultura empresarial*, opondo-se ao regime agrícola desenvolvido pelo produtor local.

Ao analisar os núcleos de colonos descendentes de alemães e italianos no Rio Grande do Sul, Waibel (1949, p. 169) confirma a existência das atividades agrícolas citadas por aqueles entrevistados, além de constatar o regime de trocas e comercialização de diversos produtos – caso da lingüiça e curtume, preparados, respectivamente, da carne e couro da criação de suínos, mostrados, por exemplo, no trecho narrado por Conc Garcia.

O sistema agrícola predominante era o de parceria ou arrendamento, pois as áreas de cultivo eram pequenas e suficientes, somente, para uma agricultura de subsistência. O tamanho das propriedades variava, a época do estabelecimento dos imigrantes europeus, em uma média de 25 a 30 hectares (WAIBEL, 1949, p. 195). Essa limitação do tamanho das áreas para o cultivo tornou-se um dos problemas da colonização no Sul do país, pois os colonos praticavam, de forma geral, a rotação de terras em áreas acíves e, conseqüentemente, tiveram que estipular um tempo a mais para a recuperação dos solos nas áreas agricultáveis, reduzindo a quantidade da colheita anual (WAIBEL, 1949, p. 196).

O tamanho dos lotes respondia às determinações da legislação agrária da época que mudou várias vezes, chegando a estabelecer propriedades com até 75 hectares nas colônias alemães de São Leopoldo, em 1824. Porém, a partir da segunda metade e fins do século XIX, os lotes raramente ultrapassavam os 30 hectares dificultando a permanência da segunda geração de colonos europeus e de seus descendentes, provocando aí limitações à reprodução das famílias camponesas fixadas nesses locais (SEYFERTH, 1996, p.58).

Waibel (1949), por exemplo, afirma que muitos dos colonos da segunda geração dos imigrantes europeus, lá pelos idos do final do século XIX, acabaram abandonando suas terras por conta, principalmente, das dificuldades de cultivo em lotes inferiores e com conseqüente esgotamento dos solos e agravamento das

condições econômicas. Isso resultou em um processo migratório para cidades maiores ou em um deslocamento para outras áreas reconhecidamente agricultáveis e com disponibilidade de maiores lotes. Para aquele autor, os colonos não eram apegados à terra, mas sim à propriedade e acabaram acelerando um processo de caboclicização ou saíram à busca de novas frentes pioneiras, ou seja, novas áreas com disponibilidades de terras e recursos necessários à reprodução familiar (WAIBEL, 1949, p. 196).

Embora esse argumento de Waibel (1949) demonstre um indício relevante para o abandono dos primeiros lotes com o deslocamento dos colonos de origem européia pelo Rio Grande do Sul e, posteriormente, para outros estados do Sul do país, a análise de Seyferth (1996, p. 29) mostra que outras condições vinculadas à política oficial de distribuição de terras aos colonos provocaram a saída desses grupos das primeiras propriedades onde se instalaram. Esse aspecto será melhor desenvolvido no capítulo seguinte.

## IV. DESLOCAMENTO E ESTRATÉGIAS DOS GAÚCHOS

### 1. Contextualização sócio-histórica da migração

Este capítulo apresenta uma análise dos processos de deslocamento vividos pelos agentes conhecidos como *gaúchos* e envolvidos, atualmente, com a produção graneleira na *microrregião* de Chapadinha<sup>72</sup>. Trata das estratégias individuais e/ou coletivas acionadas nos percursos que orientam o estabelecimento nos vários locais pelos quais eles passaram. As experiências de migração que se tomam para análise aqui se cruzam em alguns aspectos, mas, por outro lado, carregam em si especificidades próprias das histórias de vida dos agentes. Sendo assim, sua análise exige a compreensão tanto das condições estruturais que condicionam a saída dos locais de origem quanto dos interesses subjetivos que orientam as decisões individuais e/ou familiares de se deslocar de um local a outro.

Os deslocamentos dos chamados *gaúchos* não foram desencadeados por incentivos oficiais ou pela implementação de projetos de colonização oficial como aconteceu entre famílias sulistas que migraram nas décadas de 1960 e 1970 para a região Centro-Oeste (FERNANDEZ, 2007; TAVARES DOS SANTOS, 1993) e também para o Maranhão (PAULA ANDRADE, 2008a). Não se configuraram, igualmente, enquanto movimentos autônomos como o de segmentos camponeses que migraram de áreas do sertão do Nordeste para o Maranhão, Tocantins e estados da Região Norte, nos anos 1950 e 1960 (CORREIA DE ANDRADE, 1984; VELHO, 1972) ou o daqueles que se deslocaram dentro do próprio Maranhão, dos anos 1960 em diante (SANTOS, 2009).

As migrações dos chamados *gaúchos* para o Leste Maranhense se realizaram, nos fins dos anos 1980, através de iniciativas particulares, que foram geridas por estratégias familiares. Para alguns que vieram depois das primeiras levas, em uma fase caracterizada pelo crescimento da agricultura em bases empresariais, os deslocamentos foram viabilizados pelo financiamento de terceiros, caso do senhor Idone Grolli<sup>73</sup>, que dirigia, à época, o setor de importação de grãos da CEVAL (atual BUNGE).

Ademais, a mobilidade desses agentes não se dá diretamente de seus locais de origem para o Leste Maranhense. Apesar da existência de uma ou outra

---

<sup>72</sup> No presente capítulo, a menção a Chapadinha sempre será em referência à *microrregião* e não ao município de mesmo nome, a menos que se indique isso no texto.

<sup>73</sup> Detalhes sobre esse informante aparecem no Capítulo III.

situação que confirme um percurso direto, os chamados *gaúchos* estão inseridos em grupos familiares que já se deslocavam entre os estados da região Sul do país ou destes para outras regiões.

As primeiras migrações se relacionam com a divisão das terras deixadas pelos ancestrais de ascendência européia nos estados do Sul do país. (FERNANDEZ, 2007; TAVARES DOS SANTOS, 1993, WAIBEL, 1949). A saída dos colonos das primeiras áreas de assentamento, a partir de fins do século XIX e início do XX, não aparecem com grande destaque nos trabalhos de estudiosos que trataram das condições de imigração e colonização nos estados do Sul do país. Seyferth (1996) argumenta que as diferentes interpretações presentes em autores como Emilio Willems, Leo Waibel, Jean Roche, Thales de Azevedo e Olivio Manfroi<sup>74</sup> apontavam as causas da mobilidade, porém, não se detinham em maiores análises sobre a própria mobilidade dos colonos (SEYFERTH, 1996, p. 31)

Segundo aquela autora, esses estudiosos apontaram que os colonos abandonaram seus primeiros lotes de terras e passaram a se deslocar por diferentes áreas do Rio Grande do Sul e do estado vizinho, Santa Catarina, movidos por uma série de fatores como: falta de apego à terra, tomada como espécie de desvio do comportamento camponês (Waibel, Roche e Willems); desacertos da política de colonização na administração dos primeiros lotes de assentamentos (Azevedo, Manfroi e Roche); instabilidade da agricultura, o contato com caboclos brasileiros e suas práticas agrícolas atrasadas (Willems e Waibel); mentalidade pioneira (Willems e Waibel) e a preferência dos colonos por agrupamentos organizados com base na origem nacional ou regional (Azevedo e Manfroi). Nos trabalhos desses estudiosos, os processos de mobilidade não são acentuados, pois a colonização foi interpretada por eles como uma celebração do desenvolvimento econômico, social e político das primeiras colônias e responsável pela industrialização dos principais núcleos urbanos (SEYFERTH, 1996, p. 31-36).

---

<sup>74</sup> Cf em Seyferth (1996) as referências das obras desses autores: WILLEMS, Emílio. **Aculturação dos alemães no Brasil**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1980; WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958; ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969 (2 vols.); AZEVEDO, Thales de. **Italianos e Gaúchos. Os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Cátedra, Brasília, INL, 1982; MANFROI, Olivio. Imigração alemã e italiana – estudo comparativo. In: Instituto Superior Brasileiro-Italiano de Estudos e Pesquisas (ed.) **Imigração Italiana: estudos**. Porto Alegre: EST. Caxias do Sul: UCS, 1979.

Seyferth afirma que, independentemente dessas interpretações, a dinâmica de ocupação de novas terras, entre fins do século XIX e início do XX, esteve pouco relacionada com o processo de aculturação ou com uma mentalidade pioneira dos colonos, o que havia era uma necessidade de reprodução social das famílias de agricultores. À época, isso acontecia devido à existência de situações provocadas pela péssima distribuição de terras e sua precária administração pelos governos provinciais, além da interferência das disputas políticas locais.

Analisando a concessão de lotes públicos, na fase final de organização dos assentamentos no Vale do Itajaí, em Santa Catarina, já nos fins dos anos 80 do século XIX, Seyferth (1996, p. 36) nos dá uma idéia de relação causal entre a distribuição de terras e os deslocamentos da segunda e terceira geração de colonos europeus. Isso ajuda, segundo a autora, a entender, também, como se caracterizava, naquele momento, a estrutura agrária colonial em outros estados da região Sul do país.

O fluxo imigratório de europeus diminuiu, principalmente após 1881, e muitas colônias já haviam se instalado em áreas de várzea propícias à agricultura, restando apenas os terrenos mais acidentados. Para terem as propriedades em seus nomes, os colonos, mesmo os primeiros imigrantes, assim como seus filhos e netos, precisavam comprar do Estado provincial os lotes nos quais haviam se estabelecido, pois a sistema de colonização determinava a propriedade legítima como única forma de obter a concessão das terras. Isso foi resultado da Lei de Terras de 1850 que extinguiu o regime de posses e transformou as terras devolutas em mercadoria (SEYFERTH, 1996, p. 39)

De forma geral, conforme tratado no capítulo anterior, os lotes dos colonos não ultrapassavam 30 hectares e, no início do estabelecimento nos assentamentos, as famílias recebiam títulos provisórios e assumiam uma dívida até que pagassem todas as parcelas. O preço do lote dependia do seu tamanho e da distância em relação à vila mais próxima, mas a concessão definitiva poderia demorar anos, pois além do pagamento da dívida, os colonos tinham problemas com a péssima administração oficial, exemplificada por demarcações precárias dos hectares, indicação da localização dos lotes em áreas não agricultáveis, falta de pessoal técnico, centralização da expedição dos títulos provisórios e definitivos,

além da dificuldade de monitorar a posse das terras por pessoas e grupos econômicos dominantes na política local (SEYFERTH, 1996, p. 40; 44).

Devido a uma ineficaz administração dos lotes, Seyferth (1996) afirma que muitos dos ofícios constantes na documentação (livro de registros de concessões de terras) da Inspetoria de Terras e Colonização das ex-colônias do Itajaí, apontavam para as ocupações de propriedades através das chamadas *invasões*, realizadas principalmente, por alemães e italianos que chegaram após a década de 80 do século XIX. Para essa autora, pelo menos no caso da análise do Vale do Itajaí, a *invasão* de colonos aconteceu freqüentemente, reforçando aí a dificuldade do poder Estadual em manter uma administração precisa dos lotes provisórios (SEYFERTH, 1996, p. 45).

Apesar de, para os órgãos de administração dos assentamentos, existirem vários tipos de situações caracterizadas como *invasões*, os lotes, somente, passavam para os nomes dos posseiros com a comprovação de evidências bem precisas de instalação das famílias, como plantações e habitação na área ocupada, sendo outorgados, finalmente, após quitação da dívida. Seyferth (1996) afirma que as autoridades preferiam famílias imigrantes recém-chegadas a ocupantes individuais ou adultos solteiros para estabelecerem-se nos assentamentos. Além disso, muitos dos posseiros já estabelecidos, caso dos primeiros imigrantes europeus fixados, não conseguiam ter a liberação dos pedidos de ocupação do assentamento para seus filhos, já que a legislação fundiária da época restringia essa possibilidade. (SEYFERTH, 1996, p. 53).

Assim, muitos filhos e netos dos primeiros colonos, ou seja, aqueles da segunda ou terceira geração de imigrantes, viram reduzidas suas chances de permanência nos lotes familiares e adotaram o processo de *invasões* como forma de permanecer próximos a seus familiares ou os abandonaram sem pagamento das dívidas contraídas. Como o abandono significava a perda de nova possibilidade de obtenção de terras, muitos se dirigiram para áreas distantes, como o Paraná, atraídos aí pela propaganda de terrenos mais férteis e lotes maiores ou procuraram o mercado de trabalho urbano, em indústrias têxteis, em cidades maiores de toda a região (SEYFERTH, 1996, p. 57).

A ineficiência do executivo provincial em administrar os assentamentos associada às determinações da legislação agrária da época, no tocante à concessão

de terras, permite apontar para condicionantes históricos de futuros processos de mobilidade, no Sul do país, de onde famílias camponesas de origem europeia passaram a se deslocar. De acordo com o breve resgate em Seyferth (1996), os primeiros deslocamentos reportam a uma necessidade dos colonos, à época, em manterem sua reprodução social, ou em outras palavras, diz respeito à salvaguarda de sua condição camponesa.

A herança fundiária deixada com a irregular distribuição de terras no Sul do país, para os colonos descendentes de imigrantes europeus, permite apontar para uma base histórica que influenciou decisivamente os processos de deslocamento de famílias sulistas para o resto do país. Premidos por uma estrutura fundiária que inviabilizava sua reprodução social, as famílias de pequenos e médios agricultores, com lotes de terra variando entre 20 e 30 hectares, deslocaram-se de suas áreas originárias de assentamento, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, para estados como Paraná, ainda nas primeiras décadas do século XX (SEYFERTH, 1996).

## **2. Do *gaúcho cansado* ao *gaúcho pioneiro*: Estratégias de migração e de estabelecimento na *microrregião* de Chapadinha**

Apesar de Seyferth (1996) tratar da primeira e segunda geração de colonos de origem europeia no início do século passado, suas análises apresentam conexões possíveis com as experiências de deslocamento relatadas pelos chamados *gaúchos*. Esses agentes constituem os grupos de filhos e netos daqueles que saíram das áreas rurais, na primeira metade do século XX, para cidades maiores ou para estados como o Paraná. Isso vai aparecer, por exemplo, nas narrativas de dois dos chamados *gaúchos* que chegaram primeiro à Chapadinha: casos dos senhores Vilson Ambrozi e Antonio Garcia:

**Pesquisador:** Mas essa, essa primeira geração que o senhor fala trabalhava com o que lá? O que é que eles faziam?

**Vilson Ambrozi:** Quando eles chegaram, foi dado a eles as terras, se chamavam colonos, então, eles davam lotes de terra e essas pessoas trabalhavam com a terra. Daí a continuidade do gosto, né, de trabalhar com a terra, fizeram disso um negócio que está se perpetuando até hoje e as famílias eram, pelo menos a família do meu pai e todos, né, elas eram enormes né, porque tinham um, um, eles tinham necessidade de ter muitos filhos pra ajudar a tocar o pedaço de terra, o medo, talvez, era de se perder a terra e não trabalhar ela toda, então eles procuravam, imediatamente casar cedo e ter um monte de filhos. Meu avô teve mais de seis, né. E aí, veio

outro problema: como dividir um pequeno pedaço de terra que não passava de 24 hectares, que era uma colônia, como dividir com um monte de filhos, né. Então teve esse, praticamente eles se formavam agricultores, esses filhos, aí iam dividir e ficavam mini, minifúndio, né

**Pesquisador:** O senhor se inclui nisso?

**Vilson Ambrozi:** É, eu também me incluo nisso, né, meu pai, é, ele desistiu do interior **quando meu avô morreu, aí de 24 hectares ele tocou pra ele uma parte pequena, aí a parte pequena não dava pra alimentar a família, foi daí que a gente saiu do interior e veio até para a cidade.**

**Pesquisador:** O senhor chegou a trabalhar com isso?

**Vilson Ambrozi:** Não, eu já, eu acho que **com seis anos fomos urbanizados, fomos pra vila.**

**Pesquisador:** Para qual cidade?

**Vilson Ambrozi:** Campinas do Sul.

**Pesquisador:** Fica no norte?

**Vilson Ambrozi:** É, no norte do estado.

**Pesquisador:** E foi antes de vir para o Maranhão que o senhor ficou lá, ou mudou para outro estado?

**Vilson Ambrozi:** **Não, aí existe um processo, a gente diz assim, o gaúcho antes de jogar, assim, a 5.000 km, ele passa pelos outros estágios. Então, eu já fui o gaúcho cansado, já estive no Paraná.**

**Pesquisador:** Porquê? Trabalhou muito?

**Vilson Ambrozi:** **Gaúcho cansado, saiu do Rio Grande, passou no Paraná, cansou e está lá, cansou de andar** (Entrevista concedida em 12 de julho de 2009).

**Antonio Garcia de Souza**<sup>75</sup>: Você sabe que no passado as famílias lá no mínimo eram cinco ou seis filhos, quando eram dez, doze. Então, o cara tinha um pedaço de terra, agricultor familiar, uma colônia, uma colônia lá no sul é, é, 25 hectares, uma colônia. Por isso, até hoje é para o INCRA, quando vai desapropriar, o mínimo de uma família é 25 hectares. Então, isso no passado a maioria das pessoas tinham 25 hectares. Ele era, tinha família, mas veio os filhos, e os filhos vão ter suas famílias, então, existia muita pouca terra pra lá, então o que é que foi que aconteceu. **Com o desenvolvimento da agricultura tanto no Rio Grande do Sul, quanto no Paraná, valorizou e aonde não tinha desenvolvimento a terra era barata.** Então, o cara vendia um e comprava dez, quinze que é, era a grande oportunidade de terras pros seus filhos plantarem. Como todo mundo era agricultor, plantava mesmo, não sabia fazer outra coisa, só sabia mexer na terra, então, como não tinha oferta de, de terra no sul, tinha mais comprador do que terra para vender. Aí, o pessoal veio buscar novos horizontes. Então, **teve a colonização do Rio Grande do Sul que saiu pro Paraná,** né (Entrevista concedida em 12 de julho de 2009).

As duas narrativas coincidem à medida que apontam para o elemento comum das origens dos deslocamentos de colonos no Sul do país indicados pela

---

<sup>75</sup> Antonio Garcia de Souza, filho do senhor Conc Garcia, participou da entrevista com o seu pai quando contatados em Chapadinha. Antonio de Souza tem 46 anos e nasceu no Paraná.

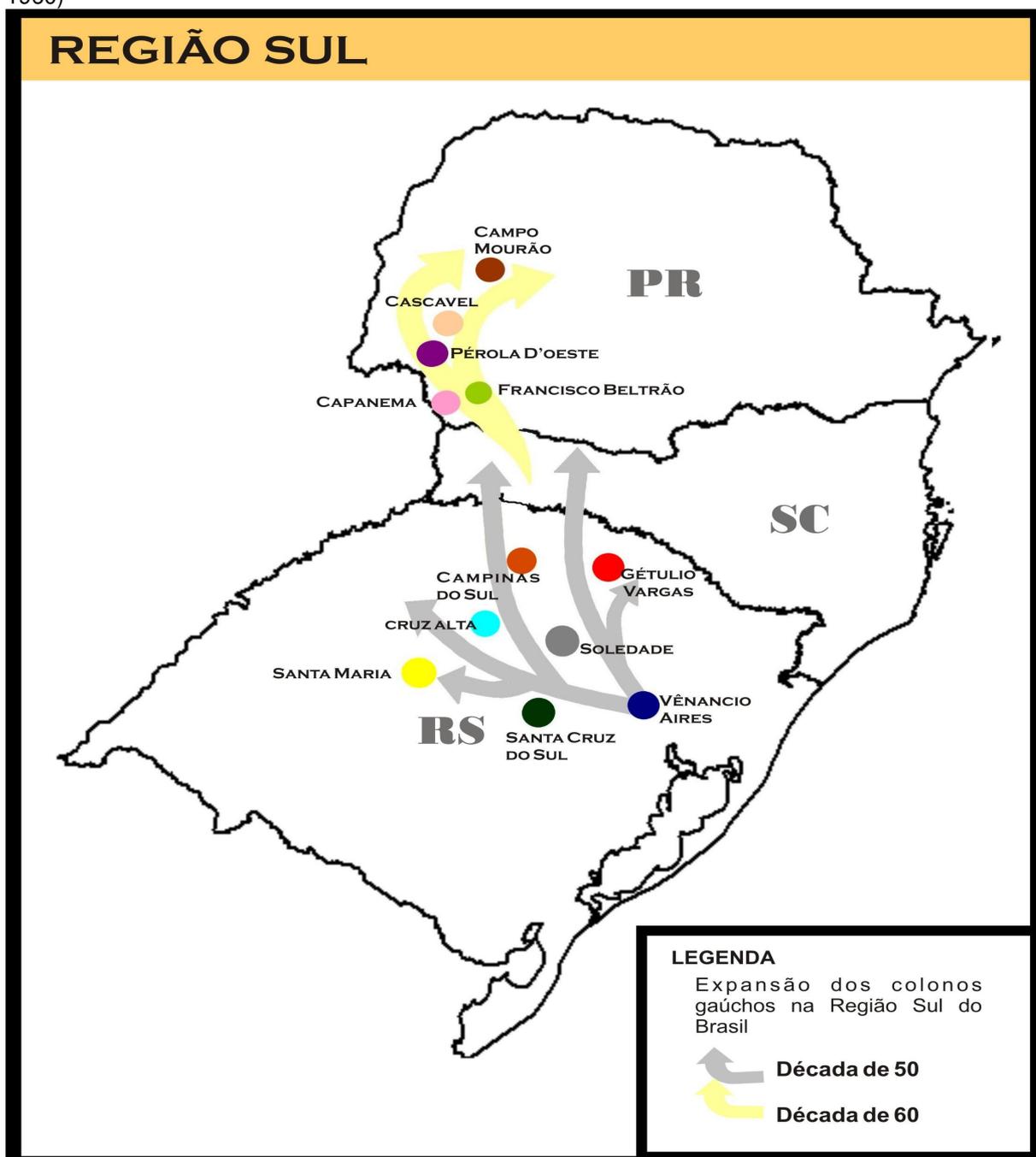
análise anterior de Seyferth (1996), mesmo que nos trechos acima apareçam distinções em relação aos trajetos tomados, quer seja para cidades maiores do Rio Grande do Sul ou para outros estados, no caso do Paraná. A referência comum ao deslocamento para o estado do Paraná aparece na fala do informante Vilson Ambrozi, descrita na figura do chamado *gaúcho cansado*.

O *gaúcho cansado* desponta como o símbolo de uma etapa migratória empreendida pelos agentes em determinado momento de suas histórias. Aqueles identificados com essa figura, ou se estabeleciam no Paraná e, em muitos casos, de acordo com as palavras do informante, não partiam em outras direções. Ademais, conforme aponta o entrevistado Antonio Garcia, as propriedades, em boa parte dos estados do Sul do país, entre os anos de 1950 e 1960, recebiam diversas inovações tecnológicas, com a introdução gradativa de maquinário e insumos agrícolas (sementes adaptadas, fertilizantes e corretores de solo) visando à mecanização das atividades produtivas. As terras, dessa forma, tornaram-se caras, devido à elevação da taxa de ocupação dos solos e foram apropriadas pelo processo de modernização agrícola na região (FERNANDEZ, 2007, p. 178; 187).

A mecanização agrícola em larga escala aumentava, principalmente, com as lavouras de soja e trigo na região noroeste do Rio Grande do Sul, área que circundava trechos do planalto gaúcho onde se fixaram muitos núcleos de imigrantes italianos, conforme indicado nos estudos por Waibel (1949). A produção daquelas culturas espalhava-se, principalmente, para espaços anteriormente ocupados por uma agricultura destinada às trocas e venda no mercado interno e pelo regime de rotação de terras com diversificação de cultivos (SCHLESINGER *et alli*, 2008, p. 14).

Além da pressão fundiária sobre a reprodução social de pequenos agricultores sulistas, implantava-se uma mudança na base tecnológica agrária que não seria viável em propriedades com menos de cem hectares e que afetava as condições de permanência dos integrantes de uma mesma família (filhos e netos) em uma mesma propriedade (SCHLESINGER *et alli*, 2008, p. 19). A título de ilustração, experimento mostrar abaixo como se produziu a saída das famílias dos chamados *gaúchos* do Rio Grande do Sul para o Paraná relacionada-a àquelas que, nos fins dos anos 1980, chegaram à *microrregião* de Chapadinha.

**Ilustração 7:** Migrações de famílias dos chamados *gaúchos* na região Sul do país (Década de 1950 e 1960)<sup>76</sup>



As cidades apontadas na Ilustração 7 correspondem àquelas indicadas por muitos dos chamados *gaúchos* estabelecidos no Leste Maranhense como seus locais de origem ou por onde passaram antes de se deslocarem para outros estados que não aqueles da região Sul do país. Nota-se que a localização das cidades corresponde ao que Waibel (1949) apontava em seus estudos de geografia física e

<sup>76</sup> Elaboração: José Raimundo Araújo Júnior.

humana como áreas que concentravam colonos europeus, no caso a região centro-norte do estado do Rio Grande do Sul ou municípios localizados na porção sudoeste do Paraná, para onde migrantes se dirigiram na década de 1960.

### 3. Terra para crescer e progredir

Entre os chamados *gaúchos* fixados, atualmente, em Chapadinha, a passagem pelo Paraná caracteriza-se como uma etapa de suma importância em seus deslocamentos, pois vincula o processo migratório a uma espécie de fase do ciclo familiar particularizada pela constituição e acúmulo de recursos econômicos ou sociais. Em algum momento, essa articulação entre migração e acumulação possibilitava àqueles agentes a continuidade de sua participação em atividades agrícolas associadas ao seu modo de vida e fundamentais à sua reprodução social. Três situações de deslocamento dos chamados *gaúchos*, analisadas separadamente apontam para algumas das estratégias empreendidas por esses agentes:

**Pesquisador:** Mas, e antes, lá. O senhor é de onde?

**Gerverson Kerber:** É, na verdade **eu nasci no Paraná**, e sai de lá com quatro anos, aí morei oito no Mato Grosso e três na Bahia, agora estamos rente aqui.

**Pesquisador:** É muito tempo né?

**Gerverson Kerber:** **Sempre andando fora.**

**Pesquisador:** Qual a cidade que o senhor nasceu?

**Gerverson Kerber:** Eu nasci em Perola do Oeste, Paraná.

**Pesquisador:** Mas, todos os seus irmãos nasceram lá?

**Gerverson Kerber:** Não, não, tem irmão que nasceu em Campo Mourão [PR], a maioria nasceu lá.

**Pesquisador:** Aí o senhor foi, aí primeiro vocês foram para Mato Grosso?

**Gerverson Kerber:** É, Barra do Garças, Mato Grosso.

**Pesquisador:** Aí, também, foi plantar soja?

**Gerverson Kerber:** Soja, também, **lá era empregado, funcionário.**

**Aí nós fomos pra Bahia, arrumamos um dinheiro, o pai ganhou um dinheiro, e fomos pra Bahia e compramos terras na Bahia.**

Eu era muito novo essa época. Aí compramos um lugar lá em Barreiras, Bahia, aí que não chovia muito, com três anos, nós passamos três anos de seca, aí não colhemos nada, aí que meu irmão veio pra São Mateus, Maranhão, aí foi que surgiu a idéia da gente vir pra cá também.

**Pesquisador:** E qual era a principal dificuldade nessas outras áreas? Era terra cara, era terra que não dava, lá em Barreiras e em Mato Grosso.

**Gerverson Kerber:** Não, pra começar, lá, no Mato Grosso a gente não começou porque **as terras eram muito caras**, lá você compra um bocado de terra é uma fortuna dá pra comprar uma fazenda aqui então não tinha como comprar terra lá. E **lá com pouca terra você**

**não consegue viver**, porque é tudo longe, lá uma cidade da outra é 200 km, é 300 km, é tudo é tudo complicado, é plantar muito pra compensar, pra ser viável. Enquanto aqui já não, é, aqui as terras são baratas e nós viemos pra aqui por causa disso. Mas fomos para uma região da Bahia, a Bahia é muito boa, a região da Bahia é, você já ouviu falar de Luis Eduardo Magalhães, Barreiras, tem umas partes ótimas lá demais, tem uns (inaudível) que se deram muito bem lá, tão tudo por cima lá sabe, só que nós fomos pra um local, um local lá que é muito ruim que nem o Piauí, um local que não chove de jeito nenhum, há uma região, é cerrado também, é muito ruim demais, plantava, não tinha sorte, (inaudível), é e nós ficamos só três anos, vendemos e viemos embora pra cá, e lá os caras que comparam partiram lá pra gado, outras coisas, pra soja não presta

**Pesquisador:** Seu Gerverson, o senhor está desde quando aqui?

**Gerverson Kerber:** O meu irmão veio para São Mateus<sup>77</sup>, na Baixada Maranhense, em 1988, em 1989 nós viemos pra lá, eu morei um ano em São Mateus e final de 1989 vim morar pra cá, desde (19)89 que estou morando.

**Pesquisador:** Qual é seu irmão, é o Elton?

**Gerverson Kerber:** Elton.

**Pesquisador:** Ele veio primeiro?

**Gerverson Kerber:** **Ele veio primeiro, em 1988, aí depois eu vim em 1989**, aí de lá nossa idéia era plantar soja né, porque lá não dá pra plantar soja porque chove muito, é brejado, alaga, a soja não funcionava, aí surgiu o nome Chapadinha, Chapadinha, tinha chapada, tinha cerrado, aí a gente veio conhecer pra cá (Entrevista concedida em 19 de fevereiro de 2009).

No início do relato, o entrevistado recorda um tempo em que ele ainda estava na condição de filho, sob dependência dos pais. A passagem para a maioridade acontece à medida que ocorre o deslocamento da família pelos estados. Essa situação aponta para uma relação entre o processo migratório e o ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico (FORTES, 1974).

O informante trata de um momento do ciclo familiar que corresponde a uma fase em que os filhos do casal dependem dele econômica, afetiva e juridicamente. Ao longo da migração da família, essa fase muda, de modo que os filhos crianças cresceram, alguns podem formar outros núcleos familiares e os pais já envelheceram (FORTES, 1974).

Esse tempo que o senhor Gerverson Kerber relembra, ainda, é um momento em que o pai é o responsável pela acumulação do patrimônio que possibilita o avanço do grupo familiar para outras áreas. Isso deve mudar posteriormente, visto que na fase seguinte do ciclo doméstico os filhos assumirão certas responsabilidades morais e jurídicas no domínio interno, e também no

---

<sup>77</sup> Município localizado na região Centro-Norte do Maranhão.

domínio externo ao grupo. Logo, nesse caso, as estratégias de deslocamento, também, levam em conta essas etapas do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico.

Observamos que a presença do informante no estado do Paraná não apenas correspondeu ao seu local de origem – os pais dele são provenientes do Rio Grande do Sul – como se tornou, também, uma etapa provisória do “migrar”. Percebe-se igualmente que alguns irmãos do informante nasceram em cidades diferentes, o que denota deslocamentos no interior do Paraná. A expressão “sempre andando fora” indica que os deslocamentos se realizam por etapas intermitentes que são avaliadas constantemente, em cada local de fixação ou passagem.

A decisão entre ficar e partir é tomada a partir de certas condições encontradas nos locais de sua passagem, sugerindo que a permanência nos lugares é provisória, situação semelhante ao que aparece em estudos recentes sobre migrações de famílias sulistas para a região Centro-Oeste do país (DESCONSI, 2009; HEREDIA *et alli*, 2009). A mobilidade se configura como processo constante, até que a família avalie se o lugar de chegada lhe permite ter acesso à terra e se reproduzir enquanto agricultores que plantam soja.

No caso desse informante, o deslocamento para o Mato Grosso acontece em meio ao contexto das mudanças estruturais sofridas na base agrícola dos estados do Centro-Oeste do país, na década de 1970. Nesse momento, o preço da terra encontrava-se em alta, favorecido pela forte incorporação de áreas de cerrado à agricultura empresarial de grãos, exemplificadas por municípios como Sorriso e Lucas do Rio Verde (FERNANDEZ, 2007 p. 185-187; TAVARES DOS SANTOS, 1993, p. 211-212).

Além das possibilidades de permanência ou da exigência de novo deslocamento, o informante leva em conta, em sua avaliação, também, a situação climática. Na Bahia, embora tenha sido possível aceder à terra, esta família se estabelece em um local árido, sem chuvas, o que inviabiliza sua fixação.

Outro fato que chama atenção é que, chegando à Bahia, as melhores áreas já haviam sido ocupadas por outros produtores que, segundo o informante, teriam se dado muito bem lá. Nesse caso, a fixação depende de vários fatores, como: as condições climáticas e a acumulação de recursos que permitam adquirir uma área de terra suficiente para se transformarem em produtores de soja. Essa

transformação, por sua vez, depende do tamanho da área necessária, conforme a região, do clima e do mercado de terras.

Assim, migrar é resultado da busca constante de acesso à terra e da fixação em um lugar que propicie a oportunidade de estabelecimento como produtores agrícolas independentes que signifique a possibilidade de crescimento econômico e social do núcleo familiar, conforme destacado em outro relato do entrevistado:

**Pesquisador:** Seu Gerverson, e quem veio depois?

**Gerverson Kerber:** Sempre tem um pessoal que não se dá bem um ano e outro por motivo a ou b, aí acaba vendendo a fazenda e passa, sempre pro lugar mais barato, na verdade é essa, um lugar que possa crescer, né, hoje já nem tanto, mas uns dois anos atrás você venderia 100 hectares no Mato Grosso, você poderia, você poderia comprar 1000 aqui, né, então, o cara que tem dois ou três filhos que tá lá, **o cara quer crescer por causa dos filhos, pra vender pra lugar mais barato e progredir mais** (Entrevista concedida em 19 de fevereiro de 2009).

A passagem por Mato Grosso, trabalhando como *empregado*, a posterior ida para Bahia e a chegada ao Maranhão, tempos depois, são o resultado da adoção de certas estratégias, para a formação de um patrimônio familiar necessário para avançar. De acordo com o informante, a oportunidade de ter uma propriedade para produzir, superando uma condição anterior de subordinação ou dificuldades maiores, é um dos elementos que orientam o deslocamento desses agentes.

Essa acumulação prévia de recursos, entendida aqui como uma estratégia que depende do deslocamento para outras regiões onde seja possível aceder à terra, torna possível um deslocamento não só geográfico, mas social. A família do informante trata de adquirir terras na Bahia, oportunidade que não existia enquanto permanecia no Mato Grosso, transformando sua situação de *empregado* em um estado para *proprietário* de terras e *produtor rural* em outra localidade. A estadia/passagem no Paraná e Mato Grosso é um momento provisório, semelhante ao que Velho aponta em relação a grupos migrantes que visam acumular recursos para adiante seguirem com uma atividade independente na fronteira agrícola (VELHO, 1979, p. 219).

Na ilustração que segue, destaca-se o *Mapa da trajetória* do informante Gerverson Kerber e família:



#### 4. Experiência no cerrado

Com detalhes semelhantes aos fornecidos pelo informante Gerverson Kerber, porém acrescentando novos elementos, aparece a seguinte narrativa do senhor Vilson Ambrozi:

**Vilson Ambrozi:** Então, é, **formado, técnico agrícola**, é, emprego no Rio Grande do Sul não era fácil porque técnicos existiam em quantidade, até demasiada, porque escola no Rio Grande do Sul é normal, toda região tem uma escola agrícola, ou federal, ou estadual, então se formam muitas pessoas capacitadas pra mexer com agricultura. E isso, foram exportados, né, os técnicos estão sendo e ainda até hoje foram exportados. Então, **meu primeiro emprego não foi no Rio Grande do Sul, foi no Paraná**. Foi aonde, numa região, também, que foi colonizada, também, por gaúchos, né, o **Oeste do Paraná**, por gaúchos descendentes de italianos, de novo.

**Pesquisador:** O senhor se fixou em qual local de lá?

**Vilson Ambrozi:** Cascavel. **No Paraná foi o início da vida**, né, foi mais trabalhando pra empresas, né. Eu trabalhava em assistência técnica no sistema ABICAIS, era promover assistência técnica para o homem do campo, que aqui tinha a EMATER, **então a gente começou lá**.

**Pesquisador:** Antes de parti pra cá, ficou lá?

**Vilson Ambrozi:** É, e ai ainda tem outra batalha, o gaúcho às vezes é, ai Mato Grosso.

**Pesquisador:** Ah, o senhor passou em Mato Grosso antes?

**Vilson Ambrozi:** É, **foi minha base de conhecer o cerrado**, né. Eu passei cinco anos em Mato Grosso e do Mato Grosso é que eu vim pra cá.

**Pesquisador:** Lá em Mato Grosso foi em qual local?

**Vilson Ambrozi:** Rondonópolis.

**Pesquisador:** Mas quais foram os interesses imediatos para ir para o Mato Grosso?

**Vilson Ambrozi:** É, **questão de propriedade com fim específico de produzir**, né.

**Pesquisador:** Era soja?

**Vilson Ambrozi:** Em si, **era arroz, grãos, é porque mesmo porque no ano que eu fui para Mato Grosso em 1977, a soja ainda não existia**, não, não se tinha trabalho nenhum em soja. Nós iniciamos, **inclusive eu fui um dos pioneiros lá, de plantar soja no Mato Grosso, no Mato Grosso**. Eu acho que se tiver que se botar entre os dez, dez primeiros (inaudível) a exportar soja do Mato Grosso fui eu, com certeza. Eu era menino muito novo.

**Pesquisador:** O senhor já era casado nesse tempo?

M: Já.

**Pesquisador:** Sua esposa é de lá também?

M: É do Paraná.

**Pesquisador:** E o que é que fez o senhor pular mais para cá, mais para o norte ainda, também terra?

**Vilson Ambrozi:** É, eu acho que no Mato Grosso nós tínhamos um conhecimento disso, essa descoberta disso, de **uma região aqui no Maranhão que estava expandindo chegando pessoas do Rio Grande do Sul que era Balsas. Então, a gente veio atrás**.

**Pesquisador:** O senhor chegou a ficar em Balsas?

**Vilson Ambrozi:** Eu não cheguei a morar em Balsas, né, pelo fato de que eu já tinha nessa época três filhos e eles necessitavam de um tratamento melhor no que tange a colégio, e eu não achei nada em Balsas que desse pra ficar na época, né. Foi no ano de 1985. Então, foi decidido que viríamos a São Luis, pra residir em São Luis deixar os filhos em São Luis e ocasionalmente eu adquiri terras em Ribeiro Gonçalves no Piauí.

**Pesquisador:** Mas foi só em Ribeiro Gonçalves?

**Vilson Ambrozi:** Foi em Ribeiro Gonçalves.

**Pesquisador:** O senhor ainda tem terras lá?

**Vilson Ambrozi:** Não, depois que eu conheci aqui em Chapadinha, eu me desfiz de lá (Entrevista concedida em 12 de julho de 2009).

Os deslocamentos desse segundo informante também se realizaram como etapas provisórias, cumprindo certos ciclos essenciais para sua saída ou não das localidades onde se fixavam. Nessa situação, estamos diante de uma espécie de confluência de diferentes estratégias que definem a permanência em um local ou a saída definitiva e a migração para outro lugar.

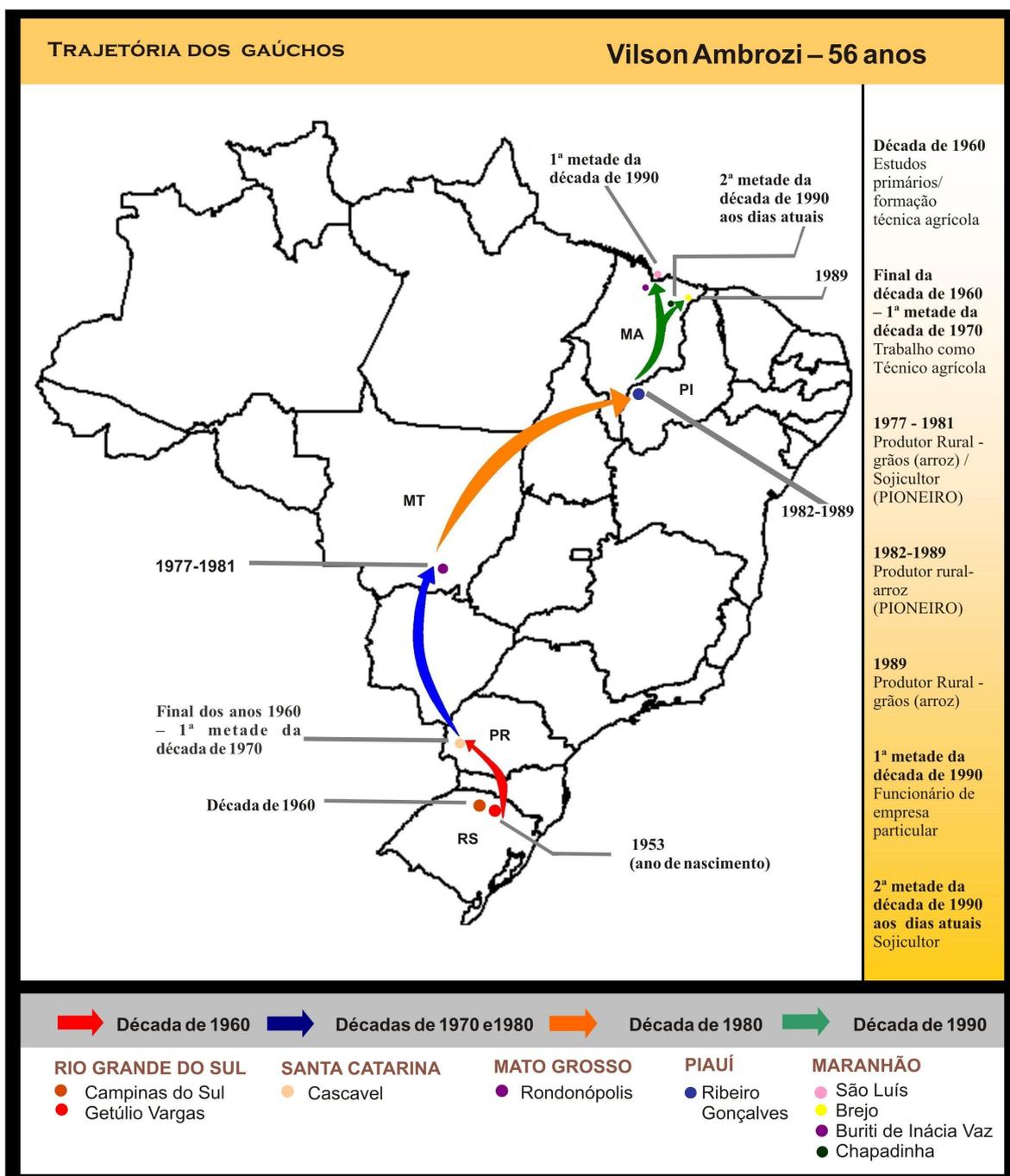
A estadia no Paraná, chamada de “começo da vida”, é entendida como uma estratégia necessária para certo acúmulo de conhecimentos, obtidos via trabalho como técnico agrícola, momento de formação de uma família e, também, a oportunidade para reunir recursos econômicos a serem utilizados em outro momento. A passagem do Paraná ao Mato Grosso funciona ao mesmo tempo como uma etapa final, apesar de contínua.

Rompe-se com uma condição anterior, a de ser técnico agrícola assalariado no Paraná, para se transformar em proprietário de terras e produtor no Centro-oeste do país. Paralelo a isso, o informante segue para um novo deslocamento, já que ele reúne recursos objetivando a saída para novas localidades, caso do Maranhão.

Os vários deslocamentos do informante Vilson Ambrozi resultam da adoção de distintas estratégias que podem ser avaliadas como consequência, por sua vez, de um tipo de especialização gradativa que vai desde a permanência no Paraná – atuação profissional no ramo agrícola e reunião de recursos financeiros – até a passagem pelo Mato Grosso – aquisição de terras e conhecimento da estrutura produtiva de grãos em espaços mecanizados. A partir dessas etapas, pode-se lançar a outra migração, já em direção ao Maranhão (ver Mapa de trajetória II).

Existe uma avaliação do agente quanto à sua inserção gradativa no espaço produtivo – no caso de Mato Grosso – e por isso a estratégia empregada não se reduz, somente, ao acúmulo anterior de patrimônio familiar (compra de terras, recursos financeiros) para garantir a inclusão na produção moderna. Mas, além disso, é preciso ter uma experiência sobre as estruturas produtivas das quais venha a participar, ou como o informante aponta, “*ter uma base de conhecer o cerrado*” do país. Aqui, migrar significa adquirir experiência em âmbitos cruciais ao avanço da fronteira – o conhecimento dos ecossistemas que explorará produzindo soja. Em seguida, destaca-se o *Mapa da trajetória* do informante Vilson Ambrozi:

Ilustração 9: Mapa de trajetória II<sup>79</sup>



## 5. Família no mundo da soja

Outras estratégias aparecem a partir da narrativa de um terceiro informante, caso do senhor Conc Garcia (acompanhado em alguns trechos por seu filho Antonio de Souza):

<sup>79</sup> Elaboração: José Raimundo Araújo Júnior.

**Pesquisador:** Bom, o senhor ia começar dizendo que era do Sul [do país]. Fale um pouco desse início, quando é que o senhor chegou aqui, o senhor é de onde?

**Conc Garcia:** Eu sou do, de Soledade, município de Soledade, Rio Grande do Sul, né, lá no Rio Grande do Sul.

**Pesquisador:** É no norte do Rio Grande do Sul?

**Conc Garcia:** É, Espumoso, é, nós morava, porque naquele tempo, ainda era Soledade, hoje, em 1952 que foi emancipado, nós nem participamos da emancipação de nosso lugar, saímos de lá em 1952, viemos pro Paraná em 1952.

**Conc Garcia:** É, mais ou menos por aí. E aí **viemos** para o Paraná e encontramos uma dificuldade muito grande, entremos numa região puro mato que nem estrada existia, o município que nós presidia não pode nem levar a sede pra cidade de Capanema.

**Pesquisador:** É Capanema?

**Conc Garcia:** É, **Capanema, no Paraná**, município de Capanema, aí ficou quatro anos num distrito chamado Pérola do Oeste aquele tempo era 1956.

**Conc Garcia:** Ai nos **ficamos** ali um tempo, **fomos abrindo estrada, terra até chegar na sede de Capanema. Ai naquela época, eu já fui candidato a vereador, tive mandato de vereador lá**, pra mudar a sede pro local definitivo.

**Pesquisador:** Depois desse local lá, o senhor foi pra onde?

**Conc Garcia:** Nós viemos pra cá.

**Pesquisador:** Passou na Bahia, nem em Mato Grosso?

**Conc Garcia:** Não, não. **Eu só obtive conhecimento de meus irmãos no Mato Grosso, na Bahia.** Tem no Mato Grosso, eu conheço, todos sabem viver um, e achei que aqui no Maranhão, nessa época seria um dos lugar de futuro, né.

**Pesquisador:** Mas, o senhor chegou a se estabelecer no Mato Grosso ou só passou?

**Conc Garcia:** **Só passou, eu tenho, tive, tive diversas propriedades no Mato Grosso, tive na Bahia também.**

**Pesquisador:** Em quais locais lá?

**Conc Garcia:** **Eu tive em Campo de Julio, né, Barra do Garças, né.**

**Pesquisador:** Em Mato Grosso?

**Conc Garcia:** **Mato Grosso.**

**Pesquisador:** E na Bahia?

**Conc Garcia:** **Na Bahia, eu tive em Barreiras**, né, só que eu, a minha saúde não deu pra ficar lá. É um lugar seco, me prejudicou muito a saúde.

**Pesquisador:** Ficou, assim, quanto tempo lá?

**Conc Garcia:** **Eu fiquei um, em definitivo, assim, uns seis mês**, mas eu perdi 22 quilos nesses seis mês.

**Pesquisador:** Lá em Barreiras?

**Conc Garcia:** Lá.

**Pesquisador:** Lá é muito seco?

**Conc Garcia:** Muito seco, lá naquela época, assim a agricultura muito atrasada não existia. Aí eu tenho seis irmãos em Barreiras.

**Pesquisador:** Eles estão lá agora?

**Conc Garcia:** Estão.

**Pesquisador:** Eles trabalham com o quê?

**Conc Garcia:** É, olha, são tudo agricultor, né. É, meus irmãos já tão aposentados, tão, os filhos tocando, né, sobrinhos meus.

**Pesquisador:** É com soja, com arroz ou com milho?

**Conc Garcia:** Arroz, soja, milho, algodão também.

**Pesquisador:** Lá em Barreiras?

**Conc Garcia:** É.

**Pesquisador:** E, seu Conc, o senhor foi pra Balsas, ficou em Balsas?

**Conc Garcia:** Eu não fui, não fui, eu vim pra ir pra lá, depois quando cheguei aqui não deu certo né.

**Pesquisador:** O senhor chegou a morar lá?

**Conc Garcia:** Não, não.

**Pesquisador:** Passaram em São Mateus?

**Antonio de Souza:** Nós chegamos a conhecer.

**Pesquisador:** O senhor ficou quanto tempo lá em São Mateus?

**Conc Garcia:** Ah, uma semana, uma semana por ai.

**Pesquisador:** Isso é em que ano?

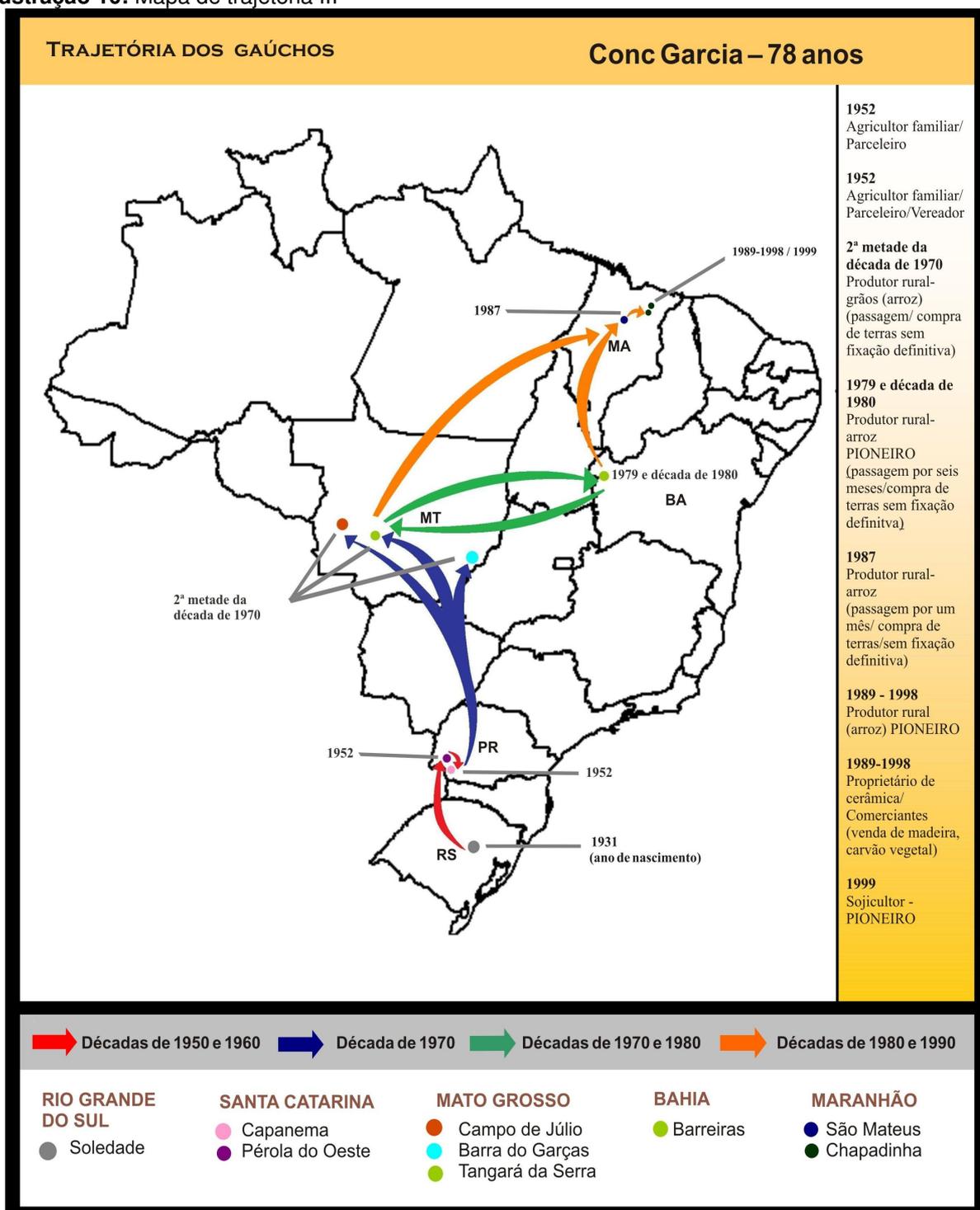
**Antonio de Souza:** É, é, em 87, foi por ai (Entrevista concedida em 12 de julho de 2009).

De modo semelhante aos outros dois informantes citados anteriormente, o deslocamento da família do senhor Conc Garcia constituiu-se de etapas provisórias e avaliadas de acordo com as condições encontradas em cada localidade onde ele se estabelecia. As mudanças entre estados como Paraná, Mato Grosso e Bahia não se reduzem ao âmbito geográfico, mas se configuram como um deslocamento de âmbito social no sentido de alcançar uma condição distinta daquela vivida em seu local de origem.

Esse informante adota a estratégia da compra de terras em vários locais, no caso, em Mato Grosso e em outras localidades. Ao chegar à Bahia, tenta fixar-se, mas reside poucos meses. A passagem por várias localidades de Mato Grosso aconteceu, segundo o filho do informante, em momento de valorização das áreas de produção nesse estado – década de 1970.

Embora as condições climáticas tenham dificultado a permanência do informante em Barreiras (BA), a compra de terras nesse estado se concretiza no momento (anos 1980) em que as áreas de cerrado eram vendidas a preços cada vez mais altos, decorrência do processo de mecanização da agricultura instalado aí, caso da soja e do algodão (HAESBAERT, 1997; HEREDIA *et alli*, 2009). Possivelmente, no caso desse informante, a aquisição de terras funcionou como uma estratégia de previsão da valorização futura das propriedades. Destaca-se o deslocamento do informante Conc Garcia e sua família no *Mapa de trajetória* abaixo:

Ilustração 10: Mapa de trajetória III<sup>80</sup>



Observando a narrativa, alguns dos irmãos se estabeleceram no Oeste Baiano e outros migraram, posteriormente, para o Leste Maranhense, antes da chegada do senhor Conc Garcia nessas duas regiões. Essas situações mostram que

<sup>80</sup> Elaboração: José Raimundo Araújo Júnior.

se configuraram redes familiares que podiam viabilizar, com a ajuda dos parentes, possíveis avanços para outras áreas ou garantiam contato e auxílio nas áreas em que eles não se estabeleciam, mas adquiriam terras. A ligação familiar é evidenciada em outros relatos como as colocações do filho (Antonio de Souza) e do senhor Vilson Ambrozi que estiveram presentes durante a entrevista<sup>81</sup>:

**Pesquisador:** Tem alguém da geração passada no Sul, alguém de vocês morando no Sul do Brasil?

**Antonio de Souza:** Tem, tem.

**Pesquisador:** E na Bahia?

**Conc Garcia:** **Também, tem, somos dezessete irmãos, são seis irmãos na Bahia e lá no Paraná e tem outros parentes no Rio Grande do Sul, minha família são dezessete irmãos.**

**Pesquisador:** E esses da Bahia, estão mexendo com o quê?

**Conc Garcia:** Soja.

**Antonio de Souza:** Na agricultura, tão na agricultura.

**Pesquisador:** E com soja, principalmente?

**Antonio de Souza:** Soja, algodão e milho. Esse ano eles, plantaram mais soja.

**Vilson Ambrozi:** **O senhor Conc tem uma sobrinha que é deputada federal por Eduardo Magalhães.**

**Conc Garcia:** **É, agora é lá essa região de, é prefeita de Barreiras.**

**Pesquisador:** É ela, qual o nome dela?

**Conc Garcia:** É, Jusmari de Oliveira, se atende por [esse] nome<sup>82</sup>.

**Pesquisador:** É a atual prefeita de lá?

**Conc Garcia:** É, é.

**Pesquisador:** Quando o senhor chegou aqui, por volta de que ano?

**Conc Garcia:** Eu cheguei aqui em 88.

**Pesquisador:** Com quem o senhor teve contato pra vir pra cá?

**Conc Garcia:** Ah, aqui, acontece que tinha um gaúcho em Balsas que se chamava Arsenio Birker, conhecido por *Alemão Louco*.

**Antonio de Souza:** Veio aí, veio, primeiro, acho que primeiro o tio Constantino.

**Conc Garcia:** **É, o Constantino veio e comprou propriedade, nós também compramos, só que ele não veio morar, depois de oito anos que ele veio.**

**Antonio de Souza:** No início, ele morava na Bahia.

**Pesquisador:** Depois de quanto tempo?

**Conc Garcia:** É, uns oito anos antes, mais ou menos.

**Pesquisador:** É, e ele já tinha comprado propriedade por aqui?

**Conc Garcia:** Já, já tinha.

**Pesquisador:** E veio ele, e quem mais de seus irmãos?

**Conc Garcia:** Ele veio, o Amancilho também.

---

<sup>81</sup> Foram feitas duas entrevistas com o senhor Conc Garcia: uma delas realizou-se somente entre o pesquisador e esse informante, a outra aconteceu na presença de seu filho, Antonio de Souza incluído do senhor Vilson Ambrozi.

<sup>82</sup> Jusmari de Oliveira é filha do senhor Constantino de Souza, irmão do senhor Conc Garcia. Ela é a atual prefeita da cidade de Barreiras (BA). No início de sua carreira política, ela foi eleita vereadora no pleito de 1988 a 1991, com reeleição em 1992. Em seguida, ela assumiu a cadeira de Deputada Estadual de 1997 a 1998, como suplente, mas tornou-se efetiva nesse cargo nas eleições de 1999, reelegendo-se em 2003. Informações disponíveis em <http://www.barreiras.ba.gov/site/index.html>.

**Antonio de Souza:** Tio Ernesto, quatro, vieram quatro irmãos, a tia Júlia também depois, vieram cinco, o tio Fausto.

**Pesquisador:** É o senhor e mais quatro irmãos?

**Conc Garcia:** É, tinha três, é, quatro irmãos. Mais três, eu [e] mais três. A Terezinha que é mulher do Ernesto, o Amancilho e o Constantino (Entrevista concedida em 12 de julho de 2009).

A passagem anterior dos irmãos pelos locais onde o informante Conc Garcia compraria terras, caso da Bahia, ou a permanência deles, nessa região, depois da saída do informante para seu estabelecimento no Maranhão, mostra a importância de uma rede de solidariedade estruturada a partir dos laços familiares (ver *Mapa de trajetória III*). Este é um elemento estratégico, não somente em termos da constituição de uma rede de apoios vários, no momento da fixação nos locais para onde migrava (WOORTMANN, 1990, p. 39), mas também significa relações que possam viabilizar, em algum momento, a inserção gradativa no mercado de produção agrícola em bases empresariais.

A disposição dos laços familiares mostra que não falta uma circulação dos membros familiares pelas localidades que vêm se transformando, atualmente, com a expansão do chamado *agronegócio* na fronteira, caso do Oeste Baiano, Sul e Leste Maranhense. Isso chama a atenção para as relações entre localidade e família no tocante às formas de estabelecimento em estados diferentes ou em municípios de um mesmo estado (COMERFORD, 2003).

Os irmãos do informante chegam antes em uma determinada região e alguns deles avançam para outro estado, mas não se fixam definitivamente, apenas adquirem terras. Retornam, assim, para as áreas anteriores, dando continuidade à produção existente, mas não deixam de circular nos locais onde adquiriram novas terras. Uns avançam para áreas em outro estado depois que algum membro da família já se fixou, se estabelecem com residências, mas permanecem com terras nos estados dos quais vieram.

Ademais, essa espécie de rede de relações familiares ultrapassa a esfera econômica e produtiva, ligando-se, no caso do informante Conc Garcia, à esfera do político. A existência de uma sobrinha daquele senhor ocupando o cargo de prefeita no município de Barreiras (BA) ilustra como pessoas envolvidas com o chamado *agronegócio* buscam meios de consagração em outros espaços. Nesse sentido, constitui-se uma teia de relações familiares que serve de referência aos deslocamentos dos agentes, indicando tratar-se, nos termos de Martins (2009, p.

150), de uma espécie de estrutura migrante na fronteira, aspecto que demandaria uma investigação mais acurada, não contemplada aqui.

## 6. Permanência dos *pioneiros*

Os primeiros agricultores *gaúchos* a se estabelecerem no Leste Maranhense não chegaram a residir por longo tempo em outras regiões do Maranhão, como no município de Balsas, no Sul do estado ou em cidades do Centro-Norte Maranhense, como São Mateus e Vitória do Mearim, mas apenas permaneceram alguns dias ou semanas nessas localidades. Muitos dos primeiros vieram do Oeste Baiano, de acordo com o senhor Vilson Ambrozi:

**Pesquisador:** Chegou muita gente a ficar lá em Balsas ou elas passaram direto?

**Vilson Ambrozi:** Eu acho que quase ninguém conhece Balsas, vieram direto do Sul [do país].

**Pesquisador:** Ou são de outras áreas?

**Vilson Ambrozi:** Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul. De Balsas, aqui, eu passei por lá, no início assim.

**Pesquisador:** E Minas, Bahia e Piauí, vieram muitos, acabaram passando e vieram para cá?

**Vilson Ambrozi:** No início Bahia, né, *gaúchos* que passaram na Bahia. Vieram umas cinqüenta famílias de uma vez só, parece que houve uma debandada.

**Pesquisador:** Da Bahia?

**Vilson Ambrozi:** Barreiras. (Entrevista concedida em 12 de julho de 2009).

A fixação definitiva e a perspectiva de se tornar sojicultor não se concretizaram de imediato para aqueles que chegaram primeiro em Chapadinha, nos fins dos anos 1980. Os primeiros agricultores a chegar autodenominam-se *pioneiros* e são reconhecidos por outros *gaúchos* como porta-vozes de uma história dos deslocamentos e, mesmo aqueles que não se fixaram junto com as primeiras lavas desses agentes, são vistos e também se autodefinem como os primeiros a trazer e a desenvolver a agricultura em bases empresariais, principalmente, com a introdução da soja nessa região.

Nesse contexto, a figura dos *pioneiros* associa-se daqueles que se consideram como, nas palavras de um deles, “os grandes responsáveis, hoje, pelo desenvolvimento, da agricultura no Brasil, que é, hoje, [a] agricultura empresarial” (Antonio de Souza, entrevista concedida em 12 de julho de 2009).

Outros trechos das narrativas desses agentes sugerem que o estabelecimento dos chamados *pioneiros* representa mudanças positivas na região para onde migraram, como melhorias das condições econômicas e sociais e os nativos reconhecem as práticas dos chamados *gaúchos* como necessárias para a transformação da região.

(...) eu acho que hoje nós estamos aqui, é, finalmente estabilizados, firme no negócio, **é, é um negócio que evoluiu na região, integrou a região, fez a região crescer economicamente. Eu acho que do ponto de vista econômico, social, cresceu.** No estado hoje se você for ver no IBGE, ela já não **é a região mais atrasada do estado, é a região que mais cresceu no estado do Maranhão nos últimos dez anos. Isso foi trabalho** (Entrevista com Vilson Ambrozi em 12 de julho de 2009).

(...) Então, a gente vive muito feliz porque **hoje o povo maranhense estão reconhecendo, o que nós viemos pra cá foi trazer progresso, progresso** (Entrevista com João Rieder em 19 de fevereiro de 2009).

A figura do *pioneiro* indica uma ideologia do agente que acredita trazer consigo o progresso e o desenvolvimento para áreas antes entendidas por eles como *atrasadas* e onde se registraria o que classificam como um tipo inferior de agricultura (PAULA ANDRADE, 2008a, p. 164). Aqui, existe a alusão à transformação de uma área de *pobreza, miséria* e de população *subdesenvolvida* no *eldorado* do *negócio* ou na *região* da *mais nova fronteira agrícola*, ou seja, passam a construir a representação de uma região a partir da imposição de seus próprios interesses e pressupostos (BOURDIEU, 2003, p. 112).

Inicialmente, esses agentes não introduziram a soja, por inexistência de uma estrutura técnico-industrial e condições viáveis de investimento, porém, cultivavam, principalmente, arroz e milho. Entretanto, foi através de certas estratégias que se concretizou sua permanência e posterior inclusão no mercado da produção capitalista de grãos, a partir dos anos 2000. A seguir, vemos em seqüência como três dos chamados *gaúchos* descrevem suas estratégias de estabelecimento na *microrregião* de Chapadinha:

**Relato 1:** Vilson Ambrozi

**Pesquisador:** Ai, o senhor desembarca aqui, em que período aqui?

**Vilson Ambrozi:** Eu desembarco aqui em 1989, 1989.

**Pesquisador:** Aqui em Chapadinha?

**Vilson Ambrozi:** É, eu morando já em São Luis, eu tive facilidade, por isso que **eu fui o primeiro a chegar porque eu já morava em São Luis.** É e aí em São Luis, **você tem um relacionamento com pessoas aqui do Estado** e acabaram me mostrando aqui as *chapadas* e a região de Chapadinha.

**Pesquisador:** Seu Vilson, nesse período de 1995 a 2000 que o senhor falou que ficou estagnado, as famílias que ficaram, o quê elas fizeram?

**Vilson Ambrozi:** Eu acho que Deus sabe o que elas fizeram.

**Pesquisador:** Elas foram para outras atividades, o que foi que elas fizeram?

**Vilson Ambrozi:** Eu costumo dizer que elas ficaram aqui em marcha lenta, se adaptaram, a, a, **se adaptaram ao baixo consumo** daqui e ficaram batendo pistão, caçando porco. Marcha lenta é quando o consumo de combustível é pequeno, né, elas se adaptaram ao baixo consumo, não ficaram muitas, né, e **trocaram de atividades, foram, de certa forma, uns foram fazer algum comércio, mas a agricultura ficou abandonada.**

**Pesquisador:** O senhor chegou a fazer o quê?

**Vilson Ambrozi:** **Eu voltei pra iniciativa privada, fui trabalhar de empregado,** eu (inaudível) de uma empresa aqui dentro do Maranhão. É uma história maior, um conhecimento maior de pessoas, né, **eu já tinha umas amizades e um conhecimento bom e tive sorte e não precisei ir embora,** porque muita gente teve que ir embora, e ainda tive que manter três filhos em escolas boas e universidades, graças a Deus passou (Entrevista concedida em 12 de julho de 2009).

## Relato 2: Gerverson Kerber

**Pesquisador:** O senhor não planta mais, o senhor faz o quê?

**Gerverson Kerber:** Eu já plantei soja, nós plantávamos e a gente quebrou, aí parou de plantar, daí fui partir pra outros ramos, **tem os caminhões, os fretes, eu aluguei esse posto aqui e tem o posto São Benedito, mexo com posto de combustível.** Meu negócio, a gente tem terras só que arrendou pra os outros produtores que vem de fora né.

**Pesquisador:** Agora está indo melhor?

**Gerverson Kerber:** Agora, agora tá indo melhor, o que vier agora não tem errada mais. Mas, tem muita gente que veio e quebrou e foi se embora.

**Pesquisador:** Ah, teve família que veio e foi embora?

**Gerverson Kerber:** Foi embora, **nós ficamos porque nós partimos para outros lados, foi mexer com carvão, mexer com caminhão, frete** (Entrevista concedida em 19 de fevereiro de 2009).

## Relato 3: Conc Garcia e Antonio de Souza

**Pesquisador:** E o senhor disse que encontrou dificuldades no começo aqui. O que é que o senhor fez pra não voltar?

**Conc Garcia:** Para viver?

**Pesquisador:** Sim.

**Conc Garcia:** Tirando lenha e vendendo.

**Antonio de Souza:** Abrindo a área, já mecanizando e trabalhando em cima da lenha.

**Conc Garcia:** Aí como eu tinha conhecimento do material do tijolo, que nós já tinha uma cerâmica lá no sul, a gente escolhia o tijolo, é, é com uma qualidade melhor. Aí, o pessoal em vez de comprar na cerâmica, vinha comprar de nós, porque nosso produto era melhor que o da cerâmica (Entrevista concedida em 12 de julho de 2009).

Um aspecto comum visto nos relatos dos informantes corresponde ao retorno dos agricultores *gaúchos* que chegaram primeiramente ao Leste Maranhense. As primeiras levas não permaneceram e retornaram para os estados de origem ou seguiram para outras áreas, pois enfrentaram dificuldades relativas à estabilidade das famílias nos municípios da região.

A inserção em iniciativas privadas, de modo autônomo, foi uma das principais estratégias adotadas entre esses primeiros agentes, tais como oferecimento de serviços especializados e aluguéis de caminhões, construção de postos de gasolina, carvoarias, fábricas de cerâmicas. Outras estratégias estiveram relacionadas ao emprego formal no comércio ou em empresas particulares. Ademais, nem todos estavam descolados do mundo agrícola, mas se utilizavam de certas condições adquiridas no momento de suas chegadas, como possuir terras e arrendá-las, de modo a superar as dificuldades iniciais.

Também aparece referência aos laços familiares ou de amizade como elemento importante utilizado pelos informantes para permanecerem na região. Nos relatos de Conc Garcia e Gerverson Kerber temos a chegada antecipada de irmãos com propósito de compra e conhecimento das terras, o que contribuiu para que a família desses agricultores pudesse avaliar as condições de fixação. Em outro sentido, a ligação com “certas pessoas aqui do Estado” ou a existência de amizades na região, segundo relata o senhor Vilson Ambrozi, mostra como as relações pessoais desempenharam uma alternativa para que esse informante adquirisse um vínculo de trabalho e permanecesse no Maranhão.

Nesse momento, a adoção de certas estratégias, para se estabelecerem na fronteira, significou, no caso dos informantes citados, uma retração em suas condições materiais anteriores. Se antes de se estabelecerem no Maranhão, aqueles agentes já possuíam terras, e tornaram-se autônomos, com propriedades e inserção na produção agrícola (caso de Vilson Ambrozi no Mato Grosso e Gerverson Kerber na Bahia), os primeiros anos, no Leste Maranhense, significavam romper,

mesmo que temporariamente, com as vantagens já alcançadas na etapa migratória anterior.

Esse primeiro momento, conforme o informante Vilson Ambrozi, ocorreu durante o decorrer da década de 1990, mais precisamente entre os anos de 1995 a 2000, quando a produção graneleira, principalmente, a da soja, ainda não havia consolidado uma especialização em bases empresariais, apesar da existência dos primeiros plantios na região (ver, por exemplo, Tabela 1)<sup>83</sup>. Segundo outro entrevistado, uma dificuldade dos agricultores consistia na obtenção de créditos bancários com fins ao custeio das lavouras associada à falta de uma tecnologia adaptada ao ambiente biofísico da região que possibilitasse o desenvolvimento da sojicultura.

**Pesquisador:** Era justamente a dificuldade com os bancos?

**Idone Grolli:** **É, mas na verdade os caras chegaram aqui sem conhecimento tecnológico, eles vieram com conhecimento como agricultores de outros locais**, só que a adaptação no microclima regional, essas coisas eles não tinham. Então, primeiro que os materiais genéticos não eram bem adaptados, segundo, o pacote tecnológico de calcário, de adubo, também eles não estavam bem informados. Não tinha calcário decente na região, na tinha armazenagem na região, não tinha comprador na região, então eles conseguiam o seguinte: eles iam no banco, conseguiam o dinheiro, só que a atividade econômica não era lucrativa. **Então, quando você pega 100 e planta e colhe 80, é claro que tu vai ficar inadimplente com o banco, faltou 20.** Ainda tem mais o custo da família, pra escola e você tira uma parte pra subsistência desse recurso (Entrevista concedida em 09 de setembro de 2009).

Segundo o informante, os problemas com a obtenção de financiamentos bancários, entre os primeiros agricultores, eram decorrentes, principalmente, da inadimplência, pois alguns não conseguiam garantir o retorno dos investimentos ao banco. Nesse momento, as terras não eram valorizadas do ponto de vista do modelo agrícola empresarial, com uso intensivo de insumos (maquinários, sementes selecionadas e fertilizantes), e os bancos exigiam garantias de imóvel rural valorizado com os custos de produção, além da cobrança do cadastro de produtores com experiência no ramo especializado desse tipo de agricultura.

Além disso, existia a falta de incentivos oficiais para o desenvolvimento de uma estrutura produtiva da soja na região e para a implantação de experimentos com material adaptado à região. Inexistia uma base científica de estudos

---

<sup>83</sup> Cf. Capítulo I.

especializados nas condições locais do solo e de experimentos com sementes adaptadas ao clima da região que garantissem a viabilidade da produção das lavouras de grãos. Esses impasses não significaram a falta de iniciativa própria dos agricultores *gaúchos* com as primeiras lavouras experimentais de soja, embora alguns não prosseguissem, nos anos seguintes, com a produção sojícola.

## 7. Os filhos chegam antes aos novos locais

Apesar de não ter chegado com as primeiras levas de agricultores *gaúchos*, o senhor João Rieder se incluiu na condição de *pioneiro* por ser um dos primeiros a participar da produção sojícola. Vejamos como esse agente adota certas estratégias para se fixar na nova região:

**Pesquisador:** Do Sul [do país], o senhor veio pra cá logo, para o Maranhão ou o senhor foi para outro lugar?

**João Rieder:** Não, eu vim do Rio Grande do Sul, de Santa Cruz, nasci em Venâncio Aires, fui servir eu estava morando em Venâncio Aires, servi em Santa Maria, depois que voltei do quartel eu vim pra Santa Cruz do Sul **plantar uns três anos junto com uns primos meus lá. Ali eu comecei meu pé de meia, fiz sobrar 25 mil cruzeiros na época de 54 a 58, 58 eu casei, minha esposa era professora, então a gente começou uma vida praticamente nada, mas com muita força os dois garrando o que podia, ela lecionando e eu na roça, que levou uma vida muito boa.**

**Pesquisador:** Seu João, o senhor acabou vindo direto para o Maranhão ou passou em outro lugar?

**João Rieder:** **Meus filhos formaram em técnico agrícola, fizeram a frente pra cá, vieram na frente conhecer o lugar.**

**Pesquisador:** Eles foram pra Balsas, antes de vir pra cá?

**João Rieder:** Então, aquele povo de Balsas eram gente de várias partes do país, mas bastante gente do Sul. Então, quem voltava lá, dizia "lá no Maranhão é assim e assim e aí foi se desenvolvendo e entrando mais gente e veio entrando mais gente e vieram explorar estas outras partes aqui.

**Pesquisador:** E atualmente, são seus filhos que ficam cuidando da fazenda, lá em Brejo?

**João Rieder:** Lá no Brejo, mora o Sidnei, é dele a fazenda. Então o Jorge tem uma fazenda em Urbano Santos, o Vanderlei tem outra lá pro outro lado da, adiante de Chapadinha pega a esquerda lá, vai pra, não lembro o nome do lugar lá.

**Pesquisador:** Todos plantam soja?

**João Rieder:** Não. Nenhum deles estão plantando, nós ficamos sem condições de plantar.

**Pesquisador:** Porque seu João?

**João Rieder:** Porque a gente ficou sem acesso ao banco (Entrevista concedida em 19 de fevereiro de 2009).

A trajetória do informante João Rieder coincide com a dos demais informantes, apresentados anteriormente, à medida que uma das estratégias empreendidas por ele diz respeito a acumulação de patrimônio em seu local de origem, a partir da soma do que era obtido pelo casal exemplificada com a expressão – *“ela lecionando e eu na roça”*.

Por outro lado, seu deslocamento para Chapadinha aponta para uma particularidade em relação aos informantes citados anteriormente. Nesse caso, ocorreu uma inversão geracional na base dos agentes migrantes. São os filhos que antecipam suas vindas, ou seja, *“fazem a frente pra cá”*, como o informante diz, mostrando que certos deslocamentos para essa região não se iniciam com a chegada do chefe da família ou do homem da família inteira, mas podem obedecer, também, à estratégia segundo a qual um integrante da geração mais nova – filhos ou netos – tem importância.

A estratégia baseada em redes de solidariedade não se restringe ao âmbito dos parentes mais próximos, mas se estende, também, a alguém conhecido que já esteja envolvido com a expansão da produção graneleira. Em conversas mais informais, o senhor João Rieder explicou que os filhos chegaram ao Leste Maranhense por meio de contatos com conhecidos que retornavam ao Sul do país e levavam informações sobre a possibilidade de fixação nessa região, caso, por exemplo, do senhor Vilson Ambrozi, considerado um dos primeiros a se estabelecer em Chapadinha.

Diferentemente de outros, o senhor João Rieder não teve passagens por outros estados do país, vindo diretamente do Rio Grande do Sul para Chapadinha, sem passar ou se estabelecer em Balsas, região que já contava com grande número de migrantes. Essa trajetória “direta” só é possível, porque os filhos vieram na frente, preparando a chegada do pai que acontece depois.

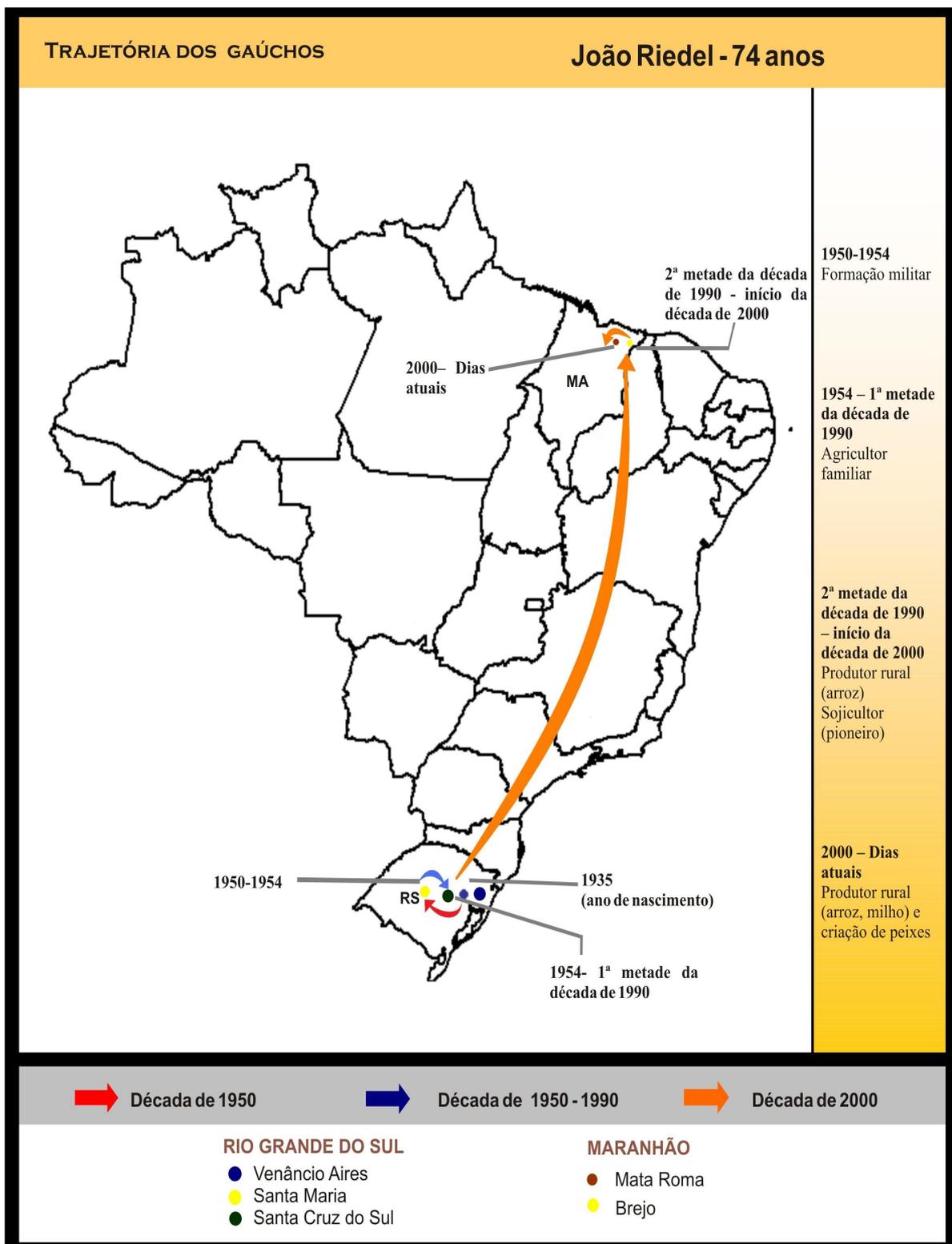
Após os filhos já fixados, o senhor João Rieder chega a Chapadinha, em fins dos anos 1990, inserindo-se na produção sojícola. Entretanto, para esse informante, a permanência na região não significou uma transformação à condição de agricultor de soja como aconteceu com outros.

Após sua chegada, houve a possibilidade de inserção no mercado sojícola junto com os filhos já fixados. Tornando-se sojicultor, o informante distinguiu-se, a de pequeno agricultor familiar (ver Mapa de trajetória IV). Porém, as

dificuldades iniciais, no tocante à obtenção de financiamentos bancários, que muitos dos chamados *produtores rurais* enfrentaram para ingressarem no mercado da soja, diminuiu as chances do senhor João Rieder permanecer como sojicultor. A estratégia para permanecer na região foi investir na pequena produção de arroz, de milho e na criação de peixes em reservatórios. Diferentemente dos agricultores que seguiram para a iniciativa privada, João Rieder permaneceu na atividade agrícola.

O mapa da trajetória desse agente, a seguir, é uma tentativa de ilustrar suas etapas migratórias, destacando o local de nascimento e aqueles por onde ele passou, além das atividades realizadas ou estratégias adotadas:

Ilustração 11: Mapa de trajetória IV<sup>84</sup>



<sup>84</sup> Elaboração: José Raimundo Araújo Júnior.

## 8. Dispersão da família na *fronteira*

Um dos chamados *gaúchos* que se fixou em momento de crescimento da produção sojícola em Chapadinha aponta para a mudança de uma condição pretérita produzida pela separação da família em diferentes espaços.

**Pesquisador:** O senhor está desde quando aqui em Anapurus?

**Paulo Librelotto:** Faz 11 anos, faz, 1997.

**Pesquisador:** O senhor é de onde, o local que o senhor nasceu?

**Paulo Librelotto:** É Cruz Alta do Rio Grande do Sul.

**Pesquisador:** E quando o senhor veio pra cá, o senhor já trabalhava com soja lá?

**Paulo Librelotto:** Já.

**Pesquisador:** A família toda?

**Paulo Librelotto:** **Nós viemos do sul para Mato Grosso, daí em Mato Grosso o meu pai e meus irmãos ficaram lá e veio eu e outro meu irmão pra cá.**

**Pesquisador:** Qual o local de Mato Grosso?

**Paulo Librelotto:** Campo Verde.

**Pesquisador:** E o que, lá estava complicado para continuar?

**Paulo Librelotto:** Não. Porque a família foi crescendo, os filhos foram ficando grande, **daí lá como as terras tão caras, daí o pessoal tem que sair fora.**

**Pesquisador:** Estavam ficando caras as terras?

**Paulo Librelotto:** É, estão caras ainda né, mas aí pra comprar e adquirir terras lá é mais difícil.

**Pesquisador:** O senhor veio logo pra cá, para Anapurus?

**Paulo Librelotto:** **Eu vim, eu fiquei aí hospedado num hotel dois anos quase.**

**Pesquisador:** Não comprou residência, nada?

**Paulo Librelotto:** **Eu comprei a terra, mas daí abri ela e, e fiquei hospedado num hotel aí.**

**Pesquisador:** Mas no Maranhão foi o primeiro local?

**Paulo Librelotto:** Foi o primeiro local.

**Pesquisador:** Não foi pra Balsas, não?

**Paulo Librelotto:** Passei em Balsas antes de vir pra cá, mas daí passei em Balsas, daí eu (inaudível) vim pra cá, por causa da localização, perto do porto.

**Pesquisador:** Em Balsas, o senhor passou quanto tempo?

**Paulo Librelotto:** Em Balsas eu fiquei dez dias só.

**Pesquisador:** Estavam caras na época, as terras?

**Paulo Librelotto:** Estavam 1.200 e aqui 100 por exemplo.

**Pesquisador:** E quantos irmãos ficaram ainda lá em Mato Grosso?

**Paulo Librelotto:** Ficou dois.

**Pesquisador:** Seus pais estão lá em Mato Grosso?

**Paulo Librelotto:** **Meu pai ta lá, tenho duas irmãs também lá**

**Pesquisador:** Ninguém está mais no Sul [do país]?

**Paulo Librelotto:** Não.

**Pesquisador:** Também trabalham com soja lá?

**Paulo Librelotto:** É, com soja.

**Pesquisador:** E quais foram os contatos que o senhor teve, aqui, antes pra chegar aqui, quem é quem o senhor sabia que já estava aqui.

**Paulo Librelotto:** Que eu estava lá em Balsas, daí tem um, que era diretor da Ceval na época que é hoje a Bunge, né, ele me disse que conhecia um pessoal daqui que ele estava financiando um pessoal pra plantar aqui, daí eles plantaram em três hectares aqui, daí eu vim olhar a soja e gostei e vim pra cá

**Pesquisador:** Mas aqui em Anapurus?

**Paulo Librelotto:** Aqui em Anapurus.

**Pesquisador:** E o seu irmão, mora aqui.

**Paulo Librelotto:** Meu irmão mora.

**Pesquisador:** Qual o nome dele?

**Paulo Librelotto:** Valtair.

**Pesquisador:** E me diga uma coisa, seu Paulo, e Uruçui, o senhor teve contato com alguém dessas áreas?

**Paulo Librelotto:** Meus primos estavam lá, eu já fui lá, é só visitar (Entrevista concedida em 18 de fevereiro de 2009).

De acordo com o informante, sua fixação no Leste Maranhense ocorreu pela indicação de um agente envolvido na expansão do mercado de grãos no Maranhão, no caso, o senhor Idone Grolli, ex-diretor da CEVAL (atual BUNGE), que confirmou essa versão.

**Idone Grolli:** O Paulo [Librelotto], foi eu quem indiquei. Ele veio de Mato Grosso, estava em Balsas. Eu disse: “vai lá em Chapadinha”.

**Pesquisador:** O senhor que intercalou?

**Idone Grolli:** Fui eu, ele nem conhecia, nem sabia que existia Chapadinha. Aí ele chegou em Balsas, e eu disse “vai lá em Chapadinha! Antes de tu investir o teu dinheiro que tu ganhou lá no Mato Grosso, vai dar uma olhada”. E ele acabou lá. Tá lá, como empresário (Entrevista concedida em 09 de setembro de 2009).

Nota-se que se trata de um contato que o senhor Paulo Librelotto já tinha antes de seu estabelecimento naquela região, indicando que existe um fluxo de informações entre aqueles que chegam primeiro e os que vêm posteriormente.

A importância das relações familiares e os contatos pessoais com outros agentes funcionam como estratégia fundamental para a decisão de avançar em direção a outras áreas. Por conta de circunstâncias particulares ou das condições encontradas (crescimento familiar, alta/baixa do preço das terras e proximidade com portos), o grupo familiar não avança em bloco de uma área para outra, demonstrando que existe uma dispersão dos membros da família, no que diz respeito aos avanços e estabelecimento em regiões para onde se expande a agricultura moderna.

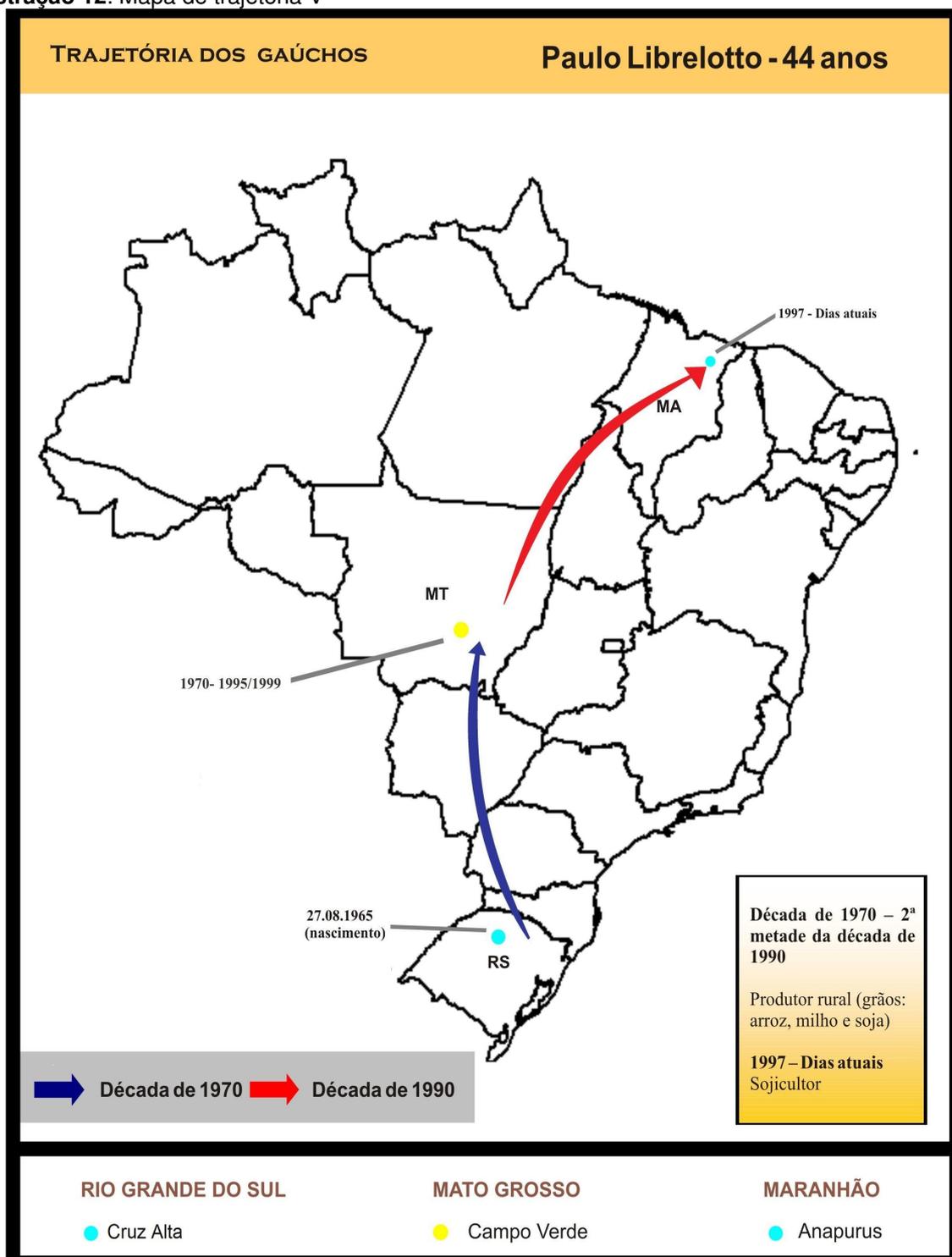
A existência de membros da família em diferentes localidades remete para uma estratégia interessante do “migrar”, pois um integrante pode não lograr êxito no local para onde se deslocou e, assim, retornar para onde outros membros da família já estavam ou estão se estabelecendo. Ao mesmo tempo, a inserção no mercado produtivo garante a presença do grupo familiar em diferentes estágios da produção sojícola moderna por conta da localização em áreas com distintos processos de mecanização e especialização.

Além disso, os membros das famílias tiram partido dessa descentralização familiar, já que, dependendo do calendário agrícola e com a ajuda daqueles já estabelecidos (irmãos, primos e tios), os *produtores* podem estar em uma região no período de plantação e em outra durante a colheita. Isso se torna viável, no caso da *microrregião* de Chapadinha, pois, nessa área, existe uma diferença entre os períodos de plantação e colheita da soja em relação a outros estados do país.

A estratégia de não se estabelecer precocemente sugere que os agentes procedem a um cálculo das condições que podem favorecê-los ou desestabilizá-los em momentos de fixação na fronteira. Vale lembrar que o informante Paulo Librelotto chega a Chapadinha em 1997, ano em que a agricultura mecanizada ainda estava se constituindo em termos técnicos e espaciais e recebia poucos investimentos oficiais (CARNEIRO, 2008).

Observando o deslocamento desse informante, chega-se ao seguinte Mapa de trajetória V:

Ilustração 12: Mapa de trajetória V<sup>85</sup>



Embora reconheça que as trajetórias apresentadas fazem referência a certas particularidades e não substituem um quadro mais complexo e compacto de outras experiências, os relatos mostraram distinções e aproximações em relação ao

<sup>85</sup> Elaboração: José Raimundo Araújo Júnior.

estabelecimento dos primeiros *gaúchos* em Chapadinha, permitindo falar em uma diversidade de configurações sociais.

Para alguns casos, são os irmãos da mesma geração do informante que chegam primeiro ao Maranhão, comprando terras no Leste Maranhense ou em outras localidades. Em outra situação, foram os descendentes do informante que chegaram, preparando a vinda do pai e exercendo o controle sobre os recursos econômicos. Há ainda situações em que a família se divide. Os pais ficam nas áreas em que o núcleo familiar já havia se estabelecido e os filhos, independente da idade, avançam para a fixação em outros estados (como o Piauí, por exemplo) e conseqüentemente, passam a constituir outros núcleos familiares.

Com alguns informantes não se realiza uma fixação imediata, mas isso acontece depois de uma avaliação das condições de investimento mediada por relações de amizade. Situações encontradas na chegada, como as despesas com os filhos, são decisivas para a fixação em um local que dispõe de serviços qualificados, objetivando se deslocar posteriormente e permanecer em Chapadinha.

Nota-se que nenhum dos entrevistados chega a se estabelecer no Sul Maranhense, por onde apenas passam. Os motivos que os levam a não se estabelecerem nessa região são diferenciados e vão desde a falta, à época, de um sistema escolar e de saúde eficiente para os filhos, da inexistência de serviços diversificados de comércio, bem como do alto valor das terras e do custo de instalação dos insumos agrícolas (maquinário, fertilizantes, por exemplo) para a montagem de uma estrutura de produção de soja.

A não fixação no Sul do Maranhão aconteceu não somente entre os agricultores entrevistados, mas também é atribuída a outros *gaúchos* que chegaram, primeiramente, no Leste Maranhense. As primeiras levas vieram, principalmente, do Oeste Baiano, apesar da passagem por outros estados, como Mato Grosso e Piauí.

Ademais, observou-se que, em alguns casos, os *gaúchos* chegaram sozinhos e os outros membros da família vieram, posteriormente, de diversas formas. Uma primeira forma de movimentação percebida foi aquela em que os irmãos mais velhos migravam e apenas compravam terras, sem necessariamente se estabelecerem e retornavam ao local onde o núcleo familiar ainda controlado pelos pais se encontrava. Uma segunda forma foi aquela em que a participação não se reduzia a um grupo etário, se estendendo a todos os integrantes do grupo

doméstico, filhos mais novos ou outros parentes da mesma geração, e nesse caso os irmãos se encaminhavam primeiro para Chapadinha.

Uma terceira situação se refere ao deslocamento dos filhos que compravam terras em localidades de diferentes estados, mas não se fixavam definitivamente. Retornavam em períodos de entressafra ou no final do ciclo agrícola aos locais onde os pais e outros membros da família permaneciam.

Uma quarta forma diz respeito aos membros familiares que, independente da idade, avançavam de um estado para outro à medida que avaliavam certas condições, como a continuidade da produção ou crescimento do núcleo familiar. Seguindo para novas áreas, compravam terras no Leste Maranhense, mas não se desfaziam daquelas que possuíam em outras localidades. Facilitavam, assim, a chegada de outros membros da família para a participação com a produção de soja.

Os agentes, necessariamente, não acionavam uma única estratégia nos momentos de migração para estabelecimento em Chapadinha. Algumas medidas os distinguiram, mas outras mostram um conjunto comum adotado no deslocamento para essa região. A acumulação de patrimônio e a constituição de uma rede social de apoio foram elementos comuns e fundamentais para a fixação dos entrevistados nos estados por onde passaram e para a reunião de recursos (econômicos e sociais) objetivando avançar pela fronteira e se transformar em produtores de soja.

Em relação a uma rede de apoio e contatos, as experiências mostraram uma variação na manutenção de vínculos. Para alguns dos agricultores, os laços familiares foram importantes na migração entre os estados, pois possibilitavam o conhecimento prévio das áreas através de informações fornecidas por um membro da família que comprava terras e retornava ao estado de origem, além de divulgarem os meios necessários para a inserção nas atividades agrícolas.

Com outros entrevistados, os contatos com amigos ou indivíduos já estabelecidos no mercado agrícola de grãos se mostraram como estratégias para enfrentar períodos iniciais de instabilidade ou serviram como indicações para o estabelecimento em uma região desconhecida. Temos, também, entre esses agentes, a formação de um capital cultural na origem (formação agrícola) e uma espécie de qualificação nas áreas de cerrado (iniciação na estrutura produtiva da soja) se constituindo como um trunfo de experiência que viabilizava a conversão à condição de produtor de soja.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estabelecimento de agricultores conhecidos, genericamente, como *gaúchos* no Leste Maranhense, no final da década de 1980, não foi resultado de políticas oficiais ou da implantação de projetos de colonização como aconteceu em situações envolvendo famílias sulistas no Centro-Oeste do país (TAVARES DOS SANTOS, 1993). Além disso, a fixação ocorreu diferentemente daqueles que chegaram ao Sul do Maranhão, na década de 1970, também, conhecidos como *gaúchos*, pois estes obtiveram incentivos fiscais através de programas como o PROTERRA (PAULA ANDRADE, 2008a). As experiências apresentadas no presente estudo destacaram que os primeiros grupos estabelecidos em Chapadinha chegaram com recursos reunidos, principalmente, através da acumulação do patrimônio familiar nos locais de origem e naqueles por onde migraram.

Herdeiros de colonos de ascendência européia que, por sua vez, saíram de diferentes partes do Sul do país, na primeira metade do século passado, devido à pressão fundiária e à modernização agrícola que transformava os campos dessa região, os chamados *gaúchos* se deslocaram por diferentes estados do país e nem chegaram a se fixar no Sul Maranhense. Eles apenas passaram por essa região, pois encontraram condições consideradas adversas à permanência dos mesmos, o alto preço das terras e dos insumos na cadeia produtiva da soja, além da falta de serviços básicos de qualidade para a família, como a educação dos filhos foram destacadas como algumas das principais razões para a não permanência na região de Balsas. Nesse sentido, não podemos falar, pelo menos entre os *gaúchos* que chegaram primeiro, de uma espécie de ramificação daqueles que já se encontravam no Sul do Maranhão em direção ao Leste deste estado.

O deslocamento para Chapadinha veio se constituindo em diferentes momentos. Existiu uma primeira fase em que os agricultores chegaram com poucos recursos e sem tecnologia, sendo representados como um tipo *aventureiro*, figura que simbolizava aquele agricultor despossuído de grandes vantagens econômicas e materiais na *fronteira agrícola*. Depois, passaram a adquirir terras, incentivados, principalmente, pelo reduzido preço das *chapadas* que na visão deles não possuíam valor de mercado.

Dentre os primeiros *produtores* que chegaram, muitos acabaram retornando aos estados de onde migraram, pois não conseguiram se estabilizar nos

primeiros anos devido à dificuldade de obtenção de crédito bancário para a instalação das lavouras de arroz e milho. A cultura da soja ainda não havia sido implantada, pois os agricultores não encontraram condições estruturais e técnicas que viabilizassem os primeiros plantios. Com isso, se percebeu que houve uma lacuna temporal entre o início dos primeiros cultivos de soja no Leste Maranhense e a chegada dos agentes envolvidos, nos dias atuais, com essa produção, demonstrando a inexistência de relações causais entre esses dois processos.

Em seguida, teremos uma segunda fase, no final da década de 1990, caracterizada pela chegada de novos agricultores provenientes de diferentes estados do país, em alguns casos, de parentes daqueles que já haviam se fixado em Chapadinha ou o restante da família (filhos, esposas e irmãos) que permanecia em outras localidades. Nesse momento, introduziram-se os primeiros experimentos de soja via iniciativa de poucos produtores ou através de financiamento particular de um diretor da empresa exportadora de grãos CEVAL (atual BUNGE).

A partir dos anos 2000, a agricultura da soja em bases empresariais se expandiu para Chapadinha influenciada pela proximidade da região com vias de escoamento da produção graneleira, como portos destinados à exportação dos grãos (caso do Porto do Itaqui em São Luis), e pela crescente liberação de crédito rural. Isso proporcionou uma valorização das áreas e conseqüente elevação de seu valor no mercado de terras. Nos últimos dez anos, essa terceira fase vem se caracterizando pela saída de produtores de soja residentes no Sul do Maranhão para o Leste deste estado com o objetivo de cultivar esse grão em terras arrendadas. Além disso, tem ocorrido a chegada de agentes providos de maiores recursos econômicos, as chamadas *tradings*, com acesso a tecnologia e pesquisa científica que visam o melhoramento das sementes e dos fertilizantes para adaptá-los ao ambiente biofísico local.

O deslocamento para o Leste Maranhense mostrou que esse processo se configurou de forma ampla e complexa. Por um lado, os chamados *gaúchos* chegaram a uma região que estava ocupada, há mais de um século, por um campesinato com territórios tradicionais definidos e que adotavam um regime comunal de uso dos recursos naturais baseado na associação entre a pequena produção de alimentos, a atividade criatória e o extrativismo. Diferentemente da visão que supõe a existência de terras livres para o avanço da *fronteira agrícola*,

aqueles agentes se apropriaram de um estoque de terras, no caso as *chapadas*, que há muito faziam parte de um sistema de produção nativo.

A migração representou o encontro de lógicas distintas. Isso ficou evidenciado com a ideologia do *pioneirismo* que pressupõe a chegada daqueles que carregam consigo a experiência de técnicas agrícolas consideradas modernas, avançadas e de uso racional, com o objetivo de trazer o progresso para áreas consideradas atrasadas. O que diferenciou os chamados *gaúchos* foi a acumulação de recursos obtidos durante a migração e com a venda de suas propriedades no Sul do país, possibilitando que esses agentes se reproduzissem no Leste Maranhense como agricultores ligados a um modelo agrícola empresarial.

Em outro sentido, o deslocamento não significou apenas a ampliação da propriedade ou acumulação de mais terra pelos chamados *gaúchos*. A essa perspectiva objetiva se complementava uma dimensão simbólica, a realização de projetos individuais ou coletivos no qual se compartilhavam sonhos e esperanças, além de incertezas com o que aconteceria nos espaços para onde se migravam. O estabelecimento na *fronteira* significava ao mesmo tempo uma possibilidade para crescer e progredir como proprietário de terras e sojicultor, assim como, podia desencadear um movimento retrógrado à condição de subordinação vivida nos locais de origem, pois nem todos alcançaram sucesso.

Observou-se que as primeiras famílias não se estabilizaram e acabaram retornando para os locais de onde partiram ou avançaram para outros estados. Algumas permaneceram, mas tiveram certas limitações em seu padrão de consumo e na possibilidade de se reproduzirem como produtoras de soja. Dessa forma, a migração desses grupos não foi apenas geográfica, mas se configurou enquanto um deslocamento social no sentido de romper ou não com uma condição anterior desfavorável e de deixar para trás relações partilhadas e estruturadas em núcleos de solidariedade que se (re) construía a cada avanço na *fronteira*.

Embora o deslocamento tenha apresentado um caráter constante, a permanência em diferentes estados mostrou que esses agentes se inseriam em um quadro de provisoriedade. As etapas migratórias por estados como Mato Grosso, Bahia e Piauí se realizaram como paradas provisórias, o que relativiza a idéia de um trânsito único dos locais de origem para um determinado destino.

Esse movimento intermitente foi possível pela adoção de certas estratégias familiares que possibilitavam aos agentes decidir se avançavam ou não para novas áreas. A acumulação do patrimônio familiar e a aquisição de conhecimentos e experiência na produção agrícola moderna em áreas de cerrado, ocorrido antes da fixação em Chapadinha, possibilitou a permanência dos *gaúchos* nessa região.

Ademais, se observou a constituição de uma rede de relações familiares, pessoais e de solidariedade que garantiram a reprodução do núcleo familiar em suas trajetórias individuais e coletivas. A família desempenhou um papel singular na realização dos percursos migratórios, funcionou como uma estrutura migrante que viabilizou a circulação de diferentes membros pelas localidades onde se deslocavam e onde se estabeleceram. Além disso, possibilitou a configuração de diferentes núcleos familiares espalhados em áreas que expandem setores produtivos ligados ao chamado *agronegócio*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Ideologia da decadência**: leitura antropológica a uma história da agricultura no Maranhão. Rio de Janeiro/Manaus. Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas. 2008. v.1.
- \_\_\_\_\_. Universalismo e localismo: Movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: D'INCAO, Maria Ângela et al. (org.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. p. 521-537.
- ALVES, Vicente Eudes Lemos. **Mobilização e Modernização nos Cerrados Piauienses**: formação Territorial no Império do Agronegócio. Tese de Doutorado. PPGGH/FFLCH/USP. 2006.
- ASSUNÇÃO, Mathias Röhring. **A Guerra dos Bem-te-vis. A Balaiada na Memória Oral**. São Luis: SIOGE, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: Sobre a teoria da ação. 8. ed. Campinas, SP: Papirus, 2007a.
- \_\_\_\_\_. **A Distinção**: crítica social do julgamento. SP: EDUSP; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007b.
- \_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- \_\_\_\_\_. Stratégies de reproduction et modes de domination. In: **Actes de la recherche em sciences sociales**. v. 105, n. 01, 1994.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. SP: Fundação Editora da UNESP, 1998. p. 185-229.
- BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2007.
- BERREMAN, Gerald. Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia. In: ZALUAR, Alba Guimarães (Org.). **Desvendando Máscaras Sociais**. Rio de Janeiro. Fco Alves Ed. 1975. p. 123-174.
- BURAWOY, Michael. Por uma sociologia pública. Política e Trabalho. **Revista de Ciências Sociais**. CCHLA/UFPB. 25 de outubro de 2006. p. 09-50.

BRUNO, Regina *et alli*. **Grupos de solidariedade, frentes parlamentares e pactos de unidades e ação. Em pauta o fortalecimento e a disputa pela representação patronal no campo.** Relatório final de pesquisa. REDES/IICA. 2008.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. A expansão e os impactos da soja no Maranhão. In: SCHLESINGER, Sergio *et alli*. **Agricultura familiar da soja na região Sul e o monocultivo no Maranhão:** duas faces do cultivo de soja no Brasil. Rio de Janeiro: FASE, 2008, p. 77-146.

CATTANI, Antonio; KIELING, Francisco dos Santos. A escolarização das classes abastadas. In: **Sociologias**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia. UFRGS. Porto Alegre. Ano 9, n. 18, jul/dez 2007 p. 170-187.

COMERFORD, John Cunha. **Como uma família:** sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. RJ: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

CORREIA DE ANDRADE, Manoel. **Ensaio sobre a Realidade Maranhense.** São Luis, IPES, 1984.

\_\_\_\_\_. **Paisagens e Problemas do Brasil.** 4ª ed. SP: Ed. Brasiliense, 1973.

COUTINHO, Milson. **A Cidade de Coelho Neto na História do Maranhão.** Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão; Academia Maranhense de Letras. São Luis, 1986.

DA ROS, César Augusto. Gênese e constituição da estrutura de posse e uso da terra no Rio Grande do Sul: uma análise a partir do processo de ocupação e apropriação do território. In: BRUNO, Regina *et alli* (orgs.). **O campo em debate:** terra, homens e luta. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008.

DESCONSI, Cristiano. **Os “pequenos” proprietários rurais no Mato Grosso – Migração e inserção produtiva dos migrantes do Sul do Brasil no período pós-90.** IV Encontro Nacional sobre Migrações. Belo Horizonte – MG. Disponível em: <http://www.abep.org.br>. Extraído em 07/08/2009.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e outsiders:** uma sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. RJ: Jorge Zahar Ed. 2000.

FARIA, Regina Helena Martins de. **A Transformação do Trabalho nos Trópicos:** Propostas e Realizações. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2001.

FERNÁNDEZ, Antonio José Castrillon. **Do Cerrado à Amazônia: as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso**. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

FOOTE-WHYTE, William. **Sociedade de Esquina**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2005.

FORTES, Meyer. **O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico**. Brasília: Ed. da UnB, 1974.

GAIOSO, Raimundo José de Sousa. **Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura do Maranhão**. Rio de Janeiro: Coleção São Luis, 1970.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. RJ: Zahar Editores, 1981.

GRYNSZPAN, Mário. **A afirmação do agronegócio: novos agentes e representações do rural**. 33º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu – MG, 2009. p. 01-20.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade. A rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

HEREDIA, Beatriz *et alli*. **Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil**. 33º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu – MG, 2009. p. 01-35.

HOLANDA, Felipe de. Dinâmica da economia maranhense nos últimos 25 anos. São Luis. In: **Cadernos IMESC 4**. 2008.

LAGO, Aderson de Carvalho. **Brejo, Aldeia dos Anapurus**. Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. São Luis, 1989.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão**. Rio de Janeiro: Fonfon e Seleta, 1970.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. SP: Contexto, 2009.

MENEZES, Marilda Aparecida; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões**. Disponível em: [http://www.nead.gor.br/memoriacamponesa/arquivos/leitura/Migrações Rurais no B r novas e velhas questões.pdf](http://www.nead.gor.br/memoriacamponesa/arquivos/leitura/Migrações_Rurais_no_B_r_novas_e_velhas_questões.pdf). Obtido em 10/09/2009.

MINTZ, Sidney. Comida e Antropologia: uma breve revisão. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Out. 2001. Vol. 16, n. 47. p. 31-41.

MULS, Nair Costa. Modernização e Industrialização da Agricultura em Direção a uma “Fabrição” do Processo de Trabalho? In: **Revista Raízes**. UFCG. Ano XVI, n. 15, dez-1997. p. 11-23.

PALMEIRA, Moacir *et alli*. **Projeto emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste**. In: Anuário Antropológico 76. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. 1977.

PAULA ANDRADE, Maristela de. **Os gaúchos descobrem o Brasil. Projetos agropecuários contra a agricultura camponesa**. São Luís: GERUR/EDUFMA, 2008a.

\_\_\_\_\_. Uma antropologia do campesinato no Maranhão. In: PAULA ANDRADE, Maristela e SOUZA FILHO, Benedito (orgs.). **Os gaúchos descobrem o Brasil. Projetos agropecuários contra a agricultura camponesa**. São Luís: GERUR/EDUFMA, 2008b.

\_\_\_\_\_. A produção de carvão vegetal e o plantio de eucalipto no Leste Maranhense. In: PAULA ANDRADE, Maristela de. (org). **Carajás: desenvolvimento ou destruição? Relatórios de Pesquisa**. São Luis: CPT, 1995. p. 15-65.

PEREIRA DO LAGO, Antonio Bernardino. **Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão**. São Luis: Coleção Maranhão Sempre, 2001.

PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. Sociologia da alta burguesia. In: **Sociologias**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia. UFRGS. Porto Alegre. Ano 9, n. 18, jul/dez 2007 p. 23-37.

POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. SP: Fundação Editora da UNESP, 1998.

ROCHA, Maria das Graças Cantanhêde Silva. **Formação histórica do município de Barreirinhas: da colonização aos dias atuais**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão. São Luis, 1997.

SÁ, Mary Jane Ferro. **A formação histórica do município de Brejo: da colonização ao século XIX**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão. São Luis, 1997.

SANTOS, Murilo. **Fronteiras – a expansão camponesa na Pré-Amazônia Maranhense**. 1. ed. São Luis: EDUFMA, 2009.

SCHLESINGER, Sergio *et alli*. A Soja na Agricultura Familiar: Os casos de Planalto (PR) e Três de Maio (RS). In: SCHLESINGER, Sergio *et alli*. **Agricultura familiar da**

**soja na região Sul e o monocultivo no Maranhão:** duas faces do cultivo de soja no Brasil. Rio de Janeiro: FASE, 2008, p. 11-74.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e questão racial no Brasil. In: **Revista USP**. São Paulo, n. 53, p.117-149, março/maio 2002.

\_\_\_\_\_. Concessão de terras, dívida colonial e mobilidade. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. 7. Dezembro de 1996.

SOUZA FILHO, Benedito. **Os Pretos de Bom Sucesso:** terra de preto, terra de santo, terra comum. São Luis: EDUFMA, 2008.

\_\_\_\_\_. A produção de soja no sul do Maranhão e seus impactos para segmentos camponeses da região. In: PAULA ANDRADE, Maristela de. (org) **Carajás:** desenvolvimento ou destruição? Relatórios de Pesquisa. São Luis: CPT, 1995, p. 243-275.

SPIX, J. B. von e MARTIUS, C. F. P. von. **Viagem pelo Brasil.: 1817/1820.** 2º vol. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Os Matuchos. Exclusão e Luta:** Do sul para Amazônia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. Sistemas de conocimiento, metáfora y campo de interacción: el caso del cultivo de la patata en el antiplano peruano. In: VIOLA, Andreu. **Antropología del desarrollo:** Teorías y estudios etnográficos en América Latina. Buenos Aires: Paidós Studio, 2000. p. 359-383.

VELHO, Otávio G. **Capitalismo Autoritário e Campesinato. Um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento.** 2. ed. SP/RJ: DIFEL, 1979.

\_\_\_\_\_. **Frentes de expansão e estrutura agrária.** Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

WAIBEL, Leo. Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Ano 11. n. 02. IBGE. Rio de Janeiro. Abril/Junho 1949. p. 159-222.

WELCH, Clifford Andrew e FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: PAULINI, Eliane Tomiasi e FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa.** 1ª ed. SP: Expressão Popular: UNESP, 2008, pp. 161-190.

WOORTMANN, Klaus. **Migração, família e campesinato.** In: Revista Brasileira de Estudos de População. jan/jun 1990. p. 35-51.

## INTERNET

IBGE. **Banco de Dados Agregados do Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA**. 2009. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br>

IBGE. **Banco de Dados IBGE Cidades@**. 2009. Disponível em [www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php)

IBGE. **Censo Demográfico**. 2000. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>

IBGE. **Censo Agropecuário**. 2006. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>

IBGE. **Contagem da População**. 2007. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>  
[www.agriculturanomaranhao.blogspot.com](http://www.agriculturanomaranhao.blogspot.com)

[www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)

[www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br)

[www.panoramarural.com.br](http://www.panoramarural.com.br)

[www.portaldoagronegocio.com.br](http://www.portaldoagronegocio.com.br)

[www.revistaexame.com.br](http://www.revistaexame.com.br)

[www.wikipedia.org.br](http://www.wikipedia.org.br)

## FONTES SECUNDÁRIAS

1. Arquivo Público do Estado do Maranhão

Mapa da População do 1º Distrito da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Termo da Vila de São Bernardo Comarca do Brejo no Anno de 1837 – Juiz de Paz do 1º Distrito da Vila de São Bernardo – 1837. Ofícios do Major dos Engenheiros José Joaquim Rodrigues Lopes no Maranhão ao presidente da Província.

Mapa da População da Comarca de Brejo Em o Anno de 1837. Ofícios do Major dos Engenheiros José Joaquim Rodrigues Lopes no Maranhão ao presidente da Província.

2. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Superintendência do Maranhão.

NUMOF/IBAMA. *Autorizações para uso alternativo de solo*. 01/01/2001 – 31/12/2006. DITEC. Municípios: Anapurus/ Brejo/ Chapadinha/ Mata Roma/ Santa Quitéria do Maranhão.

3. Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Maranhão (SEMA)

SEMA. *Autorizações para uso alternativo de solo*. 01/01/2006 – 31/12/2007. Setor Florestal. Municípios: Anapurus/ Brejo/ Chapadinha/ Mata Roma/ Santa Quitéria do Maranhão.



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)